



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Relatório de Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)

[Exercício de 2012]

**Brasília-DF, Março
de 2013**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO DE 2012

Brasília/DF
Março de 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual, segundo obrigações constantes nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, das DNS TCU nº 119, 121 e 124/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno constantes na Portaria CGU nº 133/2013.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Aloizio Mercadante

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marco Antonio de Oliveira

Chefe de Gabinete

Eneida Cardoso de Britto Corrêa

Assessora

Maria Abadia Alves

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Aléssio Trindade de Barros

Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da Rede

Luciano de Oliveira Toledo

Coordenador-Geral de Infraestrutura da Rede

Luiz Carlos Rego

Coordenador-Geral de Desenvolvimento de Pessoas da Rede

Carmen Regina Maia

DIRETORA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Anna Catharina da Costa Dantas

Coordenadora-Geral de Políticas da Educação Profissional e Tecnológica

Vânia do Carmo Nóbile Silva

Coordenadora-Geral de Políticas de Pesquisa, Inovação e Certificação

Érica de Lima Gallindo

DIRETOR DE INTEGRAÇÃO DAS REDES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Machado Feres

Coordenador-Geral de Fortalecimento dos Sistemas Públicos

Carlos Artur de Carvalho Arêas

Coordenadora-Geral de Relações Institucionais e Projetos Especiais

Stela Marcia Moreira Rosa

Coordenadora-Geral de Desenvolvimento e Monitoramento de Programas

Nilva Schroeder

SUMÁRIO

<u>LISTA DE QUADROS</u>	<u>6</u>
<u>LISTA DE FIGURAS</u>	<u>9</u>
<u>APRESENTAÇÃO</u>	<u>10</u>
<u>1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO</u>	<u>11</u>
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	11
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	11
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	12
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	15
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	24
1.5 MACROPROCESSO DE APOIO	30
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	30
<u>2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES</u>	<u>32</u>
2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	32
2.1.1 Detalhamento de Objetivos Estratégicos	32
2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	38
2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	38
2.3.1 Articulação e Indução da Oferta de EPT	38
2.3.2 Desenvolvimento do acordo de gratuidade do Sistema S	42
2.3.3 Desenvolvimento da Rede Federal de EPT	42
2.3.4 Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT	44
2.3.5 Desenvolvimento das Redes Estaduais de EPT	47
2.3.6 Desenvolvimento de EPT a distância	47
2.3.7 Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT	47
2.3.8 Planejamento e Avaliação da EPT	59
2.3.9 Formulação de Políticas e Organização da EPT	61
2.3.10 Articulação da EPT com Políticas de EJA e Trabalho	62
<u>3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</u>	<u>69</u>
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	69
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	69
3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	71
3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO	71
3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	71
<u>4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	<u>72</u>
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	72

4.1.1	Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	72
4.1.2	Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	74
4.1.3	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	79
4.1.4	Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	86
4.1.5	Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	91
4.1.6	Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	91
4.2	INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	92
4.2.1	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	92
4.2.2	Programação de Despesas	92
4.2.3	Movimentação de Créditos Interna e Externa	94
4.2.4	Execução Orçamentária da Despesa	98
5	<u>TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</u>	101
5.1	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	101
5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	101
5.2.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	101
5.2.2	Análise Crítica	101
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	102
5.3.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	102
5.3.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	108
5.3.3	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes	108
5.3.4	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	108
5.3.5	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	109
5.3.6	Análise Crítica	109
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	109
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	110
5.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS	110
6	<u>GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.</u>	111
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	111
6.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	111
6.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	112
6.1.3	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	114
6.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	114
6.1.5	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	115
6.1.6	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação	115
7	<u>GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO</u>	115

7.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	115
<u>8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</u>	115
<u>9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</u>	115
<u>10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</u>	116
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	116
10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	116
10.1.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	119
10.1.3 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	120
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	120
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	120
10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	120
<u>11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</u>	120
<u>12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO</u>	122
12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	122
<u>13 PARTE “B” , ITEM 16 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012</u>	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 / A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro 2 – Ações desenvolvidas em articulação com os objetivos e iniciativas do PPA e os objetivos estratégicos e macroprocessos finalísticos da SETEC (Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica)	25
Quadro 3 – Macroprocessos de apoio da SETEC	30
Quadro 4 / A.3.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ	69
Quadro 5 / A.4.1 – Programa de governo constante do PPA – Temático	73
Quadro 6 / A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ / Objetivo 0582	74
Quadro 7 / A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ / Objetivo 0588	77
Quadro 8 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 029Z	79
Quadro 9 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A080	
Quadro 10 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A2	81
Quadro 11 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A3	82
Quadro 12 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A5	83
Quadro 13 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A6	84
Quadro 14 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02B3	85
Quadro 15 / A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ / Ação 8252	90
Quadro 16 / A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ / Ação 8652	91
Quadro 17 / A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção	91
Quadro 18 / A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ	91
Quadro 19 / A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	92
Quadro 20 / A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	92
Quadro 21 / A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	92
Quadro 22 / A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	93
Quadro 23 / A.4.11 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa	94
Quadro 24 / A.4.12 – Despesas por modalidade de contratação – créditos originários	98
Quadro 25 / A.4.13 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários	99
Quadro 26 / A.5.2 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	101
Quadro 27 / A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	102
Quadro 28 / A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	108
Quadro 29 / A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	108
Quadro 30 / A.5.7 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse	109
Quadro 31 / A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	111
Quadro 32 / A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	111
Quadro 33 / A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12)	112
Quadro 34 / A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12	112

Quadro 35 / A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12	113
Quadro 36 / A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	116
Quadro 37 / A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	119
Quadro 38 / A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma funcional da SETEC	17
Figura 2 – Organograma administrativo da SETEC	18

APRESENTAÇÃO

Em 2012, a ampliação de oportunidades de acesso à educação profissional para estudantes e trabalhadores foi a grande prioridade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). O Ministério da Educação (MEC), por meio da SETEC, está ampliando as oportunidades oferecidas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), carro-chefe das Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O PRONATEC representa um esforço de articulação de um conjunto de iniciativas de políticas de EPT pré-existentes com novas iniciativas, como o Bolsa Formação e o FIES Técnico e Empresa. Trata-se, na verdade, da tentativa de formular uma política pública de alcance nacional, que contemple, em toda sua extensão e complexidade, as demandas por formação e qualificação profissional.

A relevância dessa política pública torna-se evidente pela demanda crescente pela expansão do ensino técnico e profissionalizante e pelo seu peso relativo nos processos de inovação tecnológica, aumento de produtividade e competitividade e promoção do desenvolvimento sustentável. Em 2012, realizamos mais de 2,5 milhões de matrículas pelo PRONATEC. Até 2014 serão ofertadas 8 milhões de vagas em todo o país.

Para dar conta dessa tarefa, a SETEC, experimentou um processo de reorganização interna, em 2012. O novo modelo de gestão, em processo de aprimoramento, prevê a implementação de ferramentas de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação, e a busca de soluções para os gargalos estruturais e de pessoal da Secretaria, para o cumprimento de sua missão institucional.

No Relatório estão tratados os grandes temas administrativos definidos nas orientações do Tribunal, iniciando pela identificação e atributos da Secretaria, com especial enfoque no tema macroprocessos. Foram abordados integralmente os temas: planejamento estratégico e sua forma de alinhamento às diretrizes do Ministério da Educação; a estrutura de governança e de autocontrole da gestão, em vista do novo modelo de gerenciamento; a programação e execução da despesa orçamentária e financeira e alguns tópicos especiais; e conformidade e tratamento de disposições legais e normativas.

Outros temas do Relatório de Gestão não alcançam a SETEC, de maneira que não foram tratados no Relatório. São eles: remuneração paga a administradores; sistema de correição; suprimento de fundos; renúncias tributárias; gestão de precatórios. A gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, a da tecnologia da informação e do conhecimento, e a gestão dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental são temas de domínio exclusivo de unidades específicas para esse fim, no âmbito do Ministério da Educação.

As informações sobre gestão de recursos humanos e terceirização de mão de obra foram tratadas de forma parcial, tendo em vista a existência de unidade subordinada à Secretaria Executiva do MEC com competência específica para gestão de recursos humanos. Finalizando o Relatório de Gestão foram registradas as informações sobre contratações no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.

Esperamos que este Relatório de Gestão contribua para o entendimento da relevância da política de Educação Profissional e Tecnológica como parte do esforço de valorização e promoção da educação no Brasil.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro 1 / A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 0244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica			
Denominação Abreviada: SETEC			
Código SIORG: 1977	Código LOA: 26101	Código SIAFI: 150016	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta Federal		CNPJ: Não se aplica	
Principal Atividade:			Código CNAE: 80.9
Telefones/Fax de contato:	(61) 2022-8582	(61) 2022-8581	
Endereço Eletrônico: setec@mec.gov.br			
Página na Internet: http://www.mec.gov.br/setec			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 4º andar, sala 400, Brasília/DF, CEP 70647-900			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Nº 7.690, de 2 de março de 2012.			
Decreto Nº 7.480, de 16 de maio de 2011, revogado pelo Decreto Nº 7.690/2012			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011; (LEI DO PRONATEC)			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008;			
Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011;			
Decreto nº 7.721, de 16 de abril de 2012;			
Portaria nº 255, de 7 de dezembro de 2010;			
Decreto Nº 7.825, de 5 de dezembro de 2012;			
Medida Provisória nº 593, de 5 de dezembro de 2012.			
PORTARIAS RELACIONADAS À GESTÃO:			
Portaria MEC nº 185, de 12 de março de 2012; (BOLSA FORMAÇÃO);			
Portaria MEC nº 270, de 29 de março de 2012 (FIES);			
Portaria SETEC nº 317, de 14 de setembro de 2011;			
Portaria SETEC nº 37, de 22 de outubro de 2012; (altera Portaria do CONAC)			
Portaria SETEC nº 32, de 6 de setembro de 2012;			
Portaria SETEC nº 27, de 16 de agosto de 2012;			
Portaria SETEC nº 25, de 1º de agosto de 2012;			
Portaria SETEC nº 24, de julho de 2012;			
Portaria SETEC nº 23, de 30 de julho de 2012;			
Portaria SETEC nº 18, de 25 de maio de 2012;			
Portaria SETEC nº 10, de 18 de abril de 2012;			
Portaria SETEC nº 08, de 17 de fevereiro de 2012;			
Portaria SETEC nº 07, de 16 de fevereiro de 2012;			
Portaria SETEC nº 06, de janeiro de 2012;			
Portaria SETEC nº 04, de 23 de janeiro de 2012;			
Portaria SETEC nº 03, de 20 de janeiro de 2012;			
Portaria Normativa SETEC nº 02, de 18 de janeiro de 2012;			
Portaria SETEC nº 01, de janeiro de 2012.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS – Resolução CNE/CEB nº 04, de 6 de junho de 2012, disponível no sítio oficial www.pronatec.mec.gov.br .			

GUIA PRONATEC DE CURSOS FIC – Portaria nº 1568, de 3 de novembro de 2011, disponível no sítio oficial www.pronatec.mec.gov.br MANUAL PARA PRODUÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – EPCT – Portaria nº 05, de 23 janeiro de 2012, disponível no sítio oficial www.mec.gov.br/setec .	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Nos últimos 10 (dez) anos, as políticas de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país ganharam destaque no cenário educacional, social e econômico como estratégia de apoio ao desenvolvimento nacional sustentável. As competências e finalidades da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) refletem essa nova tendência que, cada vez mais, consolida um novo modelo educacional integrado - qualificação profissional de jovens e trabalhadores com a elevação da sua escolaridade - constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão e de promoção do exercício da cidadania.

A SETEC foi criada com a finalidade de planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação de políticas públicas de educação profissional e tecnológica, com fomento ao fortalecimento, expansão e melhoria da qualidade da formação profissional do País.

A SETEC tem as seguintes competências, estabelecidas no art. 13 do Anexo I do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012:

I - planejar, orientar, coordenar e avaliar o processo de formulação e implementação da política de educação profissional e tecnológica;

II - promover o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica em consonância com as políticas públicas e em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos;

III - definir e implantar política de financiamento permanente para a educação profissional e tecnológica;

IV - promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica;

V - instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito da política pública e dos recursos destinados à educação profissional e tecnológica;

VI - fortalecer a rede pública federal de educação profissional e tecnológica, buscando a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;

VII - promover e realizar pesquisas e estudos de políticas estratégicas, objetivando o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica;

VIII - desenvolver novos modelos de gestão e de parceria público-privada, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;

IX - estabelecer estratégias que possibilitem maior visibilidade e reconhecimento social da educação profissional e tecnológica;

X - apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica dos sistemas de ensino, nos diferentes níveis de governo;

XI - estabelecer mecanismos de articulação e integração com os sistemas de ensino, os setores produtivos e demais agentes sociais no que diz respeito à demanda quantitativa e qualitativa de profissionais, no âmbito da educação profissional e tecnológica;

XII - acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pela rede federal de educação profissional e tecnológica;

XIII - elaborar, manter e atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos e o catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da educação profissional e tecnológica; e

XIV - estabelecer diretrizes para as ações de expansão e avaliação da educação profissional e tecnológica em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE.

Para o alcance das finalidades da SETEC e o cumprimento das competências descritas, os seguintes objetivos estratégicos foram estabelecidos para a execução dos programas relativos aos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de educação profissional e tecnológica:

1. Expandir a oferta de vagas em cursos de educação profissional e tecnológica, para ampliar oportunidades de inclusão social e produtiva a estudantes e trabalhadores;
2. Garantir a progressiva expansão da gratuidade na oferta de cursos, programas e ações educacionais pelo Sistema S, para atender a públicos de baixa renda e trabalhadores;
3. Promover a expansão e a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para interiorizar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita;
4. Fomentar a expansão das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, para contribuir com a melhoria da educação básica pública e ampliar as oportunidades formação profissional;
5. Ampliar a oferta de EPT na modalidade a distância, para atender, prioritariamente, a públicos com dificuldade de acesso a cursos presenciais;
6. Promover o desenvolvimento da inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão para ampliar os impactos sociais e produtivos da educação profissional;
7. Realizar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da educação profissional e tecnológica para aperfeiçoar e ampliar as políticas e subsidiar os processos de tomada de decisão;
8. Ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, para possibilitar a (re)inserção socioprofissional de jovens e trabalhadores; e
9. Organizar e normatizar processos, procedimentos e ações para promover o desenvolvimento institucional.

Dentre as realizações empreendidas merece especial destaque os projetos e ações vinculados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pelo Governo Federal no final de 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

O PRONATEC possui os seguintes objetivos:

- Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- Construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- Aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- Aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; e
- Melhorar a qualidade do ensino médio.

Registramos, a seguir, o conjunto de iniciativas que compõe o Programa e suas características básicas:

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todos os estados brasileiros, com mais de 430 unidades em funcionamento, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação. Em 2012 foram concluídas e inauguradas 35 unidades e entraram em funcionamento 76. Até 2014 mais 173 unidades estarão em funcionamento, totalizando 208 novas unidades.

PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO

O programa Brasil Profissionalizado objetiva apoiar a rede pública não federal, com vistas a sua modernização e expansão, por ações de infraestrutura física e pedagógica. Tais ações compreendem construção, reforma e ampliação de escolas, provimento de laboratórios e de recursos pedagógicos, além de cursos de formação para gestores e professores.

REDE E-TEC BRASIL

A Rede e-Tec Brasil tem por finalidade a ampliação da oferta nacional de Educação Profissional e Tecnológica, exclusivamente na modalidade a distância, pelo desenvolvimento e difusão de cursos, metodologias e tecnologias. As ações compreendem formação de recursos humanos, produção de material, aquisição de laboratórios móveis e apoio à execução dos cursos. A rede e-Tec contemplou as instituições integrantes da rede federal de ensino e a redes estaduais, e atua preferencialmente na oferta de cursos técnicos de nível médio.

ACORDO DE GRATUIDADE COM OS SERVIÇOS NACIONAIS DE APRENDIZAGEM

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está em funcionamento desde 2009, prevê o crescimento anual do índice de gratuidade de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ofertadas pelo SENAC e SENAI para população de baixa renda. Para o SENAC, os recursos destinados à gratuidade, em escala anual crescente, serão da ordem de 20% no ano de 2009, passando por 25% em 2010, 35% em 2011, 45% em 2012, 55% em 2013, até se chegar em 2014 com o comprometimento de 66,6%. O SENAI vinculará numa projeção média nacional, não menos que 50% dos recursos para a gratuidade em 2009, 53% em 2010, 56% em 2011, 59% em 2012, 62% em 2013 e, finalmente, 66,6% em 2014.

O Sesi e o SEC alocarão o valor correspondente a um terço da receita compulsória da contribuição líquida para as ações de educação básica e continuada, bem como as ações educativas relacionadas à saúde, ao esporte, à cultura e ao lazer.

FIES TÉCNICO E EMPRESA

A exemplo do que já ocorreu com as Instituições do Ensino Superior, o Fundo de Financiamento Estudantil foi ampliado para a educação profissional e tecnológica (EPT) como forma de possibilitar o financiamento de cursos de EPT para estudantes e para as empresas capacitarem seus trabalhadores. O FIES para o ensino técnico (FIES Técnico) é destinado à concessão de financiamento a estudante, em caráter individual, ou financiamento para as empresas (FIES Empresa) para custeio de cursos técnicos ou formação inicial e continuada. Os cursos são ofertados pelas escolas técnicas de nível médio privadas, e pelos serviços nacionais de aprendizagem. Para ofertar os cursos, as unidades de ensino interessadas precisam passar por processo de habilitação, que consiste em visita in loco realizada pelas instituições da rede federal para avaliar as condições de oferta dos cursos, incluindo infraestrutura e corpo docente. Em 2012, foram habilitadas 339 unidades de ensino. Deste total, 85 são privadas e 254, do Sistema S.

BOLSA-FORMAÇÃO PRONATEC

Além das iniciativas voltadas para a expansão da estrutura física das redes de educação profissional e tecnológica públicas, o Pronatec criou a Bolsa-Formação cujo objetivo é ampliar a oferta de cursos de educação profissional para estudantes, trabalhadores e beneficiários dos programas de transferência de renda, utilizando-se da capacidade ociosa das instituições públicas de EPT e do Sistema S. Por meio da Bolsa Formação, são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para estudantes matriculados no Ensino Médio e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional. Os esforços de organização interna e normatização dessa ação no ano de 2012 significou um marco na implementação desta política pública. Foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos e os demais em cursos de formação inicial e continuada. Destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e mais de 221 mil estudantes do ensino médio público atendidos.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Na formulação e na condução das políticas públicas de educação profissional e tecnológica, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica conta com três Diretorias, cujas competências estão estabelecidas no Anexo I do Decreto nº 7.690/2012, nos arts. 14 a 16. A Figura 1 apresenta o organograma funcional que destaca as atribuições gerais e a Figura 2

detalha o organograma administrativo com os cargos comissionados que compõem a estrutura da SETEC, de acordo com o Decreto nº 7.690/2012.

Figura 1 – Organograma funcional da SETEC

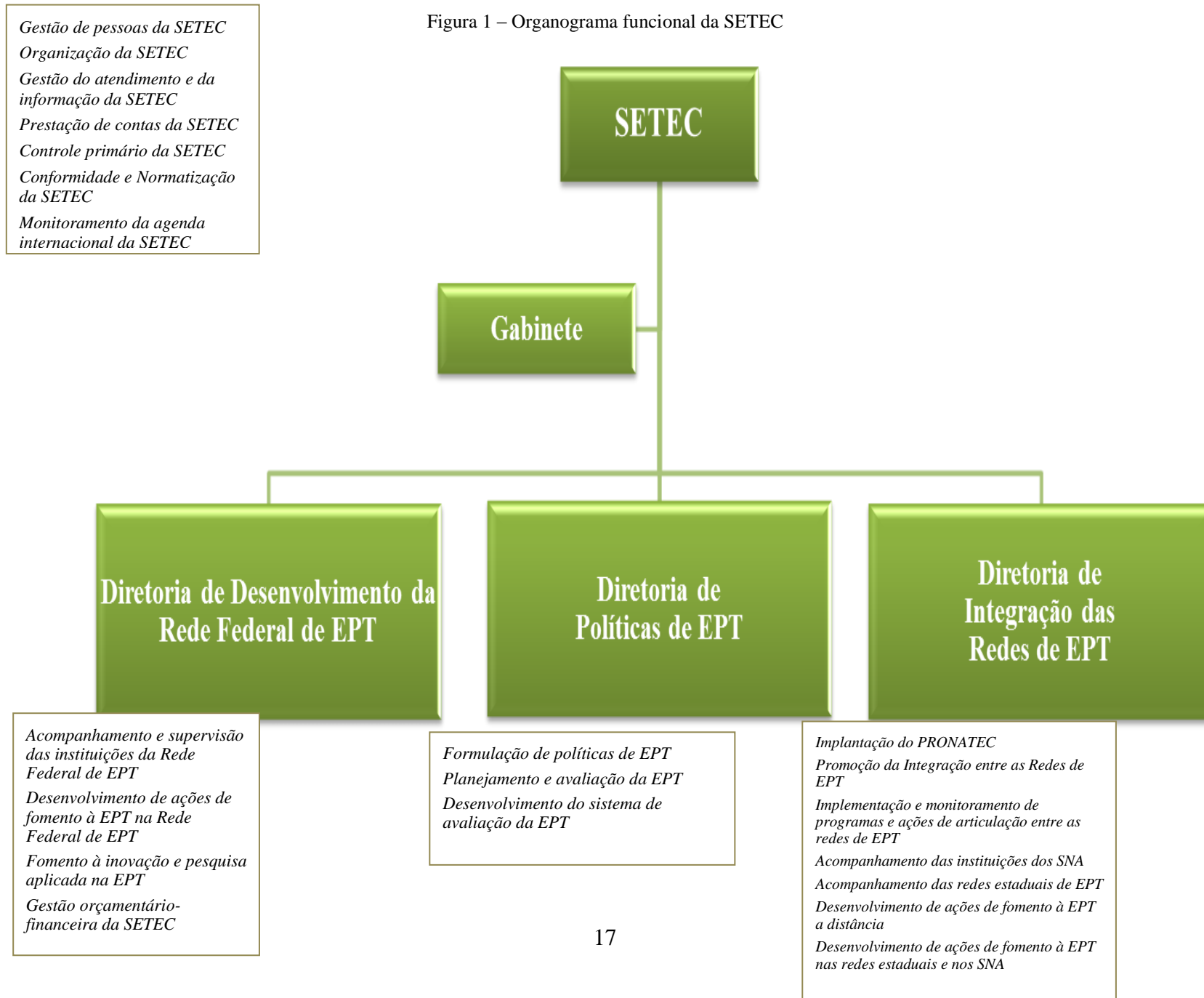
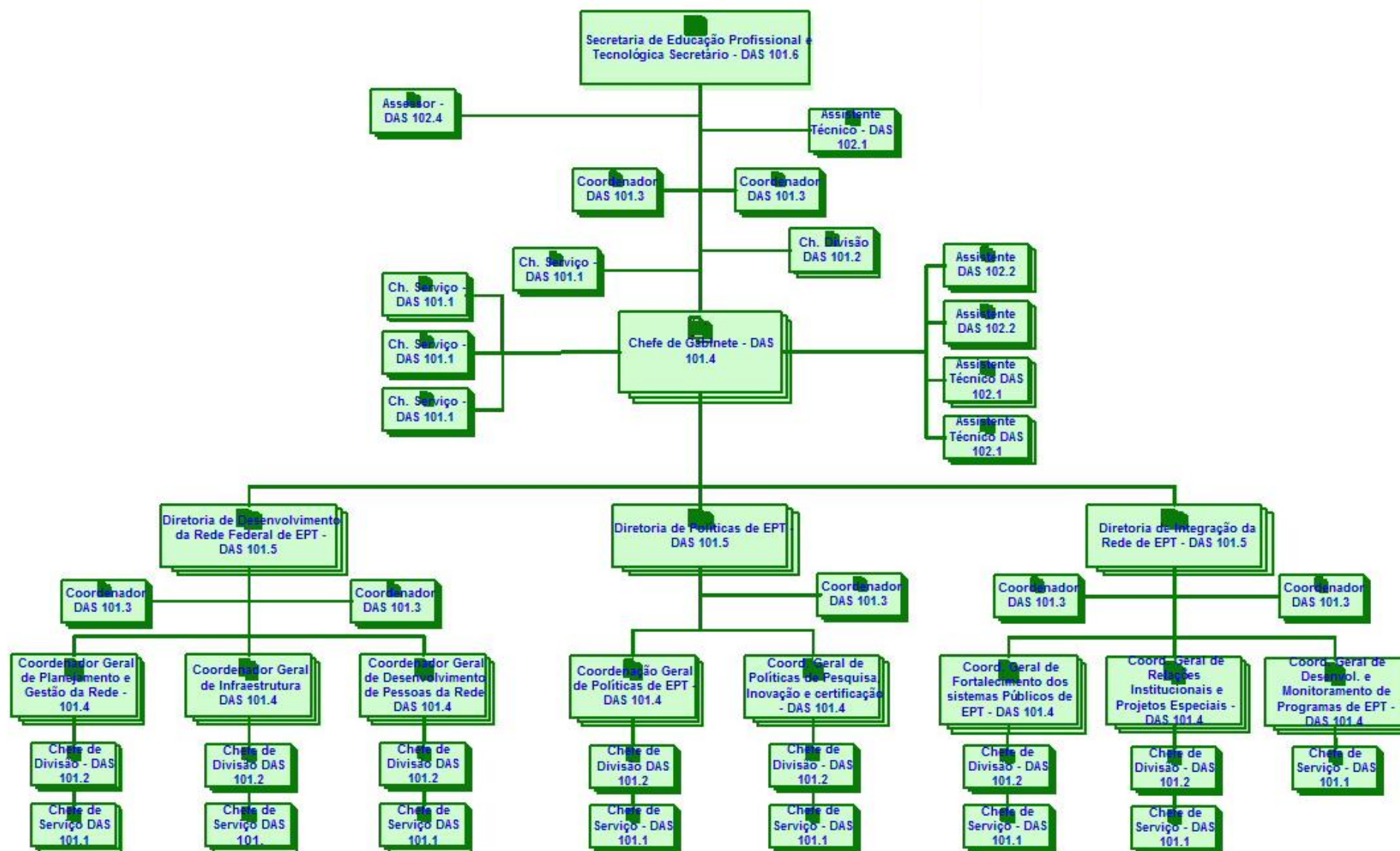


Figura 2 – Organograma administrativo da SETEC



À Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (DDR), compete:

I - propor critérios para a implementação de políticas e estratégias para o planejamento, a organização e o acompanhamento da gestão das instituições que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica;

II - promover, coordenar e supervisionar, em conjunto com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, as ações de melhoria da educação profissional e tecnológica no que diz respeito à gestão operacional e técnico-pedagógica nas instituições federais de educação profissional e tecnológica;

III - apoiar as atividades das escolas técnicas vinculadas às universidades federais;

IV - zelar, acompanhar e promover o cumprimento das normas e a adoção de práticas de gestão democrática no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

V - realizar estudos com vistas à proposição de indicadores para avaliação de gestão no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

VI - realizar estudos e orientações técnicas, com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, visando à promoção de ações de otimização e definição de indicadores para avaliação da capacidade instalada das instituições federais de educação profissional e tecnológica;

VII - promover estudos sobre metodologias, instrumentos e indicadores para avaliação da infraestrutura dos cursos das instituições de educação profissional e tecnológica;

VIII - promover as ações necessárias ao desenvolvimento de planos, programas e projetos nas instituições federais de educação profissional e tecnológica e ao acompanhamento e à avaliação dos seus resultados;

IX - organizar e manter atualizado o sistema de informações relativo à avaliação da educação profissional e tecnológica; e

X - conceber, fomentar e apoiar programas de incentivo a pós-graduações, pesquisas e extensões nas áreas tecnológicas.

À Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (DPE), compete:

I - propor diretrizes para a execução dos programas voltados à expansão e ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, em articulação com as demais Diretorias;

II - estabelecer estratégias de implementação das diretrizes nacionais da educação profissional e tecnológica aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação;

III - propor e atualizar os referenciais curriculares da educação profissional e tecnológica;

IV - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis de ensino;

V - elaborar estudos que visem estimular e apoiar a oferta de cursos de formação inicial e continuada, de educação profissional integrada com o ensino médio e de cursos superiores de tecnologia nos diferentes sistemas de ensino;

VI - estimular a parceria entre instituições de educação profissional e tecnológica e o setor produtivo, para a oferta de cursos e programas, em atendimento à demanda dos jovens e adultos;

VII - coordenar e monitorar as ações de financiamento e oferecer apoio técnico à implantação de cursos integrados da educação profissional e tecnológica à educação básica na modalidade de jovens e adultos;

VIII - planejar e coordenar o processo de certificação profissional, no âmbito da educação profissional e tecnológica;

IX - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento de projetos e programas de qualificação de recursos humanos para atuarem na educação profissional e tecnológica;

X - propor normas, instruções e publicações técnicas atinentes aos programas e projetos no âmbito da educação profissional e tecnológica;

XI - apoiar as atividades dos fóruns que atuam na educação profissional e tecnológica;

XII - propor, manter e subsidiar as ações de concepção e atualização tecnológica do catálogo nacional dos cursos técnicos e do catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da educação profissional e tecnológica, e propor indicadores para sua avaliação;

XIII - planejar e implementar o sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica; e

XIV - propor metodologias para o planejamento e monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica, observadas as demandas laborais e a sintonia da oferta com os indicadores socioeconômico-culturais, locais e regionais.

À **Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica (DIR)**, compete:

I - coordenar as ações de articulação e integração da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia junto aos diferentes sistemas de ensino e organismos públicos e privados;

II - propor e acompanhar as ações de cooperação técnica no âmbito da educação profissional e tecnológica;

III - articular e propor programas e projetos de cooperação com organismos e instituições governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, em conformidade com as políticas da educação profissional e tecnológica;

IV - articular a participação da Secretaria na formulação de programas e projetos envolvendo os diferentes sistemas de ensino, sintonizados com as políticas públicas e diretrizes nacionais;

V - promover o fortalecimento das diferentes redes de educação profissional e tecnológica, por meio de assistência técnica e fontes de financiamento nacionais e internacionais para as ações de educação profissional e tecnológica;

VI - promover articulações com os setores sociais, econômicos e culturais visando ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica;

VII - desenvolver parceria com os setores públicos e privados, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;

VIII - apoiar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nas modalidades presencial e a distância;

IX - desenvolver programas e projetos especiais de educação profissional e tecnológica; e

X - propor normas e procedimentos de avaliação de cursos técnicos de nível médio, ofertados por instituições de ensino, habilitadas em programa nacional de educação profissional.

Embora não estabelecidas no Decreto 7.690/2012, o **Gabinete** (GAB) do Secretário tem as seguintes competências, definidas internamente na SETEC:

I - planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades técnicas e administrativas de apoio ao Secretário e as ações que envolvam a representação político-social e institucional;

II - coordenar as atividades de relacionamento externo e internacional do Secretário;

III - planejar e desenvolver ações de comunicação e assessoria, em articulação com a unidade de comunicação social do Ministério da Educação

IV - coordenar a divulgação externa de assuntos institucionais da SETEC, em articulação com a unidade de comunicação social do Ministério da Educação;

V - coordenar as atividades concernentes a relações públicas e internacionais

VI - coordenar as atividades de elaboração e despacho do expediente do Secretário;

VII – planejar e organizar eventos internos e externos em articulação com o Comitê de Eventos do Ministério;

VIII - promover a transmissão às unidades subordinadas das instruções e orientações do Secretário e zelar pelo seu cumprimento;

IX - acompanhar a tramitação de documentos e processos envolvendo assuntos relacionados às áreas de competência da SETEC;

X - promover a articulação com os demais órgãos da Administração Pública e público externo;

XI - coordenar os processos relativos à identificação de necessidades de recursos humanos, desenvolvimento de pessoas contratação de colaboradores, em articulação com a CGGP/SAA;

XII – representar a Secretaria nos Comitês e Grupos de Trabalho designados pelas autoridades superiores e Secretário; XIII - coordenar os processos relativos à contratação e desenvolvimento de pessoal da SETEC; e

XIII - desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Secretário.

A partir de março de 2012, o Ministério da Educação passou a ser comandado por uma novos gestores, acarretando a transformação dos processos internos de planejamento e gestão, num esforço concomitante ao desenvolvimento das ações planejadas pela gestão anterior.

Pela avaliação competências atribuídas à SETEC, por meio do Decreto nº 7.690, de 2012, pode-se notar que, na realidade, algumas competências são desenvolvidas de forma colaborativa entre diretorias ou por diretoria distinta da que consta na norma. Como exemplo, ressaltam-se às competências relativas à avaliação da educação profissional e à gestão do SISTEC, canalizadas para a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Esse processo é fruto da articulação construída entre as diretorias ao longo de 2012.

A análise comparativa das competências e atribuições da atual estrutura regimental ministerial com a anterior revela que a SETEC teve elevadas as suas responsabilidades institucionais, bem como o grau de complexidade de suas competências e atribuições. Porém, essa sobrecarga não foi compensada com uma estrutura de cargos de recursos humanos proporcional com o tamanho dos novos desafios institucionais.

Da análise pormenorizada da referida norma, constata-se a ausência de descrição das competências e atribuições de alguns cargos comissionados. Ademais, não há definição dos macroprocessos que se encontram sobre a responsabilidade desta UJ.

Ao longo de 2012, envidou-se esforços para correção dos lapsos da norma regimental, a partir da proposição dos macroprocessos finalísticos e de apoio, bem como dos processos organizacionais de cada unidade subordinada desta Secretaria, conforme consta no quadro abaixo.

UNIDADE SUBORDINADA	MACROPROCESSOS (FINALÍSTICOS E DE APOIO)	PROCESSOS ORGANIZACIONAIS
Gabinete	Desenvolvimento institucional	Gestão de pessoas da SETEC Organização da SETEC Gestão do atendimento e da informação da SETEC Prestação de contas da SETEC Controle primário da SETEC Conformidade e Normatização Monitoramento e implementação da agenda internacional da SETEC Gestão orçamentário-financeira da SETEC
Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	Desenvolvimento da Rede Federal de EPT Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT	Acompanhamento e supervisão das instituições da Rede Federal de EPT Desenvolvimento de ações de fomento à EPT na Rede Federal de EPT Fomento à inovação e pesquisa aplicada na EPT
Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica	Articulação e indução da oferta de EPT Monitoramento do acordo de gratuidade do Sistema S Desenvolvimento das redes estaduais de EPT Desenvolvimento de EPT a distância Implantação do Pronatec	Implementação e monitoramento de programas e ações de articulação entre as redes de EPT Acompanhamento e supervisão das instituições dos SNA Acompanhamento das redes estaduais e municipais de EPT Desenvolvimento de ações de fomento à EPT a distância Desenvolvimento de ações de fomento à EPT nas redes estaduais e nos SNA
Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica	Planejamento e avaliação da EPT Formulação de políticas e organização da EPT Articulação da EPT com políticas de EJA e trabalho	Formulação de políticas de EPT Planejamento estratégico da EPT Desenvolvimento do sistema de avaliação da EPT

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

A definição dos macroprocessos finalísticos se deu a partir da consolidação das atribuições e competências praticadas no âmbito da SETEC, estabelecendo-se correlações com o Plano Plurianual - PPA 2012-2015 e com os objetivos consolidados no alinhamento estratégico do MEC, iniciativa coordenada pelo Gabinete do Ministro para a revisão dos processos internos de planejamento e gestão desta pasta. O Quadro 2 apresenta a correlação entre os conceitos preconizados em cada uma das iniciativas citadas, denotando forte sinergia entre a definição e regulamentação de processos de gestão ministerial e os objetivos estratégicos preconizados para a educação profissional no Brasil.

Quadro 2 – Ações desenvolvidas em articulação com os objetivos e iniciativas do PPA e os objetivos estratégicos e macroprocessos finalísticos da SETEC (Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica)

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.	Expandir a oferta de vagas em cursos de educação profissional e tecnológica, para ampliar oportunidades de inclusão social e produtiva a estudantes e trabalhadores Garantir a progressiva expansão da gratuidade na oferta de cursos, programas e ações educacionais pelo Sistema S, para atender a públicos de baixa renda e trabalhadores	Articulação e indução da oferta de EPT Desenvolvimento do acordo de gratuidade do Sistema S	I - coordenar as ações de articulação e integração da Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia junto aos diferentes sistemas de ensino e organismos públicos e privados; II - propor e acompanhar as ações de cooperação técnica no âmbito da educação profissional e tecnológica; III - articular e propor programas e projetos de cooperação com organismos e instituições governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, em conformidade com as políticas da educação profissional e tecnológica; IV- articular a participação da Secretaria na formulação de programas e projetos envolvendo os diferentes sistemas de ensino, sintonizados com as políticas públicas e diretrizes nacionais; VI - promover articulações com os setores sociais, econômicos e culturais visando ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica; IX - desenvolver programas e projetos especiais de educação profissional e tecnológica; VII - desenvolver parceria com os setores públicos e privados, na perspectiva da unificação, otimização e expansão da educação profissional e tecnológica;
	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a	Promover a expansão e a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para interiorizar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita	Desenvolvimento da Rede Federal de EPT	I - propor critérios para a implementação de políticas e estratégias para o planejamento, a organização e o acompanhamento da gestão das instituições que compõem a rede federal de educação profissional e tecnológica; II - promover, coordenar e supervisionar, em conjunto com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, as ações de melhoria da educação profissional e tecnológica no que diz respeito à gestão

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
	otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.		Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT	operacional e técnico-pedagógica nas instituições federais de educação profissional e tecnológica; III - apoiar as atividades das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; IV - zelar, acompanhar e promover o cumprimento das normas e a adoção de práticas de gestão democrática no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica; V - realizar estudos com vistas à proposição de indicadores para avaliação de gestão no âmbito das instituições federais de educação profissional e tecnológica; VI - realizar estudos e orientações técnicas, com a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, visando à promoção de ações de otimização e definição de indicadores para avaliação da capacidade instalada das instituições federais de educação profissional e tecnológica; VIII - promover as ações necessárias ao desenvolvimento de planos, programas e projetos nas instituições federais de educação profissional e tecnológica e ao acompanhamento e à avaliação dos seus resultados;
	02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica.	Fomentar a expansão das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, para contribuir com a melhoria da educação básica pública e ampliar as oportunidades formação profissional	Desenvolvimento das redes estaduais de EPT	V - promover o fortalecimento das diferentes redes de educação profissional e tecnológica, por meio de assistência técnica e fontes de financiamento nacionais e internacionais para as ações de educação profissional e tecnológica;
	029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.	Ampliar a oferta de EPT na modalidade a distância, para atender, prioritariamente, a públicos com dificuldade de acesso a cursos presenciais	Desenvolvimento de EPT a distância	VIII – apoiar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nas modalidades presencial e a distância;

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
	02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.	Promover o desenvolvimento da inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão para ampliar os impactos sociais e produtivos da educação profissional	Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT	X - conceber, fomentar e apoiar programas de incentivo a pós-graduações, pesquisas e extensões nas áreas tecnológicas.
	02A6 - Realização de estudos, avaliações de impacto e análise do papel do Estado na promoção da educação profissional e tecnológica, levantamentos estatístico-educacionais e habilitação de instituições privadas para fins de expansão da oferta gratuita de cursos de educação profissional e acesso a programa de financiamento estudantil.	Realizar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da educação profissional e tecnológica para aperfeiçoar e ampliar as políticas e subsidiar os processos de tomada de decisão	Planejamento e avaliação da EPT	XIII – planejar e implementar o sistema nacional de avaliação da educação profissional e tecnológica; XIV – propor metodologias para o planejamento e monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica, observadas as demandas laborais e a sintonia da oferta com os indicadores socioeconômico-culturais, locais e regionais. DDR VII – promover estudos sobre metodologias, instrumentos e indicadores para avaliação da infraestrutura dos cursos das instituições de educação profissional e tecnológica; DDR IX – organizar e manter atualizado o sistema de informações relativo à avaliação da educação profissional e tecnológica; DIR X – propor normas e procedimentos de avaliação de cursos técnicos de nível médio, ofertados por instituições de ensino, habilitadas em programa nacional de educação profissional.

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO- PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
			Formulação de políticas e organização da EPT	<p>I - propor diretrizes para a execução dos programas voltados à expansão e ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, em articulação com as demais Diretorias;</p> <p>II - estabelecer estratégias de implementação das diretrizes nacionais da educação profissional e tecnológica aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação;</p> <p>III - propor e atualizar os referenciais curriculares da educação profissional e tecnológica;</p> <p>IV - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis de ensino;</p> <p>V - elaborar estudos que visem estimular e apoiar a oferta de cursos de formação inicial e continuada, de educação profissional integrada com o ensino médio e de cursos superiores de tecnologia nos diferentes sistemas de ensino;</p> <p>IX - planejar, propor, coordenar e estimular o desenvolvimento de projetos e programas de qualificação de recursos humanos para atuarem na educação profissional e tecnológica;</p> <p>X - propor normas, instruções e publicações técnicas atinentes aos programas e projetos no âmbito da educação profissional e tecnológica;</p> <p>XI - apoiar as atividades dos fóruns que atuam na educação profissional e tecnológica;</p> <p>XII - propor, manter e subsidiar as ações de concepção e atualização tecnológica do catálogo nacional dos cursos técnicos e do catálogo nacional de cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da educação profissional e tecnológica, e propor indicadores para sua avaliação;</p>

OBJETIVOS DO PPA 2012-2015	INICIATIVAS DO PPA 2012-2015	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS SETEC	MACRO-PROCESSOS FINALÍSTICOS	COMPETÊNCIAS ESTABELECIDAS NO DECRETO 7.690/2012
0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.	Ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional, para possibilitar a (re)inserção socioprofissional de jovens e trabalhadores	Articulação da EPT com políticas de EJA e trabalho	VI - estimular a parceria entre instituições de educação profissional e tecnológica e o setor produtivo, para a oferta de cursos e programas, em atendimento à demanda dos jovens e adultos; VII - coordenar e monitorar as ações de financiamento e oferecer apoio técnico à implantação de cursos integrados da educação profissional e tecnológica à educação básica na modalidade de jovens e adultos; VIII - planejar e coordenar o processo de certificação profissional, no âmbito da educação profissional e tecnológica;

1.5 MACROPROCESSO DE APOIO

O macroprocesso de apoio também foi estabelecido à luz da função social desta UJ. Porém, o foco do processos, neste caso, se voltou para a necessidade de viabilização das atividades internas, voltadas ao apoio da operação finalística das ações do PRONATEC. Relacionam-se abaixo os processos de apoio identificados na SETEC:

Quadro 3 – Macroprocessos de apoio da SETEC

MACROPROCESSO DE APOIO	PROCESSOS
Desenvolvimento institucional	Gestão de pessoas da SETEC Organização da SETEC e de eventos Gestão do atendimento e da informação da SETEC Prestação de contas da SETEC Controle primário da SETEC Gestão orçamentário-financeira da SETEC Conformidade e Normatização Monitoramento e implementação da agenda internacional da SETEC

1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

Destacam-se abaixo os principais parceiros relacionados aos macroprocessos finalísticos descritos na SETEC.

MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	PRINCIPAIS PARCEIROS
Articulação e indução da oferta de EPT	MDS, MTE, MTUR, MDA, SDH, MD, MC, MDIC, MJ, MPAS, MinC, MPA, SEP, SECADI/MEC, Secretarias Estaduais de Educação Redes públicas e privadas de educação profissional e tecnológica e SNA
Desenvolvimento do acordo de gratuidade do Sistema S	SNA, órgãos de controle, FGV
Desenvolvimento da Rede Federal de EPT	Prefeituras municipais, governos estaduais, CONIF, Rede Federal de EPCT
Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT	CONIF, CONDETUF, Rede Federal de EPCT (*)
Desenvolvimento das redes estaduais de EPT	CONSED, CONSECTI, redes estaduais de EPT
Desenvolvimento de EPT a distância	Prefeituras municipais, redes públicas de educação profissional e tecnológica e SNA
Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT	CNPq, CAPES, INPI, FINEP, EMBRAPA, SEBRAE, BB, MAPA, MDIC, MCTI, EMBRAPIL, CNI, Rede Federal de EPCT
Planejamento e avaliação da EPT	DTI/MEC, INEP, CGEE, IPEA, redes públicas e privadas de EPT, SNA
Formulação de políticas e organização da EPT	MTE, SECADI/MEC, SEB/MEC, SESU/MEC, SERES/MEC, CNE, conselhos estaduais de educação, CONSED, CONSECTI, CONIF, CONDETUF, redes públicas e privadas de EPT, SNA
Articulação da EPT com políticas de EJA e trabalho	TEM, SECADI/MEC, CONSED, CONSECTI, CONIF, CONDETUF, redes públicas e privadas de EPT, SNA

INSTITUIÇÕES INTEGRANTES DA REDE FEDERAL DE EPCT

Cód.	Instituição
26201	Colégio Pedro II
26256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
26257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
26402	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
26403	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
26404	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
26405	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
26406	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
26407	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
26408	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
26409	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
26410	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
26411	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
26412	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
26413	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
26414	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso
26415	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul
26416	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
26417	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
26418	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
26419	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
26420	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
26421	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
26422	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
26423	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
26424	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
26401	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
26426	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
26427	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
26428	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
26429	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
26430	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
26431	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
26432	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
26433	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
26434	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Fluminense
26435	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
26436	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul-rio-grandense
26437	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
26438	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
26439	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Os programas e ações desenvolvidos pela SETEC no exercício de 2012 estão vinculados ao PPA 2012-2015, no âmbito do Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, os resultados demandados pela sociedade brasileira no âmbito da educação profissional e tecnológica, norteadores da atuação da SETEC, constam no Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, Metas 10 e 11.

A partir dos objetivos estratégicos da SETEC e das metas previstas no PPA, foram desenvolvidas ações para garantir o cumprimento da função social da SETEC, por meio de suas competências legais.

A seguir, descrevem-se as metas estabelecidas para os exercícios de 2013 e 2014, bem como os pontos de atenção relevantes para o seu alcance.

2.1.1 Detalhamento de Objetivos Estratégicos

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Expandir a oferta de vagas em cursos de EPT, para ampliar oportunidades de inclusão social e produtiva a estudantes e trabalhadores

Diretoria de vinculação: DIR

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Articulação e indução da oferta de EPT	Oferta de vagas pelas iniciativas do PRONATEC	Fortalecer e ampliar articulação com parceiros demandantes atuais e novos Fortalecer e ampliar articulação com parceiros ofertantes atuais e novos Acelerar a habilitação e adesão de escolas privadas de EPT e do Sistema S, para oferta do FIES Técnico e FIES Empresa Implantar Conselho Deliberativo e fóruns do PRONATEC Promover divulgação nacional das iniciativas do PRONATEC Implementar ações integradas com a educação de jovens e adultos, certificação e aprendizagem profissional

Pontos de Atenção:

- Articulação entre ministérios demandantes e suas representações estaduais e municipais na Bolsa-Formação/PRONATEC.
- Articulação, nos estados e municípios, para mobilização de beneficiários e preenchimento de vagas, na Bolsa-Formação/PRONATEC.

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013	Meta 2014	Meta Total
Vagas ofertadas em CURSOS TÉCNICOS pelo PRONATEC			
Bolsa-Formação Estudante	151.313	151.313	302.626
Brasil Profissionalizado	172.321	233.781	406.102
e-Tec Brasil	200.000	250.000	450.000
Acordo de Gratuidade do Sistema S	110.545	161.389	271.934
Rede Federal de EPCT	90.360	101.160	191.520
Total	724.539	897.643	1.622.182
Vagas ofertadas em CURSOS FIC pelo PRONATEC			
Bolsa-Formação Trabalhador	743.717	1.013.027	1.756.744
Acordo de Gratuidade do Sistema S	821.965	1.194.266	2.016.231
Total	1.565.682	2.207.293	3.772.975
TOTAL	2.290.221	3.104.936	5.395.157

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Garantir a progressiva expansão da gratuidade na oferta de cursos, programas e ações educacionais pelo Sistema S, para atender a públicos de baixa renda e trabalhadores

Diretoria de vinculação: DIR

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Desenvolvimento do acordo de gratuidade do Sistema S	Oferta de vagas pelo acordo de gratuidade do Sistema S	Desenvolvimento de metodologias, estratégias e ferramentas para subsidiar o cumprimento do acordo de gratuidade Reestruturação e expansão do SISTEC para monitoramento do acordo de gratuidade do Sistema S

Pontos de Atenção:

- Automatização acesso a informações acerca da receita líquida da contribuição compulsória do Sistema S.
- Definição de parâmetros para definir percentual de receita líquida em oferta de cursos e ações educacionais pelo Sistema S.

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013	Meta 2014
Receita líquida da contribuição compulsória do SENAI	62%	66,66%
Receita líquida da contribuição compulsória do SENAC	55%	66,67%

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover a expansão e a reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para interiorizar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita

Diretoria de vinculação: DDR

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Desenvolvimento da Rede Federal de EPT	Expansão e reestruturação da Rede Federal Matrículas da Rede Federal	Desenvolver Plano de Expansão da Rede Federal, Desenvolver o Plano de Reestruturação da Rede Federal, mediante pactuação de metas entre as Instituições da Rede Federal e a SETEC
Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT	Gestão e desenvolvimento de pessoas da Rede Federal	Realizar provimento de cargos, funções e códigos de vagas para contratação de servidores da Rede Federal, associado a Programa de Qualificação

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta (2013/2014)
Unidades implantadas no plano de expansão da Rede Federal	178
Unidades atendidas no plano de reestruturação da Rede Federal	350
Unidades de polos/unidades de educação profissional da Rede Federal	40

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Fomentar a expansão das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, para contribuir com a melhoria da educação básica pública e ampliar as oportunidades formação profissional

Diretoria de vinculação: DIR

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Desenvolvimento das redes estaduais de EPT	Construções, reformas e laboratórios do Brasil Profissionalizado Matrículas das redes estaduais de EPT e Brasil Profissionalizado	Realizar expansão das redes estaduais de EPT, por meio do Brasil Profissionalizado Realizar articulação com as Secretarias Estaduais para inserção de todas as unidades da federação no Brasil Profissionalizado

Pontos de Atenção:

- Capacidade dos estados de execução de convênios do Brasil Profissionalizado.
- Oferta de escola padrão com capacidade de atendimento de 600 estudantes
- Sistema informatizado para monitoramento da execução do programa

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta (2013/2014)
Unidades do Brasil Profissionalizado construídas, ampliadas ou reformadas	204
Laboratórios educacionais instalados pelo Brasil Profissionalizado	2.006
Unidades da federação participantes do Brasil Profissionalizado	27

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, para atender, prioritariamente, a públicos com dificuldade de acesso a cursos presenciais

Diretoria de vinculação: DIR

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Desenvolvimento de EPT a distância	Expansão da Rede e-TEC Brasil Matrículas da Rede e-TEC Brasil	Reestruturar e ampliar a Rede e-Tec, com critérios para implantação de novos polos Expandir atuação da Rede e-Tec para cursos FIC e Cursos Superiores de Tecnologia Fomentar a formação continuada de profissionais de EPT na modalidade EaD Incorporar entidades do Sistema S na Rede e-Tec (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT) Reestruturar e expandir o SISTEC para acompanhamento de matrículas e polos da Rede e-Tec

Pontos de Atenção:

- Formulação de critérios para implantação de polos da Rede e-Tec.
- Pessoal efetivo e estrutura física e tecnológica para atuação em EaD, nas redes públicas.

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013/2014
Percentual de municípios brasileiros contemplados com polos EaD de EPT.	20%
Instituições da Rede Federal de EPT com estrutura de EaD implantada.	30
Novos polos da Rede e-Tec	600

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Promover o desenvolvimento da inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão para ampliar os impactos sociais e produtivos da educação profissional

Diretoria de vinculação: DDR

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT	Pesquisa aplicada e inovação tecnológica PMTE na Rede Federal	Criar indicadores para inovação, pesquisa aplicada e extensão tecnológica Fomentar a ampliação de cursos de mestrado profissional Fomentar o desenvolvimento de grupos de pesquisa aplicada
	Eventos de promoção e divulgação da EPT	Fomentar a realização de eventos de promoção e divulgação da EPT
	Parcerias e acordos internacionais para desenvolvimento da EPT	Ampliar as parcerias internacionais para desenvolvimento da EPT

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta (2013/2014)
Unidades de Polos de Inovação na Rede Federal	05

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Realizar o planejamento, o monitoramento e a avaliação da educação profissional e tecnológica para aperfeiçoar e ampliar as políticas e subsidiar os processos de tomada de decisão

Diretoria de vinculação: DPE

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Planejamento e avaliação da EPT	Gestão de informações da EPT	Reestruturar e expandir o SISTEC
	Planejamento estratégico da EPT	Revisar indicadores das dimensões de ensino e gestão Elaborar Mapa de EPT no Brasil, em articulação com o CGEE
	Sistema de avaliação da EPT	Avaliar os egressos da EPT Avaliar os cursos técnicos Avaliar, de forma sistemática, os programas de EPT
Formulação de políticas e organização da EP	Catálogos nacionais de EPT	Elaborar Catálogo Nacional de Cursos FIC, articulado com a CBO do MTE Reestruturar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, articulado com a CBO do MTE
	Diretrizes curriculares e referenciais da EPT	Elaborar diretrizes curriculares de Cursos FIC Revisar diretrizes curriculares de cursos superiores de tecnologia
	Políticas de formação de profissionais para a EPT Políticas de assistência estudantil para a EPT	Fomentar a formação de profissionais para a EPT Articular políticas de EPT com políticas de educação, inovação, trabalho e inclusão

Pontos de Atenção:

- Elaboração do mapeamento estratégico que considere a atual oferta de cursos e a demanda por profissionais egressos da EPT;
- Formulação de diretrizes curriculares nacionais e de catálogo de cursos sistematizado para embasar a oferta de cursos FIC;
- Articulação dos catálogos de EPT com a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO para melhoria do planejamento da oferta de cursos;
- Melhoria operacional do Sistec para atendimento dentro do prazo devido ao grande volume de demandas;
- Reestruturação e recomposição do quadro Técnico da DPE.

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013	Meta 2014
Setores da economia incluídos no Mapa da EPT no Brasil.	19	
Mesorregiões incluídas no Mapa da EPT no Brasil.	67	
Dimensões da EPT com indicadores aprimorados.	6	
Avaliação de egressos de cursos de EPT.	1	1
Programas e ações de EPT monitorados ou avaliados.	10	

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica articulada com a educação de jovens e adultos e de processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional para possibilitar a (re)inserção socioprofissional de jovens e trabalhadores

Diretoria de vinculação: DPE

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Articulação da EPT com políticas de EJA e trabalho	EPT articulada à EJA	Expandir a oferta de cursos técnicos e FIC articulados à EJA por meio da Bolsa-Formação PRONATEC
	Certificação Profissional	Reestruturar e expandir a Rede CERTIFIC de forma integrada ao PRONATEC
	Mulheres Mil	Ampliar a oferta de vagas no Programa Mulheres Mil por meio da Bolsa-Formação PRONATEC

Pontos de Atenção:

- Efetividade das ações de EPT articuladas à EJA frente ao contingente de jovens e trabalhadores sem escolaridade adequada ou sem formação profissional;
- Reestruturação do processo de reconhecimento de saberes de modo a dar mais dinamicidade e escala à certificação profissional;
- Revisão da legislação referente à Bolsa-Formação PRONATEC e à Rede CERTIFIC.
- Reestruturação e recomposição do quadro Técnico da DPE.

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013/2014
Número de matrículas em programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional	100.000
Número de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	200.000
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos articuladas à educação profissional	5%
Número de vagas em cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social	100.000

OBJETIVO ESTRATÉGICO: Organizar e normatizar processos, procedimentos e ações para promover o desenvolvimento institucional

Diretoria de vinculação: GAB

Macroprocessos, Programas associados, Ações estratégicas:

MACROPROCESSO	PROGRAMAS E AÇÕES ASSOCIADOS	AÇÕES ESTRATÉGICAS
Desenvolvimento institucional	Relatórios e informações para órgãos de controle Servidores e consultores Agenda internacional Informações do SIC Relatórios de Prestação de Contas Plano de Providências Permanente Organização de eventos internos e externos Gestão orçamentário-financeira	Realizar contratações de consultorias e expandir o quadro de pessoal efetivo da SETEC Sistematizar a gestão do atendimento e da informação da SETEC Realizar a prestação de contas e o controle primário da SETEC Realizar o planejamento anual da SETEC Desenvolver a gestão orçamentário-financeira da SETEC Realizar o desenvolvimento de pessoal da SETEC Organizar fluxos e processos da SETEC

Pontos de Atenção:

- Sistema de gestão documental e de informações em processo de formulação;

Indicadores e Metas:

Indicador	Meta 2013/2014
Percentual de atendimento realizados dentro do prazo	90%

2.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As estratégias de atuação formuladas para cada objetivo estratégico estão discriminadas no subitem 2.1.

2.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

As ações desenvolvidas pela SETEC em 2012 estão organizadas de duas formas: a) temáticas, estabelecidas de acordo com os macroprocessos finalísticos e b) orçamentárias, vinculadas aos objetivos e iniciativas do PPA 2012-2015.

A seguir, destacam-se os resultados alcançados pela execução das ações planejadas, explicitando-se os resultados alcançados em cada uma.

2.3.1 Articulação e Indução da Oferta de EPT

2.3.1.1 Bolsa-Formação PRONATEC

Por intermédio da Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador) são oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos. Essa ação consolida-se pela articulação entre as redes públicas de

educação profissional e tecnológica e os serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT), que têm a atribuição de ofertar os cursos e as secretarias distrital e estaduais de educação e ministérios, que atuam como demandantes, ou seja, apresentam as demandas e fazem a mobilização, o processo de seleção dos beneficiários nos cursos. A oferta de vagas é definida em processo de pactuação e conforme o perfil dos beneficiários constituem-se modalidades da Bolsa-Formação, tais como: o PRONATEC Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o PRONATEC Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Todas as vagas oferecidas na Bolsa-Formação estão disponíveis para pessoas com deficiência, que têm atendimento prioritário, tendo em vista as metas previstas no Plano Viver sem Limite. A meta de 2012 era ofertar 99.149 vagas de cursos técnicos concomitantes por intermédio da Bolsa-Formação e 590.937 vagas em cursos de formação inicial e continuada via Bolsa-Formação trabalhador. Foram ofertadas 27.330 vagas e realizadas 104.849 matrículas em cursos técnicos e foram ofertadas 734.030 vagas e realizadas 540.974 matrículas em cursos de formação inicial e continuada, totalizando 645.823 matrículas.

2.3.1.2 FIES Técnico

Em 2011, o Governo Federal lançou o FIES Técnico, uma das ações do PRONATEC, que possibilita financiamento de cursos para estudantes e empresas. Em 2012, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) estruturou o processo de habilitação das unidades de ensino, o qual engloba o desenvolvimento do sistema no Sistec, capacitação de servidores da Rede Federal, criação das comissões de habilitação dos Institutos Federais (IFs), elaboração e publicação de portarias e os manuais de habilitação e adesão. Foram também realizadas ações de divulgação junto às instituições privadas e consolidado o processo de habilitação, que prevê, para as instituições privadas de nível técnico, a visita *in loco* realizadas por servidores dos IFs. No total, foram habilitadas 85 unidades de ensino privadas e 254 do Sistema S e iniciaram o processo de adesão, condição necessária para a execução da ação.

2.3.1.3 Políticas de inclusão e assistência estudantil para a EPT

No âmbito do Programa Temático 2013 – Educação Profissional e Tecnológica do PPA 2012-2015, as iniciativas previstas refletem, direta ou indiretamente, a preocupação de responder ao desafio de implementar políticas de inclusão social, por meio da democratização do acesso, garantia da permanência, valorização da diversidade, equidade e inclusão.

Nesse sentido, além do investimento realizado por meio das diversas iniciativas que compõem o PRONATEC, em particular, como política de inclusão e assistência estudantil, a Bolsa-Formação PRONATEC, outras ações que possibilitam a inserção social de pessoas com deficiência e de populações em condições de vulnerabilidade social.

1. Bolsa-Formação PRONATEC

Os beneficiários da Bolsa-Formação recebem todos os insumos para realizar o curso, inclusive auxílio alimentação e transporte, para estimular sua permanência e conclusão com êxito. Em 2012, foram oferecidas vagas em todo o território nacional, com o atendimento prioritário às pessoas com deficiência; aos beneficiários de programas federais de transferência de renda; às pessoas que trabalham ou desejam trabalhar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer; estudantes de ensino médio da rede pública em busca de profissionalização; praças do Exército e da Aeronáutica que deram baixa do Serviço Militar; e populações do campo.

2. Assistência Estudantil PROEJA

No âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de educação de jovens e Adultos – PROEJA, vem sendo desenvolvida uma importante ação que visa contribuir para a permanência dos estudantes nos cursos das instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, R\$ 8,2 milhões foram descentralizados em recursos de Assistência Estudantil, para que os estudantes em situação de vulnerabilidade social dos cursos PROEJA possam subsidiar suas despesas básicas, no curso, com transporte, alimentação e material didático. Assim, em 2012, os Institutos Federais, CEFETs e CPII receberam em sua matriz orçamentária incremento de recurso para a Assistência aos Estudantes PROEJA e às escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, a partir de recursos da própria SETEC/MEC. Para as escolas técnicas vinculadas foram descentralizados R\$ 1,76 milhão.

3. Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

As ações de inclusão de pessoas com deficiência, desenvolvidas pela Rede Federal, visam à inserção em cursos ofertados pelas instituições e com o apoio dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNEs, responsáveis pelo acolhimento de pessoas com necessidades específicas. Em 2012, o número de NAPNEs foi ampliado de 111 para 388. Em termos de recursos orçamentário-financeiros da LOA 2012, foi previsto o recurso de R\$ 13,58 milhões de custeio e R\$ 5,82 de capital. Entretanto, identificou-se que a maior necessidade dos NAPNEs seria de aquisição de tecnologia assistiva e material didático pedagógico para montagem das salas de recursos para atender alunos com deficiência matriculados na Rede Federal. Optou-se, então, por articular esta ação com o processo para aquisição de tecnologia assistiva, o qual era conduzido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, o que contribuiria para a redução de preços dos equipamentos. O processo licitatório, conduzido pelo FNDE foi concluído apenas no final de dezembro, e as atas de registro de preço publicadas no início de 2013 e, com isso, não foi possível a aquisição em 2012. Para garantir a aquisição em 2013, foi destinado recurso aos NAPNEs na LOA 2013 para os Institutos Federais.

4. Centros de treinamento de cães-guia

Ainda como ação de inclusão de pessoas com deficiência, os centros de treinamento de cães-guia foram realizados em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, por intermédio da Secretaria Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência. Esses centros têm por objetivo ofertar curso técnico de treinadores e instrutores de cães-guia. A proposta é inovadora, sendo o primeiro centro gratuito. O projeto-piloto foi implantado em 2012 no Instituto Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Camboriú e em 2013 serão implantado um centro em cada região do país, exceto a região nordeste que contará com 2 centros, somando assim 6 Centros de Treinamento de Cães-Guia no Brasil.

- Região Norte – Instituto Federal do Amazonas – Campus Zona Norte
- Região Centro-Oeste – Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí
- Região Nordeste - Instituto Federal do Ceará – Campus Limoeiro do Norte e Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão
- Região Sudeste - Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Alegre
- Região Sul - Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú – primeiro projeto-piloto.

Para implantação dos centros, a SETEC descentralizou recursos para os IFs envolvidos na ordem de R\$ 3 milhões cada um, recurso a ser utilizado na infraestrutura dos centros. A Secretaria de Direitos Humanos descentralizará R\$ 500 mil por ano, para que cada IF possa comprar as matrizes, isto é, os cães-filhotes para implementação dos cursos. Cada filhote custa

cerca de R\$ 9.mil, visto que são selecionados entre cães com pedigree e sem histórico familiar de degeneração óssea.

5. Núcleos de desenvolvimento de tecnologia assistiva

Os núcleos de desenvolvimento de tecnologia assistiva são locais implantados nos IFs responsáveis pela pesquisa e o desenvolvimento dessa tecnologia, para que bens e serviços tecnológicos sejam produzidos a custo baixo. As seguintes instituições e respectivos projetos vem sendo fomentados:

INSTITUIÇÃO	PROJETO
Instituto Federal do Amazonas	Material didático para surdos
Instituto Federal do Pará	Livro acessível para cegos
Instituto Federal de Brasília	Material didático
Instituto Federal do Mato Grosso	Linha de pesquisa em software para cegos
Instituto Federal do Ceará	Tablet acessível para cegos; Roupas acessíveis
Instituto Federal Baiano	Acessibilidade na web
Instituto Federal de Pernambuco	Luva que reconhece temperatura
Instituto Federal do Espírito Santo	
Instituto Federal do Paraná	
Instituto Federal de Santa Catarina	Protótipo de cadeira de rodas
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Sítio Acessível; Banco de Recursos Humanos; Tecnologia Assistiva de Baixo Custo; Curso de Acessibilidade; Habitação Universal
Instituto Federal Sul-rio-grandense	Cadeira Motorizada Controlada por Voz; Sensor para estacionamento; Casa Acessível

Essa ação dá condições às instituições de produzirem o seu próprio material pedagógico e tecnologia assistiva a um custo mais baixo.

6. Centros de Equoterapia

A Equoterapia é um método terapêutico que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. (Conceito da AndeBrasil – Associação Nacional de Equoterapia). Essa ação vem sendo desenvolvida em parceria com os seguintes Institutos Federais e respectivos campus:

- Instituto Federal de Brasília, Campus Planaltina;
- Instituto Federal do Ceará, Campus Iguatu;
- Instituto Federal Catarinense - Campus Concordia;
- Instituto Federal Goiano, Campus Ceres;
- Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde; e
- Instituto Federal do Mato Grosso, Campus Cárceres.

7. Implantação da Lei 10.639/2003 e Lei 11.645/2008

A SETEC tem trabalhado em conjunto com a SECADI, para que as escolas da Rede Federal de EPCT possam criar os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígena – NEABIs, em cumprimento ao Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Implementação da Lei 10.639/2003. Em 2012, os Neabis passaram de apenas 5 para 45.

8. Implantação das políticas de gêneros estabelecidas no Plano Nacional de Direitos Humanos

As políticas de Gênero foram criadas pelo MEC, por intermédio da Comissão Nacional de Educação em Direitos Humanos, na qual a SETEC tem representação.

Em 2012, a SETEC participou das reuniões para implantação da política de gênero, entretanto, não se conseguiu avançar com as discussões, o que dificultou a ampliação da ação na Rede Federal de EPCT.

A implantação dessas políticas tem impacto direto na responsabilidade social que o Ministério da Educação assume com os seus parceiros e principalmente o povo brasileiro, para a formação do cidadão excluído socialmente e a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

É importante ressaltar que a SETEC entende que as ações de articulação com a SECADI, responsável finalística pelas políticas de educação inclusiva e diversidade no âmbito do Ministério da Educação, devem ser estreitadas e integradas para 2013. Com isso, a SETEC espera que as ações sejam ampliadas para as demais redes de educação profissional e tecnológica e que os Institutos Federais tenham o apoio técnico específico para desenvolvimento e ampliação das ações fomentadas.

2.3.2 Desenvolvimento do acordo de gratuidade do Sistema S

2.3.2.1 Gratuidade do Sistema S

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está em funcionamento desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Para acompanhar o cumprimento do acordo, além do registro das matrículas no SISTEC, foi contratada a Fundação Getúlio Vargas para realizar o desenvolvimento da metodologia de acompanhamento de acordo de gratuidade que permitirá ao Ministério da Educação monitorar o cumprimento das metas estabelecidas no Acordo. Em 2012, foram efetuadas por meio do Acordo de Gratuidade mais de 680 mil matrículas gratuitas.

2.3.3 Desenvolvimento da Rede Federal de EPT

Em 2008 foi aprovada e sancionada a Lei nº 11.892, que instituiu uma nova configuração para a rede federal de educação profissional e tecnológica. A partir desta lei foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por meio da transformação de autarquias existentes (CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais), dando suporte à implantação de 214 unidades até 2010. Em outubro de 2011, com a promulgação da Lei nº 12.513, de 2011 que instituiu o PRONATEC, foi lançado o Plano de Expansão III, com previsão de implantação 208 novas unidades até 2014.

Devido à necessidade de consolidação das escolas criadas no período 2003 a 2010, bem como ao esforço de implantação das 208 novas unidades do governo Dilma, a SETEC executou o seu planejamento a partir do diagnóstico das necessidades de consolidação dos campus criados até 2010, visando normatizar o processo de descentralização de créditos orçamentários para atender as demandas relativas a reestruturação da rede federal.

Com o intuito de apoiar o processo de expansão e melhorar as atividades de monitoramento e supervisão de obras, de modo articulado com as instituições da rede federal, a SETEC realizou as seguintes atividades:

- Criação do Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal, por meio da Portaria nº 24/2012-SETEC;
- Criação do Banco de Profissionais de Engenharia, por meio da Portaria nº 23/2012-SETEC;
- Efetivação de Parceria entre o MEC e a CGU para melhoria da gestão, no que se refere às obras da expansão da rede federal, por meio da disponibilização de um Projeto Padrão adequado pela SETEC e qualificado pela CGU.

O desenvolvimento das atividades operacionais da expansão e reestruturação da rede federal baseou-se em atividades internas que possibilitaram o planejamento integrado com as instituições da rede federal, cujas ações se encontram relacionadas abaixo:

- Nova normatização para descentralização de créditos orçamentários, com a publicação da Portaria SETEC nº 28, de 2012;
- Realização de diagnóstico das necessidades de reestruturação física e de aquisição de equipamentos para laboratórios, ambientes pedagógicos e da área de TICs para as unidades da rede.
- Publicação do Edital SETEC nº 001, de 2012 – Apoio à Reestruturação da Rede Federal;
- Elaboração da Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2013, com base na continuidade do plano de reestruturação;
- Controle de liberação de limites de empenho de capital, com base no monitoramento do preenchimento do Módulo Obras do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC;

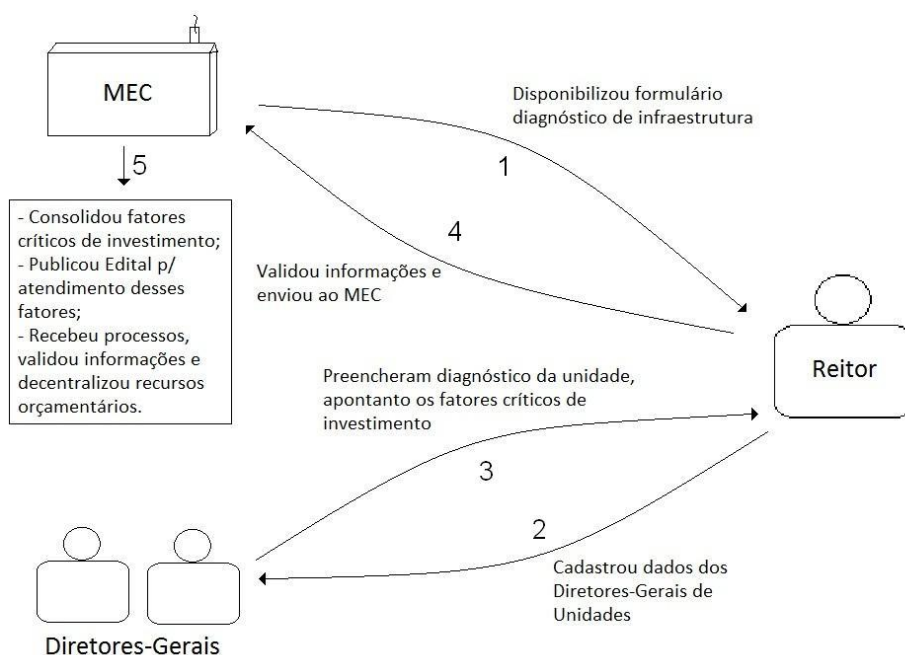
Decorrente das atividades do planejamento integrado, atingiu-se o seguinte resultado operacional na expansão:

- 76 unidades em funcionamento, das quais 35 foram inauguradas;
- 57 unidades em execução de obra;
- 38 unidades em fase de licitação;
- 78 unidades em fase de planejamento e elaboração de projeto;

A SETEC, buscando promover a reestruturação das unidades da rede federal, em articulação com Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, realizou o levantamento das necessidades de investimentos prioritários, considerando-se as seguintes dimensões:

- a) infraestrutura física;
- b) equipamentos de TIC; e
- c) equipamentos para laboratórios.

Os gestores das instituições preencheram o diagnóstico, apontando os fatores críticos de investimentos. Esses fatores foram relacionados de maneira respectiva de cada unidade da rede federal, a partir da qual a SETEC disponibilizou recursos orçamentários e financeiros, por meio do do Edital SETEC nº 01, de 2012. O desenho esquemático do diagnóstico da reestruturação se encontra na figura a seguir:



Foram atendidas 359 demandas, que resultaram na descentralização de R\$ 275.454.739,45. Em uma análise estratificada das prioridades atendidas pelo Edital, verificamos que 12 necessidades de reestruturação concentraram 85% do orçamento total descentralizado, como apresentado abaixo:

Demandas	Valor Destinado	Unidades Atendidas
Construção de Salas de aula	83.660.101,25	50
Construção de Laboratório e Sala de Aula	10.371.489,75	6
Equipamento laboratórios diversos	40.592.000,71	107
Equipamentos diversos	16.930.613,07	23
Construção de Ginásio Esportivo	21.707.604,92	19
Construção de laboratório	14.661.900,24	15
Mobiliário Acadêmico	2.550.260,12	15
Equipamento T.I.	3.944.445,13	11
Construção de Biblioteca	11.363.551,91	10
Construção/Ampliação de Rede elétrica	9.148.433,03	10
Construção de Infraestrutura de segurança	2.830.242,61	9
Ambientes administrativos	16.539.697,98	18
Outras necessidades	41.154.398,73	66
Subtotal	275.454.739,45	359

Nesse período (2012), foram investidos R\$ 173,7 milhões na expansão, por meio da implantação das novas unidades, além de R\$ 275,4 milhões na reestruturação das unidades já existentes, totalizando o investimento de R\$ 449,1 milhões no plano de expansão e reestruturação da rede federal.

2.3.4 Gestão e supervisão da Rede Federal de EPT

2.3.4.1 Supervisão da Rede Federal

O Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, que trata da estrutura regimental do Ministério da Educação, atribui à Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal – DDR, a

supervisão operacional e técnico-pedagógica das instituições federais de educação profissional e tecnológica, conforme disposto no inciso II do art. 13 da norma.

O monitoramento da educação profissional por meio de indicadores é fundamental para garantir que as ações e atividades sejam desenvolvidas dentro de padrões mínimos de qualidade.

Torna-se crucial o estabelecimento de indicadores acadêmicos que possam mensurar a ampliação da oferta de vagas, a melhoria da eficiência e eficácia, entre outros, possibilitando uma correta avaliação do cumprimento dos objetivos das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Além dos indicadores já estabelecidos pelo Órgão de Controle Externo, por meio dos Acórdãos nº 2.267/2005 – TCU/Plenário, nº 104/2011 – TCU/Plenário e nº 2.508/2011 – TCU – 1ª Câmara, faz-se necessário estabelecer indicadores que expressem a dinâmica da nova institucionalidade dos institutos federais. Por esse motivo, em agosto de 2012 foi constituído um Grupo de Trabalho (GT), por meio da Portaria SETEC nº 25, com as seguintes finalidades:

“I - propor novo conjunto de indicadores de gestão, com base nas orientações e conceitos contidos no Acórdão 2.267/2005 - TCU - Plenário, no Termo de Acordo de Metas e na Matriz Orçamentária da Rede Federal, visando conferir maior efetividade ao cumprimento dos objetivos e finalidades estabelecidos pelos artigos 6º e 7º da Lei 11.892, de 2008; e,

II - elaborar Manual de Produção e Análise dos Indicadores de Gestão da Rede, considerando:

- a) descrição e conceituação dos indicadores;
- b) método de cálculo de cada indicador;
- c) forma de interpretação dos resultados dos indicadores; e,
- d) estrutura de apresentação dos relatórios.” (Portaria SETEC nº 25, de 2012).

Para a conclusão dos trabalhos do GT necessita-se realizar um levantamento final de dados junto às instituições de ensino, com o intuito de fundamentar as análises e propor a nova matriz de indicadores de gestão da rede federal, focados na melhoria efetiva dos processos de gestão nas instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Além dos processos finalísticos de gestão, diversas demandas por supervisão administrativa, motivadas por denúncias, foram conduzidas pela DDR em 2012, dentre as quais dez resultaram na instauração de comissão de supervisão “in loco”. Os processos, relatórios, ordens de serviço e notas técnicas das ações de supervisão ficam arquivados, via de regra, na Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão da DDR.

Cabe destaque à supervisão ministerial conduzida pela SETEC no processo eleitoral para o cargo de reitor do Instituto Federal do Pará, desdobrada em processo administrativo disciplinar após a prisão do ex-reitor pela Polícia Federal e na nomeação de um reitor pró-tempore.

Dentre as motivações mais recorrentes para ações de supervisão conduzidas pela equipe técnica da DDR, destacam-se as acusações deliberadas de supostas irregularidades praticadas por gestores, às vésperas de processos eleitorais para escolha de reitores e diretores gerais de unidades. Outrossim, cabe destaque às supervisões realizadas nas obras da expansão da rede, motivadas por denúncias ou por problemas de ordem técnica. Na maior parte dos casos, as apurações resultam em arquivamento dos processos por ausência de materialidade.

2.3.4.2 Gestão e desenvolvimento de pessoas da Rede Federal

O desenvolvimento de pessoas é um ponto estratégico para a implantação e consolidação das unidades da rede federal. Neste sentido, a SETEC concentrou esforços para adequar as características da carreira docente a um perfil de natureza prática e aplicada, necessário para que

as instituições cumpram as suas finalidades e características, em consonância com os artigos 6º e 7º da Lei nº 11.892, de 2008.

Por outro lado, houve a reestruturação da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com a equiparação remuneratória e estrutural com a carreira do Magistério Superior. No caso da carreira dos Técnicos Administrativos em Educação, houve uma valorização da titulação, de modo a estimular a qualificação profissional contínua dos servidores.

Em suma, os dois esforços envidados na área de gestão de pessoas se materializaram nas seguintes ações:

- Acompanhamento da tramitação do Projeto de Lei que resultou na aprovação da Lei nº 12.677, de 2012;
- Equiparação do Colégio Pedro II aos Institutos Federais, pela alteração da Lei nº 11.892, de 2008;
- Elaboração do texto do Projeto de Lei que resultou na aprovação da Lei nº 12.772, de 2012;
- Participação no processo de reformulação das carreiras de docentes e técnico-administrativos;
- Condução e participação dos Grupos de Trabalho, decorrentes das assinaturas dos Termos de Acordo nº 01 e nº 02, de 2012, firmados entre o governo e as entidades sindicais;
- Elaboração do texto da minuta de decreto de criação do banco professores equivalentes e do quadro de referência de TAE para os CEFETs, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II;
- Efetivação da redistribuição de 525 servidores entre instituições federais de ensino;
- Redistribuição de 1.583 códigos de vagas da carreira EBTT e 4.219 códigos de vagas da carreira PCCTAE;
- Redistribuição de 1.670 cargos de direção e funções gratificadas;
- Regulamentação da atuação do professor com dedicação exclusiva;
- Criação de 526 cargos de professor titular livre da carreira EBTT, bem como da figura de professor visitante para as carreiras do magistério federal;
- Atualização do Banco de Professores Equivalentes em 4.515 novos cargos de docentes em regime equivalente ao da dedicação exclusiva e do quadro de referência TAE em 3.974 novos cargos do PCCTAE para os Institutos Federais, publicada em 2013, por meio da Portaria Interministerial nº 25 – MPOG-MEC;
- Autorização de repasse de 626 professores temporários e liberação de contratação de 201 professores substitutos;
- Nomeação de 09 reitores eleitos;
- Apoio a capacitações dos servidores da rede federal:
 - Mestrado em Educação Profissional da Universidade de Brasília;
 - Formação de 300 gestores, por meio da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP;
 - Apoio a Pós-graduação em Pesca da Universidade Federal do Ceará - UFCE;
 - Apoio ao plano anual de capacitações de gestores de TI, promovido pela Rede Nacional de Pesquisa - RNP;
 - Capacitação de gestores do Programa Mulheres Mil;
 - Capacitação de avaliadores para habilitação de instituições privadas no PRONATEC.

2.3.5 Desenvolvimento das Redes Estaduais de EPT

2.3.5.1 Brasil Profissionalizado (construções, reformas e laboratórios / matrículas)

Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de laboratórios, dos quais 635 já foram entregues. O programa contempla a construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas, além da ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas. O Brasil Profissionalizado também contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. No exercício de 2012, foram concluídas as obras de 75 escolas e 245 escolas tiveram laboratórios entregues.

Das 744 obras integrantes do programa, 331 estão na região nordeste, 82 na região norte, 141 no centro-oeste, e outras 55 e 135 nas regiões sudeste e sul respectivamente.

O programa disponibiliza 31 tipos de laboratórios padrão. Além dos 635 laboratórios entregues há 1088 laboratórios licitados.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Nesta ação foram avaliadas 16 escolas do Programa Brasil Profissionalizado.

2.3.6 Desenvolvimento de EPT a distância

2.3.6.1 Rede e-TEC Brasil (expansão e matrículas)

O programa Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec. Nas matrículas e cursos da rede e-Tec Brasil, destaca-se ainda o projeto Pró-Funcionário, que beneficiou mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica. Também por meio da Rede e-Tec, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional.

Em 2012, integraram a Rede e-tec Brasil 43 instituições da Rede Federal e outras 12 das redes estaduais, atendendo a todas 27 unidades da federação.

A distribuição dos 841 polos pelas regiões do país é a que segue: 86 na região norte, 174 no nordeste, 172 no centro-oeste, 115 na sudeste e 294 na sul.

2.3.7 Fomento à inovação tecnológica, pesquisa aplicada e extensão na EPT

2.3.7.1 Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) da Rede Federal de EPCT

Considerando os esforços governamentais nos últimos anos, têm sido direcionados recursos para incentivar a produção nacional, seja industrial ou de serviços, e para a promoção de atividades inovativas. A Lei nº 10.973, de 2004, conhecida como Lei de Inovação Brasileira, trata do estímulo à pesquisa colaborativa entre os setores público e privado e determina que as instituições de ciência e tecnologia (ICTs) disponham de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), com a finalidade de gerir suas políticas internas de inovação.

A SETEC, visando fortalecer a cultura da proteção do conhecimento, da transferência de tecnologia e de Propriedade Industrial (PI) nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, viabilizou, em 2012, as seguintes iniciativas:

- a) Realização de encontros e reuniões dos coordenadores regionais dos NITs, visando ao planejamento e início da execução do Curso de Especialização em Propriedade Intelectual e Inovação (ação conjunta entre SETEC-MEC, INPI, IFPR, UTFPR, FORPOG, Rede NIT, e-Tec, CONIF) na modalidade EaD;
- b) Elaboração da coleção de 13 livros didáticos, com temas relacionados à Propriedade Intelectual e Inovação, escritos por servidores, na sua maioria com algum vínculo com os NITs da Rede Federal;
- c) Divulgação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio de sua inclusão como tema de um dos Grupos de Trabalho de Estudos Estratégicos do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – FORTEC;
- d) Fomento à realização de palestras com o tema “papel dos NIT para Inovação”; pesquisa de levantamento da situação dos NITs;
- e) Levantamento dos indicadores de produção tecnológica nas instituições da rede federal por meio dos NITs;
- f) Elaboração da minuta do novo termo de Cooperação entre SETEC/MEC e INPI.

2.3.7.2 Premio Tecnologia e Inovação da Educação Profissional e Tecnológica

O Prêmio Tecnologia e Inovação da Educação Profissional e Tecnológica é oriundo do Prêmio Técnico Empreendedor, instituído em 2002, a partir de uma parceria entre a SETEC/MEC e o SEBRAE Nacional. Foram realizadas nove edições do Prêmio Técnico Empreendedor, por meio do incentivo e estímulo à participação de professores e alunos com ideias criativas e planos de negócios para a geração de emprego e renda no País. Cerca de 6.000 projetos concorreram em diversas áreas temáticas, sendo premiados aproximadamente 1.300 projetos nas categorias de cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia.

Ao longo das edições do Prêmio Técnico Empreendedor, outros parceiros se agregaram ao programa, por meio do apoio técnico e financeiro. Em 2011, um novo projeto de premiação foi concebido, com o apoio de todas as Instituições parceiras e sob à coordenação da SETEC/MEC, cujo lançamento foi previsto para 2012.

Na nova proposta, instituíram-se quatro grandes áreas temáticas:

- a) Inovação Tecnológica, com apoio do SEBRAE, INPI, CNPq e FINEP;
- b) Tecnologia Social, com apoio do SEBRAE, INPI, Fundação Banco do Brasil e CNPq;
- c) Inclusão Produtiva, com apoio do SEBRAE, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, INPI, Fundação Banco do Brasil e CNPq; e
- d) Plano de Negócio Inovador, com apoio do SEBRAE, INPI, Diretoria de Micro e pequenas empresas do Banco do Brasil e do CNPq.

No planejamento das ações, o SEBRAE Nacional se comprometeu com os custos da festividade da cerimônia de entrega dos Prêmios, traslado dos vencedores, *city tour*, fotografias, material de divulgação para distribuição nas escolas, consultoria técnica no âmbito de realização de Palestras sobre o Empreendedorismo e Inovação nas escolas e orientação técnica aos participantes na elaboração dos Planos de Negócios. A Diretoria das Micro e Pequenas Empresas

do Banco do Brasil, além de verba de patrocínio para o Prêmio, participaria com a orientação dos investimentos para viabilização dos Projetos vencedores. A Fundação do Banco do Brasil comprometeu-se a dar apoio financeiro aos projetos vencedores voltados à Temática de Tecnologias Sociais e Sustentabilidade Ambiental para a sua reaplicação em comunidades carentes. O CNPq concederia Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica para as equipes de pesquisadores vencedores por até 12 meses para melhoria da qualidade do projeto ou ampliação do mesmo. Além dos recursos disponibilizados pelas instituições já citadas, as demais instituições parceiras - MCTI, MDIC, INPI, FINEP - demonstraram interesse em dar o apoio técnico ao Prêmio Tecnologia e Inovação na Educação Profissional e Tecnológica conforme competências específicas. O Prêmio totalizaria cerca de R\$ 1 milhão em termos de recursos advindos das contribuições da SETEC e dos parceiros.

Entretanto, considerando a emergente agenda da inovação tecnológica e sua estreita ligação com as ações de Educação Profissional e Tecnológica e ainda, o investimento previsto para 2013, com a implantação dos Polos de Inovação da Rede Federal, optou-se pelo redesenho do Prêmio numa nova ação, a ser estruturada em 2013, que dará ênfase à inovação tecnológica. Essa nova ação deverá ser desenvolvida inicialmente com as instituições que compõem a Rede Federal e, na sequência, ampliada para as demais redes de Educação Profissional e Tecnológica.

2.3.7.3 Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI)

A Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais - RENAPI, criada a partir do Sistema de Informações da Educação Profissional – SIEP, tinha como objetivo geral a atuação do processo colaborativo de pesquisa, desenvolvimento e inovação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, voltada a soluções de tecnologias digitais.

A RENAPI era composta por núcleos de pesquisa, desenvolvimento e inovação instituídos no âmbito dos Institutos Federais, cujo financiamento se dava a partir da descentralização direta de créditos orçamentários da SETEC.

O relatório de cumprimento de objeto das descentralizações de crédito e a caracterização dos projetos no âmbito da RENAPI foram objeto de auditoria realizada pela CGU em 2012, resultando em um conjunto de recomendações que levaram ao debate conceitual do modelo de fomento à pesquisa e inovação da RENAPI, que culminará com a finalização dos projetos e disponibilização dos seus produtos no Portal do Software Público.

2.3.7.4 Apoio à pesquisa aplicada e extensão tecnológica

De acordo com o PPA 2012-2015 o Ministério da Educação é o responsável pelo desenvolvimento do programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica que possui, dentre outras, a seguinte iniciativa para o atingimento de suas metas:

02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.

Dessa forma, a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao atingimento dessa meta, planejou a construção do Edital SETEC 02/2012 para financiamento à Pesquisa Aplicada na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, objetivando proporcionar os insumos necessários para o desenvolvimento das tecnologias educacionais,

modernização do processo didático-pedagógico, capacitação de docentes dentre outras ações que atingissem os objetivos preconizados no PPA.

O fomento ao desenvolvimento de pesquisa aplicada à inovação e à extensão tecnológica busca promover um espaço de criação e expansão da ciência e tecnologia baseado nos princípios ético-político e didático-pedagógico que essas ações conferem.

O valor previsto para o Edital foi de R\$ 21 milhões. Os objetos financiáveis foram:

1. Fomento para a atualização tecnológica e mobilidade acadêmica para os estudantes e pesquisadores da Rede Federal de EPT, por meio de pagamento de despesas para participação em cursos de capacitação e em eventos científicos e tecnológicos nacionais e internacionais.
2. Realização de eventos que viabilizem a cooperação entre os pesquisadores da Rede Federal de EPT e destes com pesquisadores de outras organizações (instituições de ensino, instituições de pesquisa ou empresas).
3. Realização de estudos de alinhamento das ofertas educacionais, com os arranjos produtivos culturais e sociais locais na Rede Federal de EPT, em especial para as Unidades em fase de implantação.
4. Publicação de livros e de revistas científicas
5. Fomento de editais de projetos de extensão voltados para o atendimento e para a promoção das seguintes temáticas:
 - i) educação inclusiva e diversidade;
 - ii) artes (cênicas, visuais, danças, musicais, audiovisuais e digitais), expressões culturais e resgate de memória e patrimônio histórico;
 - iii) práticas esportivas e atividades desportivas e de lazer; e
 - iv) apoio a micro e pequenas empresas, a entidades ligadas aos APLs e a organizações sociais.

Foram 116 projetos analisados, nos quais 39 foram considerados aptos para recebimento dos recursos, o que totalizou a solicitação de R\$ 4,4 milhões.

A amplitude da Rede Federal é um ponto que merece destaque, pois se de certa forma for alcançada a capilarização das ações, de outra encontrarão certas dificuldades no que tange aos recursos humanos para divulgação, recebimento e análise das propostas. Outro ponto a ser destacado foram os prazos considerados muito apertados para a elaboração dos projetos e análise. A utilização do sistema de gerenciamento de projetos em meio eletrônico facilitou a compilação dos projetos e avaliação.

2.3.7.5 Núcleos de Pesquisa Aplicada à Pesquisa a Aquicultura (NUPAs) da Rede Federal de EPCT

Os Núcleos de Pesquisa Aplicada à Pesquisa a Aquicultura (NUPAs), constituídos junto às unidades dos Institutos Federais da Rede Federal de EPCT, têm como objetivos: socializar as pesquisas em desenvolvimento nas mais diferentes regiões do país, potencializando as ações que já existem e articulando outras possibilidades de ações para atender as comunidades ribeirinhas; socializar os trabalhos de pesquisa desenvolvidos na área da pesca e aquicultura; discutir os problemas e perspectivas com relação ao acesso a editais de pesquisa; promover a qualificação de pescadores; e incentivar os jovens pescadores na formação profissional com vistas à melhoria de qualidade de vida e sustentabilidade das futuras gerações. Atualmente estão implantados trinta NUPAs na Rede Federal de EPCT, nas diversas regiões do País.

Com objetivo de fortalecer e consolidar as políticas relativas à pesquisa aplicada à pesca e aquicultura nos Institutos Federais, a SETEC desenvolveu uma série de ações em 2012. Dentre

as ações desenvolvidas pela SETEC, a participação no Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) – e no Grupo de Trabalho Formação e Capacitação do Pescador Profissional – e a promoção de articulação com o Ministério da Pesca e Aquicultura e com a Marinha do Brasil, possibilitaram a incorporação, no âmbito do PRONATEC, de cursos de formação inicial e continuada (ou qualificação profissional) com grande potencial para desenvolvimento pela Rede Federal de EPT. Essas articulações culminaram com a celebração do Memorando de Entendimentos firmado entre o Ministério da Educação, o Ministério da Defesa e o Ministério de Pesca e Aquicultura. O Memorando de Entendimentos tem por objeto a conjugação de esforços entre os partícipes, visando à elaboração dos instrumentos jurídicos necessários para a acreditação, pela Marinha do Brasil, das Instituições que compõem o Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica, para ministrar cursos para aquaviários dos 1º, 2º e 3º Grupos, respectivamente, Marítimos, Fluviais e Pescadores. Com isso, os Institutos Federais poderão ministrar esses cursos, ampliando, significativamente, o potencial de matrículas de pescadores e aquicultores em cursos de educação profissional e tecnológica.

A SETEC disponibilizou R\$ 2,1 milhões por meio do Edital 03/2012-SETEC/MEC que objetivou, especificamente, apoio complementar à realização de eventos e de pesquisas dos NUPAs. Entretanto, pouco êxito foi logrado na aprovação das propostas submetidas.

Ainda, foram financiadas, pela SETEC, diárias e passagens para que mais de cinquenta gestores e servidores da Rede Federal participassem do IV Encontro Nacional dos NUPAs, realizado de 05 a 07 de dezembro, em Foz do Iguaçu/PR.

Cabe ressaltar que, como núcleos de pesquisa aplicada, os NUPAs possuem financiamento na matriz orçamentária dos Institutos Federais, na temática de Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica, que, em 2012, recebeu mais de R\$ 40 milhões e que, para 2013, tem mais de R\$ 42 milhões destinados na LOA.

Todas essas ações reiteram o compromisso da SETEC em apoiar as ações de pesquisa aplicada, extensão tecnológica e educação inclusiva no âmbito da pesca e aquicultura, com o objetivo de dar consistência e organicidade a essas políticas.

2.3.7.6 Núcleos de Agroecologia (NEAs) da Rede Federal de EPCT

O Projeto “Implantação e Consolidação de Núcleos de Estudo em Agroecologia”, teve suas atividades desenvolvidas durante o exercício de 2010/2012, no âmbito dos 26 Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia que foram selecionados, em atendimento ao Convite nº 73, 20 de maio de 2010, às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e aos Colégios Técnicos vinculados às Universidades Federais para apresentação de Projetos de Núcleos de Estudo em Agroecologia.

Os processos de implantação dos Núcleos de Estudos em Agroecologia – NEAs alcançou os principais resultados e objetivos previstos inicialmente por todos os institutos federais que implantaram os NEAs; por meio das ações desenvolvidas há um visível fortalecimento das parcerias em torno da temática da agroecologia e o desenvolvimento de ações conjuntas.

Os NEAs implantados desenvolveram um conjunto de atividades, tais como: grupo de estudos e debates por meio de textos e vídeos, pesquisas bibliográficas, reuniões, oficinas, visitas de campo, participação em programas de rádio local, criação de blog, desenvolvimento de pesquisa científica aplicada, extensão rural, participação em seminários e congresso.

De acordo com as propostas iniciais apresentadas dos projetos de implantação foram discutidos com os parceiros locais as prioridades para a fase inicial dos NEAs, dessa forma foram realizadas diversas reuniões para discussão da metodologia para a socialização do projeto.

Os Núcleos de Estudos em Agroecologia têm possibilitado uma maior aproximação das unidades dos institutos federais com a diversidade existente de sujeitos da agricultura familiar, foi priorizado por alguns coordenadores na seleção dos educandos bolsistas, além de outros critérios, a sua relação com a agricultura familiar e a agroecologia, assim foi possível formar um grupo de alunos com origem na pesca, na agricultura familiar, em famílias indígenas, em famílias urbanas; essa diversidade de educandos juntamente com a diversidade de representantes das instituições parceiras: empresas de assistência técnica rural; secretarias de agricultura, organizações não governamentais, sindicatos dos trabalhadores rurais, prefeituras municipais, além dos professores e técnicos dos institutos federais, têm possibilitado bons debates na construção do conhecimento agroecológico, somando as experiências e assim fortalecendo as bases dos NEAs.

Os trabalhos desenvolvidos nas comunidades rurais possibilitaram aos educandos a vivência prática da construção do conhecimento agroecológico por meio das ferramentas da metodologia participativa, estabelecendo laços com o ensino, a pesquisa e a extensão, inclusive apontando futuras pesquisas a partir das demandas reais dos agricultores.

Considera-se que o Convite nº 73, 20 de maio de 2010, às Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e aos Colégios Técnicos vinculados às Universidades Federais teve impacto extremamente positivo sobre os grupos apoiados. A motivação dos estudantes foi o principal resultado, uma vez que os mesmos sentiram-se valorizados pela concessão das bolsas de pesquisa. O incentivo aos estudos aprofundados em agroecologia permitiu que vários estudantes fossem aprovados em cursos de Pós-graduação - nível mestrado entre 2011-2012.

A possibilidade de trabalhos em conjunto para execução dos projetos nas diferentes áreas do conhecimento aproximou as linhas de pesquisa dos professores criando, em algumas áreas, uma convergência de interesses. Desde então, os grupos têm se esforçado para enviar projetos de financiamento para seus estudos dentro dos institutos, para o MEC no contexto do PROEXT e em diferentes agências financiadoras, principalmente as Fundações de Amparo à Pesquisa Estadual. Neste período, os grupos de professores foram ampliados, o que proporcionou novos desafios, como a consolidação de Fóruns Regionais. Conclui-se que o objetivo de fortalecer o Núcleo de Estudos em Agroecologia foi atingido e todos esperam pela continuidade deste projeto.

A expansão dos Núcleos de Estudos em Agroecologia está contemplado no PPA 2012/2015 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e tem o Ministério da Educação como parceiro nessa ação.

2.3.7.7 Eventos de promoção e divulgação da educação profissional e tecnológica

A SETEC na execução da promoção e divulgação da educação profissional e tecnológica utiliza duas estratégias: execução direta – organizando e custeando os eventos; participação, por meio de seus técnicos e gerentes – em eventos promovidos pela Rede de EPT ou órgãos governamentais, sempre com o propósito de criar as condições necessárias ao debate organizado com os atores que executam as Políticas Públicas de EPT, para esclarecer ou discutir conceitos que permitam agregar novos conhecimentos e experiências, incentivar a adoção das novas políticas e as boas práticas.

No quadro abaixo, foram apresentados os principais eventos.

Ação: Fomento à Inovação Tecnológica, Pesquisa Aplicada e Extensão na EPT

2.3.7.8 Eventos de Promoção e Divulgação da Educação Profissional e Tecnológica

NOME	DATA	OBJETIVO	PÚBLICO- ALVO	PARTICIPANTES	OBSERVAÇÃO	Valores
1. Oficina de Formação dos Gestores do Programa Mulheres Mil- 1ª e 2ª Turma	21 de 25 de maio	Formar Gestores no Programa da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Gestores	120		R\$ 327.202,32
2. Oficina de Formação dos Gestores do Programa Mulheres Mil- 3ª e 4ª Turma	11 a 15 de junho	Formar Gestores no Programa da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Gestores	120		R\$ 449.572,65
3. Curso de Formação de Avaliadores para a Rede Certific	26 a 27 de setembro	Objetivo de formar os avaliadores que realizarão a avaliação de programas e ações desta Secretaria, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e a Rede Certific.	Representantes da Rede de EPT	40		R\$ 46.802,88
4. PRONATEC Execução 2012 e Planejamento 2013	3 a 6 de dezembro	Apresentação do balanço das realizações do Programa, articulação das ações relativas ao Brasil Profissionalizado e E- Tec Brasil; Alinhamento e encaminhamentos relativos à Bolsa- Formação nas Redes Estaduais e EPT	Representantes das Redes Estaduais de EPT e autoridades	500		R\$ 376.685,07
5. II Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica	28 de maio a 1 de junho	Levantamento de propostas que integrem a plataforma mundial de educação	Representantes de escolas e universidades relacionadas e Rede, alunos, autoridades.	15.000	R\$ 6.170.000,00 – IFSC para a organização do Evento. R\$ 3.207.265,09 – A todos os institutos para apoio ao transporte das delegações para o evento. Créditos não utilizados foram devolvidos.	R\$ 9.377.265,09
TOTAL				15.780		R\$ 10.577.528,01

2.3.7.8 Acordos internacionais para desenvolvimento da EPT

A agenda internacional apresenta diferentes estágios de relacionamento com os Países e Organismos Internacionais. Em alguns casos, como, por exemplo, o Acordo Brasil X França temos uma parceria de quase 3 (três) anos, com o desenvolvimento de vários projetos e execução de iniciativas em diferentes setores econômicos propiciando aos partícipes, especialmente alunos, experiências no mundo do trabalho que, certamente, contribuirão na formação profissional.

Outras agendas são consideradas “estruturantes”, pois envolvem países que, pela proximidade geográfica ou laços culturais e históricos, sinalizam a necessidade de aprofundamento das experiências educacionais como forma de fortalecimento das relações. Neste grupo incluímos: MERCOSUL, México, Uruguai e Cabo Verde.

Algumas experiências/iniciativas, no ano de 2012, foram demandadas por países europeus e caracterizaram-se por uma rica troca de experiências, pois oportunizou o conhecimento mútuo de distintas realidades educacionais profissionalizantes que, certamente, contribuirão para o aperfeiçoamento das Políticas Públicas de EPT.

No quadro abaixo, foram apresentados os principais eventos.

AÇÃO: Fomento à Inovação Tecnológica, Pesquisa Aplicada e Extensão na EPT

2.3.7.9 Projetos Internacionais para Desenvolvimento da EPT realizados em 2012

NOME	DATA	OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	PARTICIPANTES	OBSERVAÇÃO
1. Visita da Missão Oficial de Educação Holandesa	20 de novembro	Fomentar a possibilidade de cooperação técnica, também no âmbito de Ciência sem Fronteiras Holanda; e conhecer o Instituto Federal de Brasília para concretizar o conhecimento dessa estrutura importante brasileira, ainda relativamente desconhecida na Holanda	Autoridades Holandesas e Brasileiras; Presidentes e reitores de universidades holandesas de ciências aplicadas e de pesquisa e técnicos brasileiros	50	

2. Visita Técnica de Missão Brasileira na Alemanha	15 a 22 de setembro	Conhecer o ensino de sistema dual alemão; e identificar novas formas de promover a cooperação técnica com a Alemanha na abordagem de Educação Profissional Técnica	Docentes	10	Encaminhada proposta do Memorando de Intenções
3. VIII Reunião da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço entre Brasil e Uruguai	13 e 14 de setembro	Dar seguimento às discussões com vistas à promoção do desenvolvimento integrado da faixa de fronteira comum	Estudantes da fronteira	2	Participantes pelo Brasil
4. Projeto de Cooperação Técnica Brasil - México via ABC (Visita Técnica dos Mexicanos ao Brasil)	20 a 24 de agosto	Diagnóstico comparativo nas áreas de pesca e aquicultura elaborado; e conhecer a Política de Formação Humana na Área de Pesca Marinha e Continental e Aquicultura Familiar	Docentes Mexicanos	37	
5. Cooperação Técnica Brasil x Cabo Verde – "Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFPP".	08 a 15 de novembro	Visita Técnica de Encerramento da Missão para elaboração de relatório final das atividades e resultados do projeto.	A Formação Profissional foi priorizada como atividade estratégica pelo Governo de Cabo Verde, com vistas ao aperfeiçoamento qualitativo da força de trabalho nacional, bem como alternativa para a inclusão social de jovens e adultos em uma atividade produtiva do mercado, de forma a propiciar a elevação de renda e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e grupo familiar.	3	Foi firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Cabo Verde, um Ajuste Complementar para implementação do projeto de Formação Profissional em Turismo e Hospitalidade, cujo objetivo era a formação de 200 multiplicadores nas áreas de Cozinha, Restaurante e Bar, Camareira, Recreação e Lazer, Recepção, Eventos, Controles Hoteleiros e Governança.
6. XXV Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica do MERCOSUL	17 a 19 de outubro	Planejar e implementar cursos de ação; Propor a criação de instâncias de trabalho para o melhor desenvolvimento das suas funções; Analisar e avaliar os novos projetos de Educação Tecnológica; Gerir e executar os projetos em andamento		8	

7. Projeto de Cooperação Brasil - França	2ª Semestre de 2012	A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC publicou Edital de Chamada Pública para apoio a projetos de Cooperação Bilateral Brasil-França que teve por objetivo a análise e seleção de propostas de projetos de 5 áreas temáticas de cooperação bilateral com a França na área de Educação Profissional e Tecnológica a serem executados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Após aprovação das propostas, as Instituições participantes trabalharam na elaboração de Plano de Trabalho, onde seria possível a disponibilização de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por ano e área temática	10 por Instituto Federal	Total gasto em 2012: R\$344.716,60
Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas)		Descentralização orçamentária no valor de R\$ 29.000,00 para desenvolvimento de projeto de cooperação bilateral na área de automobilística		10	
Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará)		Descentralização orçamentária no valor de R\$ 29.000,00 para desenvolvimento de projeto de cooperação bilateral na área de automobilística		10	
Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais)		Descentralização orçamentária no valor de R\$ 33.333,30 para desenvolvimento de projeto de cooperação bilateral na área de indústria eletrônica		10	
Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.)		Descentralização orçamentária no valor de R\$ 29.000,00 para desenvolvimento de projeto de cooperação bilateral na área de automobilística		10	
Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte)		Descentralização orçamentária no valor de R\$ 33.333,30 para desenvolvimento de projeto de cooperação bilateral na área de indústria eletrônica		10	
Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC)		Descentralização orçamentária do valor de R\$ 53.550,00 para viabilização de visita técnica ao Liceu de Hotelaria de la Rochelle e Saint Quentin em Yveline		10	

Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP)		Descentralização orçamentária do valor de R\$ 100.000,00 para realização da programação constante no Termo de Cooperação, na área de AERONÁTICA.		10	
Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo)		Descentralização orçamentária no valor de R\$ 15.000,00 para desenvolvimento de projeto de cooperação bilateral na área de automobilística		10	
Projeto de Cooperação Brasil - França (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO)		Descentralização orçamentária do valor de R\$ 22.500,00 para viabilização de visita técnica de dois professores e um técnico de laboratório ao Liceu de La Rochelle e Saint-Quentin-en-Yvelines		10	

TOTAL				200	R\$344.716,60
--------------	--	--	--	------------	----------------------

2.3.7.9 Programa de Modernização da Rede Federal para uso de Tecnologias Digitais (PMTE)

A SETEC, visando o alinhamento às políticas de educação digital do Governo Federal, no âmbito do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), lançou o Programa de Modernização da Rede Federal para o uso de Tecnologias Educacionais – PMTE, o qual objetiva incorporar o uso de tecnologias educacionais à rotina dos docentes da Rede Federal, por meio da aquisição e utilização de “Computadores Pessoais tipo Tablet” e de “Computadores Interativos com Solução Integrada de Lousa Digital”. O programa objetiva, essencialmente, a melhoria dos processos relativos às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

A inclusão digital não é só o amplo acesso à tecnologia, mas a apropriação dela na resolução de problemas (FAGUNDES, 2004, p.26). Nesse contexto, é importante que o professor da Rede Federal se aproprie das TE e as utilize ativamente, provocando reflexões éticas e discussões a partir dos diferentes conteúdos abordados no cotidiano acadêmico. A interação entre os pares, a busca de conhecimentos e atualizações e a utilização das redes sociais e das ferramentas de colaboração, são exemplos de atividades que podem se integrar à rotina do professor da Rede. As novas plataformas de computação, não apenas oferecem inspiração nos ambientes de aprendizagem para os alunos, como também oportunizam aos professores a melhoria das práticas de ensino e de gestão institucional a partir do uso da tecnologia.

Particularmente, o “Computador Interativo com Solução Integrada de Lousa Digital” (CISILD) é um recurso portátil que congrega computador, projetor e lousa digital. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida para fins pedagógicos, com o objetivo de possibilitar aulas mais dinâmicas e, assim, contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Os tablets são dispositivos móveis portáteis de uso pessoal capazes de contribuir para o processo educacional pela facilitação da busca e do compartilhamento de informações e pela dinamização do método didático-pedagógico tradicional. Os tablets do PMTE apresentam atalhos que simplificam o acesso ao Portal do Professor, ao ambiente e-proinfo, à TV Escola, a um banco de aplicativos educacionais próprios para o sistema Android®, bem como a um banco de livros eletrônicos, além de possibilitar o acesso imediato à toda possibilidade de ferramentas e aplicações disponíveis gratuitamente na *web*. Esses equipamentos poderão ser utilizados efetivamente em sala de aula, em conjunto com o CISILD, permitindo mobilidade ao professor e, com isso, melhor posicionamento em sala, sem comprometer a imagem projetada na lousa digital.

Para que o objetivo do Programa seja atingido, o uso de TE pelos docentes deve estar alinhado ao projeto institucional e deve prever atividades inerentes ao uso da tecnologia.

Os referenciais para a operacionalização do PMTE são os seguintes:

a. Quantitativo de Docentes da Rede Federal em 26/06/2012 (Fonte SIAPE):

- i. Número de Cargos Ocupados: 23.302;
- ii. Número de Cargos Vagos: 2.445;
- iii. Número de Cargos Liberados em 2012: 5119;
- iv. Número Total de Cargos EBTT: 30.866.

b. Número de ambientes didáticos da Rede Federal:

- i. Fonte Censo da Educação Básica (2010): 7.419;
- ii. Fonte Diagnóstico do Plano de Reestruturação da Rede Federal (23/09/2012): 11.740.

c. Número de Equipamentos a serem Adquiridos

i. Tablets - 30.718 (trinta, setecentos e dezoito) unidades:

1. Custo: R\$ 14.199.032,77 (quatorze milhões, cento e noventa e nove mil, trinta e dois reais e setenta e sete centavos);

ii. CISILD - 5.870 (cinco mil, oitocentos e setenta) unidades:

1. Custo: R\$ 10.713.750,00 (dez milhões, setecentos e treze mil, setecentos e cinquenta reais).

A operacionalização para aquisição dos equipamentos foi iniciada em 2012 com as ações listadas abaixo, culminando na descentralização de recursos orçamentários desta Setec ao Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), da ordem de R\$ 24.912.782,77, em parcela única, utilizando as Atas de Registro de Preços constantes dos Processos Administrativos nº 23034.025047/2011-55 (nº 18/2012 - CISILD) e nº 23034.025046/2011-1 (nº 37 e 38/2012 – Tablets Educacionais):

- a. Elaboração do Plano de Aquisição de Tecnologias Educacionais para a Rede Federal;
- b. Elaboração dos documentos relativos à IN 04/2010 MPOG.
- c. Acompanhamento e orientação para o preenchimento do formulário de levantamento de demandas de equipamentos.
- d. Consolidação de dados, preparação do Termo de Cooperação e envio do processo ao FNDE.
- e. Empenho dos recursos em referência às Atas de Registro de Preços do FNDE nº 18, 37 e 38/2012.

2.3.8 Planejamento e Avaliação da EPT

2.3.8.1 Planejamento da educação profissional e tecnológica

A oferta dos cursos por meio do Pronatec vem ocorrendo a partir da articulação de redes de ensino com larga experiência em educação profissional e tecnológica no país. Entretanto, o investimento realizado não é garantia de sucesso para o programa, pois atualmente inexistem clareza na identificação da demanda por cursos de formação profissional. Dessa forma, faz-se necessário, tanto para as instituições ofertantes de cursos de educação profissional quanto para o próprio Ministério da Educação, realizar um mapeamento consistente que considere a atual oferta de cursos e a demanda por profissionais egressos. Além disso, para ampliar a eficácia dos recursos investidos em educação profissional, é importante prever – com base na identificação dos investimentos em setores estratégicos da economia, programados para o médio prazo, e considerando as características e tendências do mercado de trabalho nesses setores – quais serão as prioridades a serem atendidas pelas políticas públicas voltadas à formação e qualificação profissional, subsidiando, assim, o planejamento da oferta de cursos pelas instituições de educação profissional e tecnológica.

A disponibilização de informações consistentes e qualificadas sobre oferta e demanda por formação e qualificação profissional possibilitará a ampliação planejada e a canalização de esforços e de investimentos que deverão gerar impactos positivos na economia e na vida dos brasileiros, especialmente no caso dos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda, para quem o acesso a cursos de educação profissional e tecnológica poderá representar a ampliação de suas oportunidades de inserção ocupacional e de geração de renda.

Nesse sentido, em 2012, foi estudada a elaboração do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (Mapa da EPT), o desenvolvimento de uma metodologia que permita a atualização periódica desse Mapa, e o desenvolvimento de uma ferramenta eletrônica que dê suporte ao planejamento estratégico das ofertas de educação profissional nas áreas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento nacional, em especial as integrantes do Plano Brasil Maior. O uso dessa ferramenta possibilitará a projeção, a partir dos indicadores e insumos disponíveis, da necessidade de formação de mão de obra para atender as demandas do mercado de trabalho, considerando, ainda, o perfil do público habilitado para a formação profissional e o perfil dos profissionais disponíveis para a ocupação dos postos de trabalho correspondentes.

Diversas ações foram realizadas pela SETEC com o intuito de ter clareza da proposta que se apresenta e de se construir um Projeto Básico que desse a dimensão necessária de modo a alcançar os resultados esperados no desenvolvimento do Mapa da EPT. Dentre essas ações, uma oficina de trabalho e sucessivas reuniões foram realizadas com a participação de representantes de diversos organismos governamentais e órgãos de reconhecida competência nas temáticas vinculadas ao Mapa da EPT, dentre os quais podemos elencar:

- a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI);
- o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);
- o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC);
- o Ministério da Fazenda (MF);
- o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);
- o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).
- o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); e
- o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Como resultado desses esforços, apresentou-se um projeto básico para a contratação de serviços técnicos especializados para desenvolvimento de um mapa e de uma plataforma tecnológica que forneçam subsídios ao planejamento estratégico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. O projeto deverá ser desenvolvido em 2013 e 2014 pelo MCTI, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), e acompanhado pela SETEC.

O projeto Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, além de estratégico, representa um projeto inovador no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

2.3.8.2 Avaliação da educação profissional e tecnológica

De acordo com o PPA 2012-2015 o Ministério da Educação é o responsável pelo desenvolvimento do programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica que possui, dentre outras, a seguinte iniciativa para o atingimento de suas metas:

02A6 - Realização de estudos, avaliações de impacto e análise do papel do Estado na promoção da educação profissional e tecnológica, levantamentos estatístico-educacionais.

A ampliação da educação profissional demanda também a verificação da qualidade com que esses serviços estão sendo prestados à população, bem como a propositura de medidas corretivas e adaptativas que melhorem o desenvolvimento da ação. Dessa forma, estamos buscando parceria com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA que já possui expertise

nessa área para a construção de um projeto que avalie os egressos formados nos programas subsidiados pelo MEC, bem como gere um panorama geral da educação profissional.

A SETEC tem priorizado o acompanhamento da execução das políticas públicas existentes. A coleta de dados e o monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica nas redes federal, estaduais, municipais e privada são realizados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Em 2011 e 2012, a utilização do SISTEC para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no país. Adicionalmente, os dados do SISTEC vêm subsidiando o MEC na avaliação das políticas públicas e no planejamento de novas ações.

Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino, 72 perfis); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).

2.3.9 Formulação de Políticas e Organização da EPT

2.3.9.1 Catálogo Nacional de Educação Profissional e Tecnológica

O Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, de competência da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, conforme Decreto nº 7.690/2012, visa disciplinar a oferta dos cursos técnicos oferecidos no país, estabelecendo o padrão de nomenclatura, a carga horária mínima e descrição do perfil profissional de conclusão.

A atualização feita em 2012, iniciou-se em 2011 com a abertura de consulta pública no período de 1º de agosto a 30 de setembro, no qual qualquer pessoa pode apresentar proposta de atualização do Catálogo. Além da demanda recebida em 2011, toda a demanda que havia sido recebida pela SETEC/MEC desde a primeira edição do CNCT, em 2008, foi objeto de consideração para a produção da versão do CNCT atualizada em 2012.

Entre outubro e novembro de 2011, foram realizadas reuniões técnicas com grupos de especialistas, por área profissional, para emissão de parecer sobre as demandas. Os pareceres foram avaliados pela Comissão Executiva Nacional de Avaliação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CONAC, que aprovou o documento final, referendado pelo Secretário da SETEC/MEC em dezembro de 2011.

Ainda em dezembro de 2011, foi encaminhado ao CNE o extrato final da atualização do Catálogo, aprovado pela CONAC e referendado pelo Secretário da SETEC/MEC. Em janeiro de 2012, o CNE emitiu parecer favorável ao documento, que foi homologado pelo ministro da Educação em 06 de junho de 2012.

A versão eletrônica do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos atualizado foi então disponibilizada ao público no endereço eletrônico: <http://catalogonct.mec.gov.br/catalogo.pdf>, em julho de 2012.

Entre agosto e setembro de 2012, foi aberta nova consulta pública para recebimento de propostas de nova atualização do documento. As propostas foram organizadas por eixo tecnológico e deverão ser analisadas em 2013, juntamente com a oferta dos cursos experimentais registrados no Sistema Nacional de Informações da Educação profissional – SISTEC.

O fato de que a consulta pública acontecer no segundo semestre do ano, mostra que é inviável a atualização anual do Catálogo baseada na consulta pública do ano. Neste caso é preciso rever o período de recebimento das demandas e ainda a periodicidade de atualização do Catálogo.

Com a atualização do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos em 2012 a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica colocou em dia a publicação de um importante norteador da oferta do ensino técnico no país.

Os principais desafios para a atualização do Catálogo e as estratégias utilizadas foram:

1. A existência de elevado número de cursos técnicos sendo oferecidos em caráter experimental e que ainda não foram apresentadas solicitações de inclusão no catálogo pelas instituições de ensino.

Para superar tal desafio no planejamento de ações para 2013 está sendo indicada uma ação específica para solicitar às instituições que se adequem ao Catálogo ou que busquem solicitar sua inclusão no mesmo.

2. A dificuldade em localizar profissionais de áreas profissionais muito específicas, que possam colaborar na análise do pedido de inclusão de cursos inéditos no Catálogo.

Para dar conta deste desafio será aberta chamada pública para criação de banco de avaliadores dos catálogos da Educação Profissional, bem como utilização de bancos de avaliadores mantidos por outras unidades/autarquias do MEC.

3. A exiguidade do prazo para atualização do Catálogo após a consulta pública (agosto e setembro).

Neste caso será proposta mudança no cronograma de recebimento de pedidos de alteração do Catálogo, bem como normatizar a atualização bianual.

4. O elevado número de pedidos de inclusão de cursos que sequer são ofertados, que não se fazem acompanhar de elementos suficientes para embasar a proposta, mas que também são incluídos entre os pedidos a serem analisados.

Para tal desafio será proposta normatização da atualização do Catálogo prevendo que somente instituições de ensino ofertantes e Conselhos Estaduais de Educação sejam demandantes da atualização do Catálogo.

Os próximos desafios a serem superados são: a) orientar as instituições de ensino a adequarem seus cursos ao Catálogo, caso não o tenham feito; b) institucionalizar a atualização do catálogo a cada dois anos; c) restringir os pedidos de atualização do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos a instituições diretamente envolvidas na oferta desta modalidade de ensino.

2.3.10 Articulação da EPT com Políticas de EJA e Trabalho

2.3.10.1 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja foi instituído na gestão anterior e mantido como uma política a ser conduzida pela gestão atual. Seu principal objetivo é a integração de duas modalidades de ensino, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional.

Instituído pelo **Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006**, o Proeja emerge no cenário nacional como um dos programas do governo federal que pretende contribuir com as defasagens educacionais existentes no Brasil, em que se destacam:

- 9,7% da população brasileira, cerca de 14 milhões de pessoas jovens e adultas, não são alfabetizadas (IBGE, 2009); e
- o Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e não têm o ensino fundamental completo, sendo que, desse contingente, 20,3% da população, que se encontra na faixa etária de mais de 15 anos, possuem menos de quatro anos de escolarização; e 23,4% da população, que se encontra na faixa etária de mais de 15 anos, possuem menos de oito anos de escolaridade (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD / IBGE 2009).

Comparando a demanda existente de 57,7 milhões de pessoas, com mais de 18 anos, sem o ensino fundamental completo, e a oferta educativa existente de cerca de 4 milhões de matrículas (Relatório preliminar do Censo Escolar da Educação Básica, INEP/MEC, 2012), percebe-se que se precisa avançar muito para garantir oportunidades educativas para todo o contingente de brasileiros(as) sem o ensino fundamental.

Dentre as 20 metas no Projeto de Lei Ordinário (PLO) n.º 8.035/2010, que institui o Plano Nacional de Educação 2011-2020, várias propostas inserem-se no contexto da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Profissional e Tecnológica. Como referência central, está a Meta 10 que se compromete a: “Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio”.

Com esta meta, traz-se o desafio de se elaborarem políticas públicas que têm como foco a integração destas duas modalidades de ensino, de modo a contribuir para a ressignificação da educação básica de jovens e adultos por meio da sua profissionalização para o mundo do trabalho.

A consideração de que 25% da oferta de educação de jovens e adultos devem ocorrer por meio da integração com a educação profissional, parte da compreensão de que esta é uma forma relativamente nova de oferta e que, apesar de ter sido bastante intensificada nos últimos anos, essa ação ainda não atinge a elevada demanda existente no país. Nesse contexto, devem ser realizadas ações para ampliação dessa política, com o objetivo de ampliação das matrículas nessa modalidade de ensino.

Dando continuidade à política do Proeja e visando contribuir com o alcance da Meta 10 do Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional, foram planejadas as seguintes estratégias:

1. Fomento ao fortalecimento do Proeja junto aos sistemas e redes de ensino (federal, estadual e municipal);
2. Fomento à produção de conhecimento na área de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional;
3. Fomento à formação continuada em nível de aperfeiçoamento e especialização de docentes, gestores e demais profissionais da educação responsáveis pelo desenvolvimento da proposta educacional do Proeja;
4. Fomento à abertura de novas turmas PROEJA (Proeja FIC e Proeja Técnico);
5. Fomento à Assistência ao Estudante Proeja;
6. Monitoramento das ações Proeja;
7. Articulação do Proeja com as demais políticas do Ministério da Educação, principalmente às vinculadas à Educação de Jovens e Adultos.

Sinteticamente, em 2012, o Proeja contou com os principais alicerces para se instituir em âmbito nacional: um público potencial de brasileiros(as) que demandam a Educação Básica com Formação Profissional (dados do INEP/PNAD); atos normativos consistentes (Decreto Proeja, Meta 10 do PNE e as atuais Diretrizes Nacionais de EPT) que dão sustentação à existência do Programa; e, finalmente, a destinação, no orçamento da Setec de recursos financeiros para a execução das ações.

As estratégias planejadas para serem executadas ao longo do ano de 2012, para atingimento dos objetivos elencados no que tange à política de integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foram:

1. Fomento ao fortalecimento do Proeja junto aos sistemas e redes de ensino (federal, estadual e municipal)

Para realização desse objetivo foram planejadas, discutidas e elaboradas quatro grandes estratégias. A primeira diz respeito ao Projeto de Inserção Contributiva na Rede Federal. O objetivo desse Projeto é realizar um monitoramento junto à Rede Federal que, simultaneamente, diagnostique os problemas para ampliação da oferta Proeja e pense soluções para a superação dos desafios. A segunda ação, na mesma linha da primeira, é o Projeto de Inserção Contributiva nos Estados. Nessa ação almeja-se o aprofundamento dos conhecimentos acerca dos Estados/Distrito Federal que já realizam cursos Proeja (como ocorre? quais os pontos positivos? e quais os desafios?) e o apoio técnico-pedagógico aos entes federados que tenham interesse em ofertar cursos Proeja. Como terceira estratégia, está a realização do Seminário Nacional do Proeja em 2012. Com esse Seminário, pretende-se articular os coordenadores de Educação Profissional e de Educação de Jovens e Adultos de todos os Estados e Distrito Federal com o objetivo de implantar e ampliar a oferta de cursos Proeja. Por fim, como estratégia para articulação interna da oferta Proeja nas instituições da Rede Federal, destaca-se a proposta dos Diálogos Proeja: microencontros pensados para incentivar as trocas de experiências entre as escolas federais e demais instituições ofertantes de Proeja. Um dos principais obstáculos ao projeto foi a restrição quanto ao uso de recursos de diárias e passagens, inviabilizando o deslocamento da equipe técnica às escolas.

2. Fomento à produção de conhecimento na área de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional

A principal estratégia para atingir esse objetivo é a articulação junto à CAPES com vista à elaboração de um edital específico que fomente a produção na área de conhecimento de EJA integrada à Educação Profissional. Essa é uma ação que independe de recurso do MEC, haja vista que a CAPES assume todo o seu financiamento.

Além da articulação com a CAPES, a SETEC realizou um encontro em Brasília, com pesquisadores que estudam o Proeja para sistematização do material coletado no Seminário Nacional Proeja ocorrido em 2011.

3. Fomento à formação continuada em nível de aperfeiçoamento e especialização de docentes, gestores e demais profissionais da educação, responsáveis pelo desenvolvimento da proposta educacional do Proeja.

Essa ação foi pensada para fortalecimento da formação oferecida aos profissionais que trabalham com Proeja, já que essa oferta demanda um conhecimento diferenciado que integre duas grandes modalidades de ensino, a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional. A principal estratégia realizada para isso foi a elaboração de minutas de cursos de aperfeiçoamento e especialização em Proeja. Essas minutas são discutidas, elaboradas e consolidadas em 2012.

4. Fomento à abertura de novas turmas PROEJA

Para fomentar abertura de novas turmas Proeja foram pensados inicialmente dois editais: o Edital do Itinerário formativo Proeja e o Edital dos Diálogos Proeja. O primeiro, com o objetivo de fomentar a criação de cursos Proeja na perspectiva da verticalização dessa oferta nos Institutos Federais. Com essa ação, o estudante Proeja realizaria um primeiro curso, o Proeja FIC ou uma certificação profissional, e seguiria seu caminho formativo até o Proeja técnico ou um curso superior. Planeja-se, assim, a construção de um itinerário formativo para o estudante do Proeja.

O Edital dos Diálogos Proeja, encontros formativos, também é uma estratégia utilizada para sensibilização da Rede Federal no que se refere à abertura de novas turmas Proeja.

Ao decorrer do ano essa estratégia foi repensada para dar lugar a uma ação que garanta no orçamento da instituição o recurso necessário para a abertura de novas turmas, cabendo à Diretoria o papel de monitorar e apoiar a ação juntos à Rede federal de Educação Profissional e Tecnológica.

5. Fomento à Assistência ao Estudante Proeja

As escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais não receberam em sua matriz orçamentária incremento de recurso para a Assistência aos Estudantes Proeja, como as demais instituições pertencentes à Rede Federal. Dessa maneira, em 2012, houve financiamento da assistência ao estudante do Proeja a partir de recursos da própria SETEC/MEC. Foram descentralizados R\$ 1.755.900,00 para atendimento de 1.792 estudantes Proeja.

6. Monitoramento das ações Proeja

O monitoramento do Proeja foi planejado para ocorrer em 2012 por meio de duas grandes ações: o Projeto de Inserção Contributiva na Rede Federal e o Projeto de Inserção Contributiva nos Estados. Conforme já descrito, a proposta é a realização de um monitoramento qualitativo das ações Proeja. Essa ação foi diretamente afetada pela restrição quanto ao uso de diárias e passagens, o que inviabilizou as visitas técnicas às escolas.

7. Articulação do Proeja com as demais políticas do Ministério da Educação, principalmente às vinculadas à Educação de Jovens e Adultos

Em 2012, buscou-se a articulação às ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, especificamente com a Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos. Decorrente dessa ação, a equipe Proeja participou de reuniões e encontros da SECADI.

O ano de 2012 foi um ano de muitos desafios para a execução do Proeja no Ministério da Educação, principalmente em virtude de reorganização da SETEC e a mudança na condução das ações. Nesse sentido, foi preciso reavaliar todas as ações e repensar a edição dos editais, considerando as mudanças nas equipes de trabalho, as novas atribuições da Diretoria e, principalmente, a alteração no mecanismo de financiamento das ações. Até 2011, o recurso para fomento das ações e programas era liberado pela SETEC a partir de análise de projetos enviados em resposta dos editais. Em 2012, esse processo foi reformulado e houve um planejamento para que, em 2013, o recurso seja garantido diretamente no orçamento das instituições, eliminando etapas que atrasam o início dos cursos e intensificando, para a Diretoria, o papel de monitoramento e de avaliação dos programas e ações.

O PROEJA, como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) e de cursos técnicos de nível médio, articulados com a educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio.

Implantado a partir de 2006 e desenvolvido, principalmente, por meio das redes estaduais e federal de educação profissional e tecnológica, as ações do PROEJA vêm sendo fomentadas por meio de editais públicos e ofícios convite aos sistemas de ensino. Em 2012, foram aportados R\$ 1,4 milhões para dar continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011, e novas ações de 2012 que incluem a assistência aos estudantes do PROEJA, a formação de profissionais para atuação nos cursos, o desenvolvimento de pesquisa e de material didático para os cursos.

Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atendimento de 69.271 estudantes em cursos PROEJA FIC e PROEJA técnico. Os dados preliminares do Censo Escolar 2012 revelam um decréscimo desses percentuais, o que exigirá, para 2013, medidas de ampliação considerável desses indicadores, por meio de ações no âmbito do Pronatec. Dentre essas ações, com a publicação da Medida Provisória 593/2012, incluiu-se o Pronatec EJA, nova iniciativa que prevê a oferta de cursos Proeja Técnicos e de FIC. O Pronatec EJA permitirá a geração de mais vagas e matrículas para jovens e trabalhadores que não tiveram condições de concluir a educação básica na idade própria e que poderão ter a oportunidade de acesso à elevação de escolaridade associada à formação técnico-profissional

Por fim, se afirma que em 2012 houve total empenho na execução dos objetivos estabelecidos para esse Programa. Há consciência da importância social do fomento a um Programa com os objetivos do Proeja, comprometido com a elevação de escolaridade e formação profissional da população brasileira. Porém, infelizmente, apesar de todo o trabalho técnico realizado, a maioria das ações Proeja, planejadas, discutidas, elaboradas e consolidadas, não tiveram sua execução final.

2.3.10.2 Rede Nacional de Certificação Profissional (Rede CERTIFIC)

A Rede CERTIFIC constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes – adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem –, a serem obtidos através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas CERTIFIC.

Essa Rede foi desenvolvida pela ação conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego em parceria com os Institutos Federais. Essa política começou a ser desenhada em meados de 2009 e contou com a contribuição de diversos seguimentos sociais.

A partir da criação do programa, diversas ações foram destinadas à capacitação de servidores da Rede para que pudessem iniciar a execução do programa, bem como disseminar o conhecimento, a fim de capacitar a Instituição a realizar a certificação de acordo com o que foi planejado.

A realização de cursos de formação continuada para docentes, técnicos administrativos e gestores que estão vinculados à oferta de Reconhecimento de Saberes e Certificação Profissional foi uma estratégia sugerida pela Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica para viabilizar o processo de Reconhecimento de Saberes. A formação dos avaliadores visa à preparação dos profissionais afetos à Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal para a implantação e realização de todas as etapas necessárias ao processo de Reconhecimento de Saberes e Certificação Profissional.

O principal objetivo dessa ação foi o de incidir sobre a dificuldade encontrada pelas instituições que aderiram ao Programa CERTIFIC de terem em seus quadros um número mínimo necessário de profissionais formados para atuar como avaliadores no âmbito do programa.

Em 2012, foram realizados três cursos de formação de avaliadores/multiplicadores, sendo dois cursos ofertados em Brasília e um curso ofertado em Belo Horizonte.

Outra ação planejada pela SETEC para os anos de 2012 e 2013, foi a de iniciar o processo avaliativo, uma das estratégias foi o monitoramento in loco nas instituições da Rede Federal.

A referida supervisão teve como objetivo a Análise do Programa CERTIFIC por avaliadores, colaboradores e equipe SETEC, bem como a detecção de fragilidades e proposição de melhorias para o programa.

O início do processo de supervisão contou com a formação dos avaliadores inicialmente inscritos no processo (por meio do Sistema de Avaliação Educacional - SAE). Convidou-se os profissionais que atuam no âmbito da educação profissional e tecnológica para inscrever-se no Sistema de Avaliação Educacional para a formação de cadastro de Avaliadores da SETEC/MEC com objetivo de atuar como avaliadores das ações sob a coordenação da Diretoria de Políticas de Educação profissional e Tecnológica.

Após a inscrição, ocorreu a seleção dos avaliadores que possuíam o perfil para o tipo de avaliação requerida e, após esta fase, ofertou-se um curso de formação de avaliadores para docentes, técnicos administrativos e gestores que estão vinculados à oferta de reconhecimento de saberes e certificação profissional, à educação profissional integrada à educação básica na modalidade de jovens e adultos e ao Catálogo de ofertas educacionais da Rede Federal.

Em 2012, no âmbito da Rede CERTIFIC, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R\$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.

As ações de certificação profissional por meio da Rede CERTIFIC tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, mais especificamente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Até o momento foram certificados trabalhadores nos programas de pesca, construção civil, turismo e hospitalidade e eletroeletrônica. Os perfis estão disponíveis em <http://certific.mec.gov.br>.

Desde a implantação da Rede CERTIFIC, segundo os instrumentos de monitoramento, foram atendidos 3.567 trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes. Destes, 134 trabalhadores já receberam a certificação e outros 1.161 foram encaminhados para cursos de qualificação profissional (FIC) e/ou de elevação de escolaridade (PROEJA FIC), para que recebam a formação complementar necessária ao recebimento do respectivo certificado.

De modo a possibilitar uma ampliação significativa das ações de reconhecimento de saberes, um plano de reestruturação da Rede CERTIFIC está sendo trabalhado em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego. Esse plano começará a ser implementado a partir do segundo semestre de 2013. Dentre as principais diretrizes para o plano de reestruturação da Rede Certific, destacam-se ações de melhoria nos processos e nos procedimentos para reconhecimento de saberes, com reconhecimento social pelos empregadores e empregados, a incorporação de instituições das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como certificadoras, a garantia de gratuidade na oferta, a utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC (inclusive Proeja) e a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica.

2.3.10.3 Programa Mulheres Mil

Em 2012, o Programa Mulheres Mil foi implantado em 100 campus da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, totalizando 210 unidades, distribuídas em todos os estados do Brasil. As alunas beneficiadas pelo programa têm o seguinte perfil: 18 a 70 anos,

com baixa escolaridade, à margem do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social. Anualmente, cada campus do Instituto Federal beneficia 100 mulheres. Em decorrência da greve dos servidores da Rede Federal, alguns campus não conseguiram abrir novas turmas, o que afetou o cumprimento da meta de 2012, que era de 20 mil mulheres, sendo beneficiadas mais de 17 mil mulheres. Para 2013, a meta é atender 30 mil brasileiras. O programa tem como objetivos elevar a escolaridade, ofertar qualificação profissional e contribuir para a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho. Desta forma, a ação tem contribuído para a melhoria dos índices de educação de jovens e adultos, a melhoria nas relações familiares e no convívio das comunidades. Além disso, a qualificação profissional tem contribuído com a melhoria dos desempenho escolar dos filhos dessas mulheres.

Inserido no Plano Brasil sem Miséria, o programa está articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida pelo governo federal, e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O novo modelo de gestão em fase de implementação na Secretaria primou pela busca de ações planejadas, transparentes, aderentes aos normativos vigentes e, na ausência destes, na elaboração de instrumentos legais. A insuficiência de Recursos Humanos motivou a adoção de estratégias, tais como criação de grupos de trabalho e comissões técnicas e instalação de comitês para garantir a execução mínima das atividades de acompanhamento e monitoramento de todas as ações sob a responsabilidade da Secretaria.

Vale destacar a instalação do Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno (CPG) da SETEC, por intermédio da Portaria SETEC Nº 18, de 26 de maio de 2012. A finalidade do Comitê é elaborar e implementar procedimentos e rotinas de acompanhamento e avaliação dos programas e ações sob a responsabilidade da Secretaria. Em termos práticos, trata-se da adoção do controle primário como estratégia de gestão da Secretaria.

Também foi criado o Comitê Permanente de Planejamento e Gestão da Rede Federal de EPT, instância de caráter consultivo, para subsidiar e apoiar a execução das Políticas Públicas relacionadas ao desenvolvimento institucional da Rede Federal.

Para o exercício de 2013, já estão previstas a elaboração e adoção do Regimento Interno e o mapeamento de processos em continuidade ao processo de identificação dos macroprocessos, o que permitirá, no médio prazo, a elaboração e adoção de manuais operacionais e a adoção de mecanismos que mitiguem os riscos administrativos.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Quadro 4 / A.3.1 – Avaliação do sistema de controles internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	

Análise Crítica:

Este relatório reflete a posição da autoridade máxima da Secretaria. Na avaliação dos itens de controle interno foram considerados: o novo modelo de gestão implementado a partir do 2º trimestre de 2012, que priorizou o aumento do nível de governança da Secretaria; e as ações relativas à implementação do Controle Primário. Entre as ações definidas, têm merecido destaque a questão da manualização de procedimentos, avaliação de riscos e informação e comunicação no âmbito da Secretaria. A manualização requer a definição prévia do Regimento Interno e o mapeamento de processos, cujos estudos estão em fase de elaboração. Em relação à avaliação de riscos, temos avançado na elaboração de orientações e editais, e na conformidade dos atos de gestão. Outro ponto de atenção é a gestão documental, como forma de incentivo à definição de rotinas operacionais e, futuramente, a manualização de procedimentos.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

Não se aplica.

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

O sistema de correição adotado é coordenado pela Controladoria Geral da União. Quando acionada, a Secretaria participa do processos administrativos disciplinares indicando servidores para as Comissões.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Ver observação do item 3.4.

4 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 4 / A.4.1 – Programa de governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2031			
Título	Educação Profissional e Tecnológica			
Órgão Responsável	Ministério da Educação			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	5.040.891.000,00	5.905.713.229,00	18.864.622.000,00	
b) Outras Fontes				
c) Subtotais (a + b)	5.040.891.000,00	5.905.713.229,00		
d) Valor Global Previsto no PPA	23.905.513.000,00			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
4.454.920.579,96	2.629.970.993,91	63.613.026,23	1.824.949.586,05	2.566.357.967,68
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento		
0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.	Ministério da Educação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica		
0588	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	Ministério da Educação: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica		
Análise Crítica				
<p>Considerando que o programa apresenta ações gerenciadas pela administração pública direta e pela administração pública indireta, verificamos que as metas adstritas ao programa foram atingidas de forma satisfatória, bem como apresentam análises descritivas nos quadros a seguir.</p> <p>Um ponto a ser destacado pauta-se que neste exercício devido ao grande volume de obras a serem licitadas para a expansão, houve uma relativa dificuldade na implementação destes processos licitatórios, o que retardou um pouco a execução dos créditos de investimento. Porém nesta perspectiva a SETEC desenvolveu a estratégia de atender aos pontos críticos da reestruturação e corrigiu este desvio, concentrando-se, portanto a execução de investimento mais próximo do final do exercício, o que refletiu na inscrição de montantes significativos em restos a pagar. Quanto a execução das despesas de custeio, ressalta-se que as mesmas atenderam as necessidades das unidades vinculadas à SETEC, com os recursos provenientes da alocação orçamentária diretamente nas UO.</p>				

Quadro 5 / A.4.1 – Programa de governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo			
Código Programa	2031		
Título	Educação Profissional e Tecnológica		
Órgão Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica		
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (d – e)
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA	
e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
f) Outras Fontes			
g) Subtotais (a + b)			
h) Valor Global Previsto no PPA			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)			
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que o programa não possui execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.			
Objetivos Relacionados ao Programa			
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável pelo Gerenciamento	
0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.	Ministério da Educação	
0588	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	Ministério da Educação	

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 6 / A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ / Objetivo 0582

Identificação do Objetivo	
Código	0582
Descrição	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica
Órgão Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que os objetivos não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
<p>As exigências do atual cenário mundial têm apontado para o reconhecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como fator estratégico para o crescimento socioeconômico local e regional e para o desenvolvimento sustentável do país. Dessa forma, nos últimos anos, o Governo Federal tem investido nas ações de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; expansão e reestruturação das redes estaduais no âmbito da educação profissional; expansão de vagas em cursos técnicos de nível médio, de formação inicial e continuada, de graduação tecnológica, de licenciatura e de pós-graduação na área profissional; aumento da oferta de cursos a distância por meio da expansão da rede de polos de educação a distância; intensificação das ações previstas no âmbito dos acordos de gratuidade com o Sistema S; e na ampliação do acesso ao financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos.</p> <p>O destaque é a criação, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada para a população brasileira. O Pronatec é composto por cinco iniciativas: expansão da Rede Federal; Bolsa- Formação; Rede e-Tec; Acordo de Gratuidade do Sistema S e Programa Brasil Profissionalizado. Com essas ações, serão ofertadas 8 milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis no período de 2011 a 2014. Além dessas iniciativas, destaca-se, ainda, o FIES Técnico e Empresa.</p> <p>Uma das iniciativas inovadoras é a Bolsa-Formação (Estudante e Trabalhador), por meio da qual ocorre a oferta gratuita de cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de formação inicial e continuada (de, no mínimo, 160 horas). Em 2012, foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos. Na Bolsa-Formação, destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda matriculados; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento de mais de 227 mil beneficiários em cursos de qualificação profissional. Todas as vagas oferecidas na Bolsa-Formação estão disponíveis para pessoas com deficiência, que têm atendimento prioritário, tendo em vista as metas previstas no Plano Viver sem Limite.</p> <p>Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, equipamentos, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais de 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de 2.641 laboratórios, construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 estão concluídas, além da ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas.</p> <p>O sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134 mil estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec.</p> <p>O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer as bases de uma política social de inclusão e gênero, para que mulheres em situação de vulnerabilidade social tenham acesso à educação profissional, ao emprego e renda. Os projetos locais</p>	

são ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação econômica regional. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres.

Para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal definiu diretrizes com o objetivo de interiorizar a oferta de EPT e ampliar o acesso para a parcela da população que vive em situação de vulnerabilidade. Em função disso, os critérios que orientam a escolha dos municípios onde as unidades serão implantadas são a universalização de atendimento dos territórios da cidadania; cidades polo ou com mais de 50 mil habitantes; municípios populosos e com baixa receita per capita; universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; municípios com arranjos produtivos locais identificados; entorno de grandes investimentos e municípios com elevado percentual de extrema pobreza.

O Pronatec também intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Ao final, 512 municípios serão contemplados com 562 unidades. Destas, 76 já se encontram em funcionamento. Destaca-se, ainda, a participação das instituições da Rede Federal no Programa Ciência sem Fronteiras, por meio de editais e bolsas específicos, condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos. No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Outra iniciativa estruturante do Governo Federal é o investimento em assistência estudantil para garantir a permanência dos alunos de baixa renda em sala de aula. Nos diversos programas implementados pelo MEC, entre eles o Pronatec, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de educação de jovens e Adultos (Proeja) e o Mulheres Mil, aos quais são destinados recursos para subsidiar despesas dos estudantes com transporte, alimentação e material didático.

O Brasil Profissionalizado e a Rede e-Tec são iniciativas do Pronatec que contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-Tec, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pósgraduação para professores e gestores de educação profissional. Ressalta-se ainda o programa Pró-Funcionário que, com a oferta de cursos técnicos por meio da Rede e-Tec Brasil, beneficiou mais de 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica.

O Acordo de Gratuidade do Sistema S, que está vigente desde 2009, prevê a aplicação de dois terços da receita compulsória líquida do SENAI e do SENAC na oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada para estudantes de baixa renda ou trabalhadores até 2014. Em 2012, com o percentual de gratuidade previsto de 59% para o SENAI e 45% para o SENAC, foram efetuadas mais de 680 mil matrículas gratuitas.

O MEC tem priorizado o acompanhamento da execução das políticas públicas existentes. A coleta de dados e o monitoramento da oferta de educação profissional e tecnológica nas redes federal, estaduais, municipais e privada são realizados por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Em 2011 e 2012, a utilização do SISTEC para o acompanhamento da execução do Pronatec contribuiu para consolidar o sistema como referência de fonte de dados sobre matrículas na educação profissional no país. Ao registrar todas as matrículas em cursos de formação inicial e continuada e técnicos de nível médio, serve como base para a avaliação das unidades de ensino de educação profissional. Adicionalmente, os dados do SISTEC vêm subsidiando o MEC na avaliação das políticas públicas e no planejamento de novas ações.

Nos Termos de Acordo e Metas, assinados entre Ministério da Educação e os Institutos Federais, está previsto o alcance de uma relação mínima de 20 alunos por docente. A Relação Aluno/Professor é obtida pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições que compõem a Rede Federal. Em 2009, a relação era de 19,7; no ano de 2010, ficou em 18,2, subindo para 24,1 em 2011, e, no exercício de 2012, chegou a 22,6. Ao analisar a evolução anual da Relação Aluno/Professor, constata-se que as instituições da Rede Federal têm cumprido o objetivo pactuado nos Termos de Acordo e Metas, ampliando sua capacidade institucional e garantindo o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga

No exercício de 2012, foram inauguradas 35 unidades em 19 estados que, quando estiverem em pleno funcionamento, terão a capacidade de ofertar cerca de 1.200 matrículas, cada uma. Nesse período, foram investidos R\$ 820,9 milhões na expansão por meio da implantação das novas unidades e na reestruturação das já existentes. A meta estabelecida no Plano de Expansão da Rede Federal, no âmbito do Pronatec, é alcançar o número de 562 unidades em funcionamento até 2014, totalizando 208 novas unidades dos Institutos Federais. Destas, 76 já estão em funcionamento.

Em 2012, as matrículas em cursos técnicos, segundo dados Censo da Educação Básica 2012 foram de 1.362.200. Já as matrículas em cursos de formação inicial e continuada foram de 2.999.063, conforme dados SISTEC/MEC. Em relação aos em cursos superiores de tecnologia, segundo dados do Censo da Educação Superior 2011 as matrículas somaram 870.534. Esse resultado reflete os esforços que vêm sendo empreendidos pelo Governo Federal para ampliar e interiorizar a oferta de

educação profissional, em especial por meio do Pronatec e suas iniciativas, que compreendem: a expansão e a reestruturação da Rede Federal, a expansão das redes estaduais de educação profissional por meio do Brasil Profissionalizado, o cumprimento do acordo de gratuidade do Sistema S, a oferta de ensino técnico a distância por meio da rede e-TEC, a concessão de bolsas de estudos pelo FIES Técnico e a Bolsa-Formação.

Os dados do Censo da Educação Básica 2012 revelam que a matrícula de educação profissional técnica de nível médio, em 2012, atingiu 1.362,20 mil estudantes em cursos técnicos nas formas integrada, inclusive na educação de jovens e adultos, concomitante e subsequente. Comparados com a referência de 2010, esses dados indicam uma ampliação de 1,2 vezes. Com a inserção de novas iniciativas no âmbito do Pronatec, vislumbra-se o alcance da meta prevista no PNE 2011-2020.

A meta global do Pronatec é ofertar 8 milhões de vagas, até 2014, em cursos técnicos (de, no mínimo, 800 horas) e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) (de, no mínimo, 160 horas). Os cursos são oferecidos pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e escolas técnicas vinculadas a universidades federais, que constituem a Rede Federal; pelas redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica; e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR). Desde o lançamento do Pronatec, já foram atendidos mais de 2,5 milhões de brasileiros, que tiveram a oportunidade de fazer cursos técnicos e de formação inicial e continuada, entre os quais estudantes do ensino médio, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, trabalhadores desempregados, pessoas com deficiência, populações do campo e trabalhadores de setores do turismo. Em 2012, foram realizadas 1.670.830 matrículas no conjunto de iniciativas do Pronatec: Expansão da Rede Federal; Bolsa-Formação; Programa Brasil Profissionalizado; Rede e-Tec Brasil; Acordo de Gratuidade do Sistema S. Especificamente na Bolsa-Formação foram realizadas mais de 645 mil matrículas, das quais 104,8 mil em cursos técnicos e as demais em cursos de formação inicial e continuada. A meta global para 2013 é de 2.290.221 vagas, com a expectativa de ampliação da oferta de cursos técnicos para egressos do ensino médio e para jovens e adultos que não concluíram o ensino médio na idade própria.

Quadro 7 / A.4.2 – Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ / Objetivo 0588

Identificação do Objetivo	
Código	0588
Descrição	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica
Órgão Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que os objetivos não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
<p>O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e de cursos técnicos de nível médio, articulados com educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Em 2012, foi dada continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011 e às novas ações de 2012, que incluam a assistência aos estudantes do Proeja, a formação de profissionais para atuação nos cursos e o desenvolvimento de pesquisa e de material didático. Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atingimento de 69,3 mil estudantes atendidos em cursos Proeja FIC e Proeja Técnico. A articulação entre a educação profissional e a educação de jovens e adultos vem sendo desenvolvida por meio de programas e iniciativas que, embora atentem para princípios importantes de inclusão social, de qualificação profissional e de elevação de escolaridade, têm pela frente o enorme desafio de atingir o contingente significativo de pessoas acima de 18 anos que permanecem sem ter concluído a educação básica e a qualificação para o trabalho. Entre os programas que buscam promover o acesso à educação independentemente de idade, com respeito às diferentes culturas e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de educação de jovens e Adultos – PROEJA, e a Rede Nacional de Certificação Profissional.</p> <p>A Rede Certific constitui-se como uma política pública de educação profissional e tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes a serem obtidos através de Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa Certific. As ações de certificação profissional por meio da Rede Certific tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, no âmbito da Rede Certific, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R\$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.</p> <p>Com vistas ao fomento de uma política social de inclusão de gênero por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil que, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema estabelecida pelo Governo Federal, tem o objetivo de ofertar cursos de formação inicial e continuada para mulheres de 16 a 70 anos com baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Os projetos são implantados pelas unidades dos Institutos Federais e ordenados de acordo com as necessidades da comunidade e segundo a vocação cultural e econômica local. Em 2012, o Programa foi ampliado para mais 100 unidades da Rede Federal, totalizando 210. Além disso, foram beneficiadas mais de 17 mil mulheres com o investimento de cerca de 12,7 milhões. Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (100 unidades de ensino); Rede Certific e Proeja FIC (36 unidades de ensino); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).</p> <p>Coerente com os resultados das avaliações realizadas, as ações desenvolvidas em 2012 se concentraram, primordialmente, em esforços para ampliar o Programa Mulheres Mil e para definir estratégias de reestruturação e expansão do Proeja e da Rede Certific. As estratégias traçadas consideram, entre outras dimensões: a regulamentação e normatização, a formação continuada dos profissionais, a articulação intersetorial e interinstitucional, o apoio técnico, o acesso a material didático e pedagógico para estudantes e professores e a assistência estudantil.</p>	

Em 2012, o Programa Mulheres Mil foi implantado em 100 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, totalizando 210 unidades, distribuídas em todos os estados do Brasil. As alunas beneficiadas pelo programa têm o seguinte perfil: 18 a 70 anos, com baixa escolaridade, à margem do mercado de trabalho e em situação de vulnerabilidade social. Anualmente, cada unidade do Instituto Federal beneficia 100 mulheres. Em 2012, em decorrência da greve dos servidores da Rede Federal, algumas unidades não conseguiram abrir novas turmas, o que afetou o cumprimento da meta de 2012, que era de 20 mil mulheres, sendo beneficiadas mais de 17 mil mulheres. Para 2013, a meta é atender 30 mil brasileiras.

Desde a implantação da Rede CERTIFIC, segundo os instrumentos de monitoramento, foram atendidos 3.567 trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes. Destes, 134 trabalhadores já receberam a certificação e outros 1.161 foram encaminhados para cursos de qualificação profissional (FIC) e/ou de elevação de escolaridade (Proeja FIC), para que recebam a formação complementar necessária ao recebimento do respectivo certificado. De modo a possibilitar uma ampliação significativa das ações de reconhecimento de saberes, um plano de reestruturação da Rede CERTIFIC está sendo trabalhado conjuntamente entre Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego. Esse plano começará a ser implementado a partir do segundo semestre de 2013. Dentre as principais diretrizes para o plano de reestruturação da Rede Certific, destacam-se ações de melhoria nos processos e nos procedimentos para reconhecimento de saberes, com reconhecimento social pelos empregadores e empregados, a incorporação de instituições das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como certificadoras, a garantia de gratuidade na oferta, a utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC (inclusive Proeja) e a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica.

Os dados do Censo Escolar 2011 revelam uma ampliação média em 10% em relação a 2010, com atendimento de 69.271 estudantes em cursos PROEJA FIC e PROEJA técnico. Os dados preliminares do Censo Escolar 2012 revelam um decréscimo desses percentuais, o que exigirá, para 2013, medidas de ampliação considerável desses indicadores, por meio de ações no âmbito do Pronatec. Dentre essas ações, incluiu-se o Pronatec EJA, nova iniciativa que prevê a oferta de cursos Proeja Técnicos e de FIC. O Pronatec EJA permitirá a geração de mais vagas e matrículas para jovens e trabalhadores que não tiveram condições de concluir a educação básica na idade própria e que poderão ter a oportunidade de acesso à elevação de escolaridade associada à formação técnico-profissional.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 8 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 029Z

Identificação da Iniciativa	
Código	029Z
Descrição	Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as iniciativas não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício Para a Iniciativa	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
<p>O Sistema Rede e-Tec Brasil visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de ampliar e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2012, foram matriculados mais de 134.121 estudantes e instalados 298 novos polos, totalizando 841 polos e-Tec, com investimento de R\$ 81,7 milhões.</p> <p>A execução desta iniciativa está vinculada à Ação 8252 - Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil.</p>	

Quadro 9 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A0

Identificação da Iniciativa	
Código	02A0
Descrição	Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as iniciativas não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício Para a Iniciativa	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
<p>O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é uma das iniciativas do Pronatec e prevê a criação de novas unidades para todos os 38 Institutos Federais. Em 2002, a Rede Federal possuía apenas 140 unidades em funcionamento. Entre 2003 e 2010, esse número passou para 354. Em 2012, elevou-se para 440 unidades. Em 2013 e 2014, entrarão em funcionamento mais 122 unidades, totalizando 562 unidades presentes em todas as mesorregiões do Brasil, de acordo com a classificação geográfica do IBGE. Dados do SISTEC apontam que atualmente a Rede Federal possui mais de 530 mil estudantes matriculados, dos quais 431,5 mil em cursos presenciais e 102,4 mil em cursos a distância. Essas matrículas foram geradas na oferta de 1.433 cursos, incluindo cursos técnicos (347.902 matrículas), cursos de formação inicial e continuada (44.263 matrículas), cursos superiores de tecnologia (52.597 matrículas), licenciatura (40.785 matrículas), bacharelado (32.589 matrículas), especialização (14.600 matrículas) e mestrado (1.235 matrículas).</p> <p>A execução desta iniciativa está vinculada à Ação 20RG - Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.</p>	

Quadro 10 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A2

Identificação da Iniciativa	
Código	02A2
Descrição	Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as iniciativas não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício Para a Iniciativa	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
<p>O fomento ao desenvolvimento de pesquisa aplicada à inovação e à extensão tecnológica busca promover um espaço de criação e expansão da ciência e tecnologia baseado nos princípios ético-político e didático-pedagógico que essas ações conferem. Nesse sentido, foram postos à disposição R\$ 44,8 milhões para as diversas instituições da Rede Federal que tiveram projetos aprovados com o objetivo de fortalecer a pesquisa, inovação e extensão. Pela Rede e-Tec, foram investidos R\$ 1,06 milhão na produção de material didático destinados aos cursos técnicos.</p> <p>O Brasil Profissionalizado e a Rede e-TEC são iniciativas do Pronatec que também contemplam a formação de docentes e servidores nas modalidades presencial e a distância. O Brasil Profissionalizado contribuiu para a formação de 1.200 professores e gestores de educação profissional. Por meio da Rede e-TEC, foram ofertadas 1.800 vagas em cursos de pós-graduação para professores e gestores de educação profissional. Com o Profucionário, 25 mil servidores de escolas públicas da educação básica foram beneficiados com a oferta de cursos técnicos também por meio da Rede e-Tec Brasil.</p> <p>A execução desta iniciativa está vinculada à Ação 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional.</p>	

Quadro 11 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A3

Identificação da Iniciativa	
Código	02A3
Descrição	Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica.
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as iniciativas não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício Para a Iniciativa	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
<p>Com o Programa Brasil Profissionalizado, o Governo Federal promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica com investimento em obras de infraestrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Em 2012, o Programa permitiu que mais 85,2 mil jovens ingressassem em cursos técnicos, com investimentos de R\$ 350,8 milhões. Desde 2008, o Governo Federal investe na aquisição de equipamentos e instalação de laboratórios, além da construção de 217 novas escolas técnicas estaduais, das quais 22 já estão concluídas. O Programa também investe na ampliação e reforma de 527 unidades, com 83 obras finalizadas. Em 2012, foram concluídas 75 obras e instalados 245 laboratórios, totalizando 320 escolas beneficiadas.</p> <p>A execução desta iniciativa está vinculada à Ação 8652 - Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica.</p>	

Quadro 12 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A5

Identificação da Iniciativa	
Código	02A5
Descrição	Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as iniciativas não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício Para a Iniciativa	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
<p>Em 2012, o Governo investiu mais de R\$ 1,25 bilhão na oferta gratuita de vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada por meio da Bolsa-Formação do Pronatec. Foram mais de 645 mil matriculados, dos quais 104,8 mil em cursos técnicos e os demais em cursos de formação inicial e continuada. Na Bolsa-Formação destacam-se: o Pronatec Brasil Sem Miséria, com mais de 266 mil matrículas de beneficiários de Programas Federais de Transferência de Renda; o Pronatec Seguro Desemprego, que alcançou mais de 48 mil beneficiários; e o atendimento em cursos técnicos concomitantes de mais de 221 mil estudantes oriundos do ensino médio público.</p> <p>A Bolsa-Formação, nas duas modalidades Estudante e Trabalhador, compreende a oferta gratuita de cursos técnicos de nível médio (mínimo de 800 horas) e de cursos de formação inicial e continuada (mínimo de 160 horas) por intermédio das instituições de educação profissional e tecnológica. Os beneficiários recebem todos os insumos para realizar o curso, inclusive auxílio alimentação e transporte, para estimular sua permanência e conclusão com êxito. A execução da Bolsa-Formação acontece com a participação de diversos agentes: a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, responsável por planejar, formular, coordenar e avaliar as políticas públicas de educação profissional e tecnológica, em geral, e a oferta específica da Bolsa-Formação; o FNDE, responsável por realizar as transferências de recursos financeiros para as redes ofertantes; as redes federal, estaduais, distrital e municipal de educação profissional e tecnológica, bem como os Serviços Nacionais de Aprendizagem, na condição de parceiros ofertantes; as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, bem como órgãos e entidades da administração pública que aderirem à Bolsa-Formação na condição de parceiros demandantes.</p> <p>Portanto, a Bolsa-Formação caracteriza-se pela articulação entre diversos setores, na perspectiva de integrar políticas públicas, por exemplo: o Plano Brasil sem Miséria, o Seguro Desemprego, o Plano Viver sem Limite. Em 2012, foram oferecidas vagas em todo o território nacional, com o atendimento prioritário às pessoas com deficiência; aos beneficiários de programas federais de transferência de renda; às pessoas que trabalham ou desejam trabalhar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer; estudantes de ensino médio da rede pública em busca de profissionalização; praças do Exército e da Aeronáutica que deram baixa do Serviço Militar; e populações do campo. Atuaram como ofertantes 38 institutos federais, 23 escolas técnicas vinculadas às universidades federais, 9 redes estaduais de educação profissional e tecnológica, o SENAI, o SENAC, o SENAR e o SENAT.</p> <p>Em 2013, além dessas instituições, mais uma escola vinculada, 7 redes estaduais e uma municipal, escolas privadas e instituições de educação superior oferecerão cursos por meio da Bolsa-Formação. Até 2012, na Bolsa-Formação Estudante havia um único perfil, o estudante matriculado no Ensino Médio de rede pública. A partir de 2013, com a edição da MP nº 593, de 05 de dezembro de 2012, alarga-se o público, a modalidade de cursos técnicos a serem ofertados e a própria rede ofertante. Além do curso técnico concomitante, também poderá ser ofertado o curso técnico subsequente, com vistas à articulação da educação profissional e tecnológica com a elevação de escolaridade, voltado especialmente ao atendimento dos egressos do ensino médio público. Também poderão passar a atuar como parceiros ofertantes da Bolsa Formação, nessa modalidade, as Instituições de Ensino Superior que tenham IGC igual ou acima de 3 e as escolas técnicas privadas que se submeterem a um processo de habilitação perante a Rede Federal.</p>	

Em 2012, atuaram como demandantes, as Secretarias Estaduais de Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; o Ministério do Trabalho e Emprego; o Ministério do Turismo; o Ministério da Defesa; o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Direitos Humanos. Em 2013, novos ministérios participarão do Pronatec: Comunicações; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Justiça; Previdência Social; Cultura; Pesca e Aquicultura; Secretaria de Portos da Presidência da República. Com esses ministérios, novas demandas serão atendidas por meio da Bolsa-Formação.

Além da oferta de cursos gratuitos via Bolsa-Formação, cabe registrar que com o Fies-Técnico passarão a ser financiados cursos de formação profissional técnica de nível médio em unidades de ensino privadas e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. E com o FIES-Empresa, as empresas de pequeno, médio e grande portes poderão financiar diretamente a qualificação de seus funcionários. E, ainda, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Básica Educação na modalidade de educação de jovens e Adultos – PROEJA, vem sendo desenvolvida uma importante ação que visa contribuir para a permanência dos estudantes nos cursos das instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Em 2012, R\$ 8,2 milhões foram descentralizados em recursos de Assistência Estudantil, para que os estudantes em situação de vulnerabilidade social dos cursos PROEJA possam subsidiar suas despesas no curso básicas com transporte, alimentação e material didático.

A execução desta iniciativa está vinculada à Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional e Tecnológica.

Quadro 13 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02A6

Identificação da Iniciativa	
Código	02A6
Descrição	Realização de estudos, avaliações de impacto e análise do papel do Estado na promoção da educação profissional e tecnológica, levantamentos estatístico-educacionais e habilitação de instituições privadas para fins de expansão da oferta gratuita de cursos de educação profissional e acesso a programa de financiamento estudantil.
Objetivo	0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e pessoas com deficiência.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as iniciativas não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício Para a Iniciativa	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
Com o objetivo de acompanhar e monitorar os programas de educação profissional e tecnológica, o MEC elaborou e executou, em 2012, diversas ações de avaliação realizadas por profissionais da Rede Federal. Foram avaliados os seguintes programas em diversas instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica: Bolsa-Formação Pronatec (97 unidades de ensino); Rede CERTIFIC e Proeja FIC (36 unidades de ensino, 72 perfis); Mulheres Mil (13 unidades de ensino) e Brasil Profissionalizado (16 unidades de ensino).	
A execução desta iniciativa está vinculada à Ação 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional	

Quadro 14 / A.4.3 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ / Iniciativa 02B3

Identificação da Iniciativa	
Código	02B3
Descrição	Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.
Objetivo	0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.
Órgão ou Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as iniciativas não possuem execução orçamentária e financeira própria. A execução orçamentária e financeira se dá no nível das ações orçamentárias.	
Metas do Exercício Para a Iniciativa	
O Ministério da Educação desenvolve planejamento plurianual, previsto no PPA, de modo que as metas são estabelecidas para o período de 2012 a 2015, sem discriminação de metas intermediárias anuais. Entretanto, o acompanhamento das metas previstas para cada objetivo do PPA é realizado anualmente de modo a retroalimentar o processo de tomada de decisão e possibilitar a correção e a implementação de ações.	
Análise Crítica	
<p>O PROEJA, como política pública, vem ao encontro da necessidade de ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) e de cursos técnicos de nível médio, articulados com a educação de jovens e adultos (EJA), nos níveis fundamental e médio. Implantado a partir de 2006 e desenvolvido, principalmente, por meio das redes estaduais e federal de educação profissional e tecnológica, as ações do PROEJA vêm sendo fomentadas por meio de editais públicos e ofícios convite aos sistemas de ensino. Em 2012, foram aportados R\$ 1,4 milhões para dar continuidade às ações iniciadas em 2010 e 2011, e novas ações de 2012 que incluem a assistência aos estudantes do PROEJA, a formação de profissionais para atuação nos cursos, o desenvolvimento de pesquisa e de material didático para os cursos.</p> <p>A Rede CERTIFIC constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e a certificação de saberes – adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem –, a serem obtidos através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas CERTIFIC. As ações de certificação profissional por meio da Rede CERTIFIC tiveram início em 2011 e vêm sendo desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, mais especificamente pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em 2012, no âmbito da Rede CERTIFIC, numa ação integrada com a formação Proeja FIC, foram aportados R\$ 6,3 milhões para dar continuidade a programas de reconhecimento de saberes e de formação profissional, iniciadas em 2010 e 2011, e que devem ser concluídas no início de 2013.</p> <p>A execução desta iniciativa está vinculada à Ação 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional.</p>	

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Quadro 15 / A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ / Ação 20RG

Identificação da Ação						
Código	20RG					
Descrição	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
Unidade Orçamentária	26101 - Ministério da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
435.500.000,00	469.443.714,00	412.827.950,93	59.800.504,39	5.584.417,53	353.027.446,54	54.216.086,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios pelas Instituições vinculadas à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 11.892/08 e o Termo de Acordo de Compromissos e Metas.	Vaga Disponibilizada	14.600	21.600 (147%)	452.277.048,00	412.827.950,93
02			02	--	500.000,00	--
03			*	*	16.666.666,00*	--
Análise Crítica						
<p>Descentralização de crédito para atender 243 campi e 10 unidades administrativas (reitorias) em 36 instituições da Rede Federal de EPT. As descentralizações foram destinadas a obras de reestruturação das unidades, bem como aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a modernização destas unidades. A reestruturação foi coordenada no projeto de Apoio à Reestruturação da Rede Federal de EPT por meio do Edital nº 001/2012-SETEC/MEC.</p> <p>Houve descentralização destinada a obras da Expansão Fase III das unidades que concluíram o processo licitatório. No 1º semestre, 32 escolas entraram em funcionamento proporcionando a oferta de 6.400 novas vagas no semestre. No 2º semestre, 44 escolas entraram em funcionamento, resultando na oferta de 15.200 novas vagas no semestre.</p> <p>No total, são 76 novas escolas em funcionamento em 2012, o que possibilitou a oferta de 21.600 novas vagas de educação profissional e tecnológica.</p> <p>A meta física superou a meta prevista em 47% devido a entrada em funcionamento de 41 unidades (das 76 unidades citadas acima) em instalação provisórias. Em relação a meta financeira, a mesma não foi alcançada devido às unidades que iniciaram as atividades em instalações provisórias não terem concluídos os processos que possibilitariam a execução financeira integral.</p> <p>*Crédito extraordinário, editado por meio da MP nº 598, de 27 de dezembro de 2012 para despesas de investimentos e inversões financeiras, foi bloqueado no SIAFI e, portanto, não pôde ser executado em 2012. Este crédito foi reaberto em 2013, conforme autorizado no art. 167, §2º da Constituição Federal, no art. 44 da Lei nº 12.708 (LDO-2013) e na Portaria SOF/MP nº 167, de 14 de dezembro de 2012, mas foi também bloqueado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está sendo desbloqueado para despesas comprovadamente urgentes.</p>						

Quadro 16 / A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ / Ação 6380

Identificação da Ação						
Código	6380					
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional					
Iniciativa	02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio à pesquisa, inovação e extensão.					
Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
Unidade Orçamentária	26101-Administração Direta					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
315.450.000,00	329.447.943,00	106.588.028,59	40.153.356,97	2.253.108,10	66.434.671,62	37.900.248,87
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros.	Instituição apoiada	603	806 (134%)	258.531.276,00	105.240.078,04
02			01	--	1.100.000,00	--
03			01	--	100.000,00	--
04			03	01	900.000,00	497.950,55
05			03	--	400.000,00	--
06			01	01	200.000,00	200.000,00
07			02	--	500.000,00	--
08			01	--	200.000,00	--
09			02	--	200.000,00	--
10			01	--	250.000,00	--
11			01	01	250.000,00	250.000,00
12			01	--	150.000,00	--
13			01	01	400.000,00	400.000,00
14			10	--	50.500.000,00	--
15			10	--	10.000.000,00	--
16			*	*	5.766.667,00*	--
Análise Crítica						
<p>O fomento ao desenvolvimento da EPT se desenvolve por meio de várias atividades que objetivam a melhoria das condições de oferta da educação profissional e tecnológica. O Ministério da Educação desenvolveu as seguintes atividades e programas: Rede CERTIFIC; PROEJA FIC; Programa Mulheres Mil; Projeto Centro de Treinamento de Cães Guia em parceria com a SDH; Auxílio a realizações de eventos da Rede Federal de EPT (CONNEPI, REDITEC, Fórum Mundial de EPT); auxílio na implantação de CVTs e Núcleos de Agroecologia para a Rede Federal em parceria com o CNPq - MCTI e outros ministérios; apoio a programas de mestrado para a Rede Federal; implantação e consolidação dos NITs; auxílio aos Núcleos de Agroecologia; suporte à RENAPI para implantação de vários projetos; Programa de Modernização da Rede Federal para uso de Tecnologias Digitais - PMTE, com a aquisição de "tablets" para os docentes e lousas digitais para as unidades da Rede Federal; Projeto Brasil-França; edital de Apoio e Reestruturação da Rede EPT; edital de Apoio à Pesquisa Aplicada na Rede Federal de EPT; edital de Apoio aos Núcleos de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura da Rede Federal de EPT; reforço de custeio das unidades da Rede Federal de EPT.</p> <p>A meta física da ação foi superada devido a uma grande quantidade de descentralizações de pequeno valor. Destaca-se também que uma unidade da rede pode ser atendida mais uma vez, considerando os vários programas acima relacionados.</p> <p>A meta financeira não foi atingida considerando que houve contingenciamento de limite de crédito do orçamento da SETEC, que tomou a decisão de concentrar o mesmo nos créditos de custeio desta ação, visando atingir as metas de investimento da expansão e reestruturação, além de haver um bloqueio de crédito orçamentário de custeio para transformação em capital, que foi autorizada em dezembro de 2012, impossibilitando a execução. Ressalta-se que os itens ordenados de 02 a 15 tratam de emendas parlamentares que não possuíam limites de empenho específicos, sendo liberadas apenas algumas emendas.</p> <p>*Crédito extraordinário, editado por meio da MP nº 598, de 27 de dezembro de 2012 para despesas de investimentos e inversões financeiras, foi bloqueado no SIAFI e, portanto, não pôde ser executado em 2012. Este crédito foi reaberto em 2013, conforme autorizado no art. 167, §2º da Constituição Federal, no art. 44 da Lei nº 12.708 (LDO-2013) e na Portaria SOF/MP nº 167, de 14 de dezembro de 2012, mas foi também bloqueado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está sendo desbloqueado para despesas comprovadamente urgentes.</p>						

Quadro 17 / A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ / Ação 6358

Identificação da Ação						
Código	6358					
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional					
Iniciativa	02B3 - Ampliação da oferta de cursos de formação inicial e continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.					
Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
Unidade Orçamentária	26101-Administração Direta					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
60.700.000,00	77.013.848,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimento dos profissionais que atuam na educação profissional.	Pessoa capacitada	5.610	0 (0%)	77.013.848,00	0,00
Análise Crítica						
No exercício de 2012, houve contingenciamento de limite de empenho para as ações da SETEC. Devido a esta condição, a SETEC optou por priorizar a execução físico-financeira da Expansão e Reestruturação da Rede Federal de EPT, por meio das ações 20RG e 6380. Também priorizou o planejamento da capacitação/qualificação visando a execução no exercício de 2013. Por este motivo, não houve execução físico-financeira no presente exercício na ação 6358. Entretanto, cabe ressaltar que as Instituições da Rede Federal promoveram capacitações de seus servidores e de outros profissionais de EPT. Outras ações de capacitação foram desenvolvidas pelas redes públicas de EPT, por meio do PDE Interativo, do Programa de Melhoria da Educação Básica Pública, da Rede e-TEC Brasil e do Brasil Profissionalizado						

Quadro 18 / A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ / Ação 20RW

Identificação da Ação						
Código	20RW					
Descrição	Apoio à Formação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.					
Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
Unidade Orçamentária	26298-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.250.497.374,00	1.251.424.420,00	1.239.515.479,14	1.187.096.818,70	6.375.576,02	52.418.660,44	1.180.721.242,68
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Concessão de bolsas para a formação de estudantes e trabalhadores inscritos em cursos de educação profissional e tecnológica. A Bolsa-Formação Estudante será destinada ao estudante regularmente matriculado no ensino médio público propedêutico, para cursos de formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. A Bolsa-Formação Trabalhador será destinada ao trabalhador e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.	Bolsa concedida	500.948	645.823 (129%)	1.250.497.374,00	1.239.515.479,14
02			*	*	927.046,00	927.039,68
03			30	0	200.000,00	0,00
Análise Crítica						
<p>A ação 20RW oferta cursos Técnicos de Nível Médio e de Formação Inicial e Continuada. A ação se desenvolve por meio da Rede Federal de EPT, do Sistema "S" e das redes estaduais de EPT. Os cursos Técnicos de Nível Médio possuem carga horária mínima de 800 horas e os de Formação Inicial e Continuada, 160 horas. A execução física totalizou 104.849 matrículas em cursos técnicos e 540.974 matrículas em cursos de formação inicial e continuada.</p> <p>O resultado alcançado superou em 29% a meta inicialmente estabelecida. Isso se deve a grande demanda pela formação profissional e o empenho dos parceiros ofertantes e demandantes do programa, que atuaram no processo de articulação, mobilização e seleção dos beneficiários que foram contemplados com a bolsa-formação.</p>						
* Créditos extraordinário reabertos e utilizados para o cumprimento da meta prevista no item 01.						

Quadro 15 / A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ / Ação 8252

Identificação da Ação						
Código	8252					
Descrição	Educação Profissional e Tecnológica a Distância - E-TEC Brasil					
Iniciativa	029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.					
Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
Unidade Orçamentária	26298-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
150.000.000,00	190.477.239,00	81.726.377,25	26.034.000,43	2.037.582,65	55.692.376,82	23.996.417,78
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Desenvolvimento de cursos e metodologias para a educação profissional, em nível superior e de educação básica, para a ampliação da oferta nacional e difusão de padrões de qualidade, novas linguagens, metodologias e tecnologias de educação profissional na modalidade a distância, compreendendo desde a formação de recursos humanos para produção de material até a contratação de serviços e realização de eventos.	Vaga ofertada	16.582	134.121 (809%)	171.810.572,00	81.726.377,25
02	educação profissional na modalidade a distância, compreendendo desde a formação de recursos humanos para produção de material até a contratação de serviços e realização de eventos.		*	*	18.666.667,00*	--
Análise Crítica						
<p>Os repasses financeiros da Rede e-Tec oportunizaram a oferta de 134.121 vagas que foram efetivadas como matrículas nos polos vinculados à Rede Federal e às redes estaduais de EPT. No exercício 2012 foram instalados 298 novos polos de educação a distância, totalizando 841 polos e-Tec.</p> <p>Observa-se uma grande diferença entre a meta prevista (16.582) e a realizada (134.121), que foi causada, possivelmente, por algum erro material no preenchimento da meta prevista, visto que houve no ano de 2011 a migração do e-Tec da extinta Secretaria de Ensino a Distância (SEED) para a SETEC. Quanto a meta física realizada, o volume de matrículas foi bastante expressivo, refletindo a necessidade de expansão da educação profissional técnica de nível médio a distância. Já no que tange a meta financeira, execução correspondeu em parte ao pagamento das matrículas iniciadas em 2011 e ainda ao valor parcial referente às matrículas iniciadas em 2012 que continuam em 2013.</p> <p>*Crédito extraordinário, editado por meio da MP nº 598, de 27 de dezembro de 2012 para despesas de investimentos e inversões financeiras, foi bloqueado no SIAFI e, portanto, não pôde ser executado em 2012. Este crédito foi reaberto em 2013, conforme autorizado no art. 167, §2º da Constituição Federal, no art. 44 da Lei nº 12.708 (LDO-2013) e na Portaria SOF/MP nº 167, de 14 de dezembro de 2012, mas foi também bloqueado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está sendo desbloqueado para despesas comprovadamente urgentes.</p>						

Quadro 16 / A.4.4 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ / Ação 8652

Identificação da Ação						
Código	8652					
Descrição	Modernização da Rede Pública Não Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica.					
Unidade Responsável	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					
Unidade Orçamentária	26298-Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
340.000.000,00	503.420.163,00	350.876.743,06	120.432.218,93	763.106,89	230.444.524,13	19.669.112,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoiar a rede pública não federal na realização de iniciativas, tanto de infraestrutura física quanto pedagogia e de desenvolvimento de atividades educacionais, com vistas a propiciar modernização e expansão de suas redes de educação profissional e tecnológica.	Escola modernizada	100	320 (320%)	403.420.163,00	350.876.743,06
02			*	*	100.000.000,00*	--
Análise Crítica						
<p>O Programa Brasil Profissionalizado investe na aquisição de equipamentos e materiais para modernização de laboratórios para as escolas das redes estaduais de EPT. Também investe na construção, ampliação reforma de escolas técnicas estaduais. No exercício de 2012, foram concluídas as obras de 75 escolas e outras 245 foram modernizadas com a instalação de laboratórios, totalizando 320 escolas beneficiadas com os recursos do programa, possibilitando que mais de 85 mil jovens ingressassem em cursos técnicos. Quanto a meta financeira, observa-se que a execução realizada superou a dotação inicialmente prevista, mesmo com a restrição do período de repasse aos estados imposta pelo calendário eleitoral.</p> <p>* Crédito extraordinário, editado por meio da MP nº 598, de 27 de dezembro de 2012 para despesas de investimentos e inversões financeiras, foi bloqueado no SIAFI e, portanto, não pôde ser executado em 2012. Este crédito foi reaberto em 2013, conforme autorizado no art. 167, §2º da Constituição Federal, no art. 44 da Lei nº 12.708 (LDO-2013) e na Portaria SOF/MP nº 167, de 14 de dezembro de 2012, mas foi também bloqueado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e está sendo desbloqueado para despesas comprovadamente urgentes.</p>						

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica.

Quadro 17 / A.4.5 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo
No âmbito do Ministério da Educação, o Programa relativo a gestão, manutenção e serviços é de responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), vinculada à Secretaria Executiva (SE).

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se Aplica

Quadro 18 / A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação
No âmbito do Ministério da Educação, o Programa relativo a gestão, manutenção e serviços é de responsabilidade da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA), vinculada à Secretaria Executiva (SE).

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Quadro 19 / A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	26101	150016

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 20 / A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO					263.774.554,00	118.668.600,00	
	PLOA					263.774.554,00	118.668.600,00	
	LOA					263.774.554,00	118.668.600,00	
CRÉDITOS	Suplementares					31.594.102,00	27.722.987,00	
	Especiais	Abertos				--	--	
		Reabertos					--	--
	Extraordinários	Abertos					--	--
		Reabertos					--	--
	Créditos Cancelados					63.000.000,00	10.000.000,00	
Outras Operações						--	--	
Total						232.368.656,00	136.391.587,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 21 / A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	543.075.446,00	232.902.717,00	4.800.000,00	20.000.000,00			
	PLOA	543.075.446,00	232.902.717,00	4.800.000,00	20.000.000,00			
	LOA	543.075.446,00	232.902.717,00	4.800.000,00	20.000.000,00			
CRÉDITOS	Suplementares	73.228.070,00	12.807.494,00	15.000.000,00	13.495.100,00			
	Especiais	Abertos	--	--	--	--		
		Reabertos	--	--	--	--		
	Extraordinários	Abertos	22.433.333,00	--	--	--		
		Reabertos	--	--	--	--		
	Créditos Cancelados	15.000.000,00	13.495.100,00	--	--			
Outras Operações		--	--	--	--			
Total		623.736.849,00	232.215.111,00	19.800.000,00	33.495.100,00			

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.2.3 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro 22 / A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	263.774.554,00	118.668.600,00	547.875.446,00	252.902.717,00			
	PLOA	263.774.554,00	118.668.600,00	547.875.446,00	252.902.717,00			
	LOA	263.774.554,00	118.668.600,00	547.875.446,00	252.902.717,00			
CRÉDITOS	Suplementares	31.594.102,00	27.722.987,00	88.228.070,00	26.302.594,00			
	Especiais	Abertos	--	--	--	--		
		Reabertos	--	--	--	--		
	Extraordinários	Abertos	--	--	22.433.333,00	--		
		Reabertos	--	--	--	--		
Créditos Cancelados	63.000.000,00	10.000.000,00	15.000.000,00	-13.495.100,00				
Outras Operações		--	--	--	--			
Total		232.368.656,00	136.391.587,00	643.536.849,00	265.710.211,00			

Fonte:

4.2.2.4 Análise Crítica

Verifica-se que não houve alterações durante o processo de composição da LOA a partir da dotação proposta pela UJ. Os créditos cancelados e suplementares foram propostos pela própria UJ considerando as necessidades de execução no decorrer do exercício financeiro.

Em relação a compatibilidade das dotações, as mesmas foram compatíveis com as necessidades de expansão e reestruturação, bem como a de apoio ao fomento do desenvolvimento da rede federal.

O aumento de dotação observado do exercício financeiro de 2011 para 2012 se deve basicamente a implementação do plano de expansão da rede federal que concentrou recursos para a construção das unidades e conseqüentemente para a sua manutenção inicial.

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro 23 / A.4.11 – Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	150016 e 152734	153010	12.363.2031.6380.0001	--	--	30.070,00
			153015		--	--	4.119.984,59
			153019		--	--	124.409,21
			153035		--	--	48.999,80
			153061		--	--	143.928,18
			153062		--	--	108.000,00
			153063		--	--	89.830,23
			153065		--	--	90.000,00
			153103		--	--	49.000,00
			153164		--	--	165.500,00
			153166		--	--	13.800,00
			153167		--	--	549.100,00
			153173		--	--	1.000.000,00
			154040		--	--	45.389,25
			154043		--	--	63.000,00
			154048		--	--	83.000,00
			154051		--	--	176.996,02
			154080		--	--	15.000,00
			158009		--	--	447.628,91
			158099		--	--	30.040,00
			158121		--	--	348.826,03
			158122		--	--	679.002,48
			158123		--	--	1.498.818,16
			158124		--	--	443.929,04
			158125		--	--	519.218,10
			158126		--	--	1.061.322,39
			158127		--	--	4.333.675,81
			158128		--	--	1.807.228,59
			158129		--	--	444.967,18
			158131		--	--	797.274,46
158132	--	--	126.307,63				
158133	--	--	1.041.190,32				
158134	--	--	674.549,00				
158135	--	--	429.376,74				
158136	--	--	524.826,66				
158137	--	--	127.694,82				
158138	--	--	581.727,94				

			158139		--	--	3.665.663,02	
			158141		--	--	619.707,06	
			158142		--	--	316.228,46	
			158143		--	--	284.404,77	
			158144		--	--	276.309,98	
			158145		--	--	524.593,98	
			158146		--	--	944.415,87	
			158147		--	--	256.050,86	
			158148		--	--	287.378,81	
			158149		--	--	552.880,77	
			158150		--	--	369.464,46	
			158151		--	--	417.404,60	
			158152		--	--	326.886,02	
			158153		--	--	1.430.332,65	
			158154		--	--	456.263,56	
			158155		--	--	1.467.133,95	
			158156		--	--	92.968,28	
			158157		--	--	2.363.267,21	
			158516		--	--	7.479.582,83	
		152734	153173	12.363.2031.6380.0068	50.000,00	--	--	
		152734	153173	12.363.2031.6380.0074	100.000,00	--	--	
	Recebidos	--	--	--	--	--	--	
Movimentação Externa	Concedidos	152734	240101 364001	12.363.2031.6380.0001	--	--	500.000,00 452.523,90	
	Recebidos	200336	150016	06.122.2112.2000.0001	--	--	104.901,64	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital			
		Concedente	Recededora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos	150016 e 152734	153010	12.363.2031.20RG.0001	2.382.486,60	--	--	
			153015		8.000.000,00	--	--	
			158009		12.614.101,40	--	--	
			158099		3.615.858,37	6.191.247,71	--	--
			158121		6.899.631,08	--	--	
			158123		5.623.544,38	--	--	
			158122		--	670.752,29	--	--
			158124		21.729.914,67	2.400.000,00	--	--
			158125		7.955.437,58	--	--	
			158126		12.718.562,27	--	--	
			158127		15.920.949,29	--	--	
			158128		5.190.592,00	--	--	
			158129		4.292.066,66	--	--	
			158131		11.212.393,86	--	--	
			158133		17.861.829,31	--	--	
			158135		4.904.406,54	--	--	
			158136		1.722.052,85	--	--	
			158137		18.743.880,56	6.838.000,00	--	--

			158138		10.564.506,23	--	--
			158139		17.929.580,08	--	--
			158141		2.224.239,64	3.700.000,00	--
			158142		2.588.057,92	--	--
			158143		1.300.846,46	--	--
			158144		7.866.948,88	--	--
			158145		41.994.868,73	--	--
			158146		11.160.922,26	--	--
			158147		12.216.953,52	--	--
			158148		17.883.214,07	--	--
			158149		1.632.127,78	--	--
			158151		11.408.852,72	--	--
			158153		32.710.106,32	--	--
			158154		4.788.823,20	--	--
			158155		51.181.479,30	--	--
			158516		4.188.716,46	--	--
	Concedidos	150016 e 152734	153173	12.363.2031.6380.0001	24.912.782,77	--	--
			154040		19.375,05	--	--
			158009		1.937.282,22	--	--
			158121		10.816,00	--	--
			158122		34.861,92	--	--
			158123		34.302,07	--	--
			158124		3.812.421,92	--	--
			158125		21.989,98	--	--
			158126		298.283,06	--	--
			158127		216.262,45	--	--
			158128		31.173,70	--	--
			158129		600.300,00	--	--
			158131		522.579,95	--	--
			158132		4.404,62	--	--
			158133		65.593,94	--	--
			158135		2.105.636,66	--	--
			158136		2.101.002,14	--	--
			158137		2.809.941,31	--	--
			158138		126.198,74	--	--
			158139		40.015,84	--	--
			158141		819.641,41	--	--
			158142		34.498,16	--	--
			158144		9.930,93	--	--
			158145		900.910,33	--	--
			158146		250.453,35	--	--
			158147		7.710,82	--	--
	158148	1.378.863,18	--	--			
	158150	41.380,20	--	--			
	158151	256.589,80	--	--			
	158152	150.820,49	--	--			
	158153	187.275,65	--	--			

			158154		24.099,56	--	--
			158155		129.922,25	--	--
			158156		568.489,80	--	--
			158157		6.000,00	--	--
		152734	153173	12.363.2031.6380.0023	100.000,00	--	--
		152734	158136	12.363.2031.6380.0026	498.117,03	--	--
		152734	153173	12.363.2031.6380.0066	200.000,00	--	--
		152734	153173	12.363.2031.6380.0068	200.000,00	--	--
		152734	153173	12.363.2031.6380.0080	250.000,00	--	--
		152734	153173	12.363.2031.6380.0084	400.000,00	--	--
	Recebidos	--	--	--	--	--	--
Movimentação Externa	Concedidos	--	--	--	--	--	--
	Recebidos	200336	150016	06.122.2112.2000.0001	27.501,40	--	--

Fonte: Siafi Gerencial

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro 24 / A.4.12 – Despesas por modalidade de contratação – créditos originários Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	289.260,53	1.421.589,97	289.260,53	1.421.589,97
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	289.260,53	1.421.589,97	289.260,53	1.421.589,97
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	38.083,98	138.597,40	37.932,13	138.597,40
g) Dispensa		135.195,96		135.195,96
h) Inexigibilidade	38.083,98	3.401,44	37.932,13	3.401,44
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.392.206,48	981.856,84	1.376.431,46	981.856,84
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	1.392.206,48	981.856,84	1.376.431,46	981.856,84
5. Outros	3.854.406,73	16.500,00	3.854.406,73	16.500,00
6. Total (1+2+3+4+5)	5.573.957,72	2.558.544,21	5.558.030,85	2.558.544,21

Fonte: Siafi Gerencial

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro 25 / A.4.13 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos	--	--	--	--	--	--	--	--
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos	--	--	--	--	--	--	--	--
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.39	3.873.216,98	337.987,39	3.873.216,98	135.195,96	--	202.791,43	3.873.065,13	135.195,96
33.90.14	1.310.649,03	775.557,99	1.310.649,03	775.557,99	--	--	1.296.633,41	775.557,99
33.90.33	289.260,53	1.460.680,51	289.260,53	1.339.978,42	--	120.702,09	289.260,52	1.339.978,42
Demais elementos	100.831,18	145.781,30	100.831,18	123.910,34		21.870,96	99.071,78	123.910,34
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos	--	--	--	--	--	--	--	--
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos	--	--	--	--	--	--	--	--
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
2º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
3º elemento de despesa	--	--	--	--	--	--	--	--
Demais elementos	--	--	--	--	--	--	--	--

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação**4.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Não se aplica.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica.

4.2.4.2.3 Análise crítica

Não houve alterações significativas que influenciaram a execução orçamentária da UJ, porém destaca-se que houve redução nos empenhos realizados pela modalidade pregão em virtude de haver mudança na organização interna, passando a atribuição do empenho das passagens da UG para outra UG.

O executado em 2012 quando comparado com 2011 em relação Modalidade de Contratação – outras contratações deve-se ao fato da contratação da UNESCO para as atividades de consultoria.

Destaca-se que não houve em 2012 inscrição de restos a pagar.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

Não se aplica.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 26 / A.5.2 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	--	--	--	--
2010	--	--	--	--
2009	8.669,03	--	--	8.669,03
2008	105.364,40	--	--	105.364,40
2007	--	--	--	--
2006	135.314,02	--	--	135.314,02
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	361.963,04	16.849,93	228.185,18	116.927,93
2010	444.272,95	505,80	--	443.767,15
...				

Fonte: Siafi Gerencial

5.2.2 Análise Crítica

Os pagamentos foram realizados em acordo com os limites liberado pela SPO/MEC. Não houve impacto na gestão financeira devido o baixo volume dos valores inscritos. O saldo dos restos a pagar em 31/12/2012 serão todos cancelados no exercício de 2013.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 27 / A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	000001	IF DO RS	63.000,00		63.000,00		20/01/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000002	IF DO TOCANTINS	4.375,00		4.375,00		24/01/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000003	IF SC	6.170.000,00		6.170.000,00		01/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000004	FNDE	1.000.000,00		1.000.000,00		06/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000005	IF DO MATO GROSSO	65.890,00		65.890,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000006	IF DO MATO GROSSO	81.542,00		81.542,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000007	IF DO MATO GROSSO	75.890,00		75.890,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000008	IF DE RONDONIA	75.000,00		75.000,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000009	IF DO SUDESTE MG	37.000,00		37.000,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000010	IF DO RS	70.430,00		70.430,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000011	IFES	65.000,00		65.000,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000012	IF DO RS	60.000,00		60.000,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000013	IF DE BRASILIA	90.000,00		90.000,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000014	IF DE SAO PAULO	56.000,00		56.000,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000015	IF DO AMAPA	33.930,00		33.930,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000016	IF DA PARAIBA	50.000,00		50.000,00		07/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000017	IF DE SERGIPE	90.000,00		90.000,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000018	IF DE SAO PAULO	35.000,00		35.000,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000019	IF DE SERGIPE	64.000,00		64.000,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000020	IF DO CEARA	77.500,00		77.500,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000021	IF DO MARANHAO	60.000,00		60.000,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000022	IF DO MARANHAO	62.667,00		62.667,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000023	IF DO MARANHAO	61.474,30		61.474,30		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000024	IF DE BRASILIA	88.000,00		88.000,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000025	IF DE ALAGOAS	50.400,00		50.400,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000026	IF DO NORTE DE MG	72.500,00		72.500,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica

Relatório de Gestão da SETEC

3	000027	IFES	61.917,00		61.917,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000028	IFES	77.500,00		77.500,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000029	IF DE ALAGOAS	55.276,00		55.276,00		09/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000030	IF DO RS	88.000,00		88.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000031	IF DE SAO PAULO	88.000,00		88.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000033	IF DO TOCANTINS	197.900,00		197.900,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000034	IF PARANA	365.261,00		365.261,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000035	IF DA PARAIBA	84.000,00		84.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000036	IF DO RN	8.882.289,85		8.882.289,85		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000037	IF DA BAHIA	94.910,21		94.910,21		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000038	IF DA BAHIA	95.000,00		95.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000039	IF DA BAHIA	94.999,54		94.999,54		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000040	IF DO RN	8.107.054,51		8.107.054,51		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000041	IF DA BAHIA	94.999,80		94.999,80		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000042	IF DA BAHIA	95.000,00		95.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000043	IF DO RN	890.000,00		890.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000044	IFPE-REITORIA	76.000,00		76.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000045	IF SC	85.500,00		85.500,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000046	IF SC	81.000,00		81.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000047	IF CATARINENSE	76.500,00		76.500,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000048	IF SUL-RIOGRANDENSE	92.000,00		92.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000049	IF FARROUPILHA	195.000,00		195.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000051	IF DO MAT.G.DO SUL	86.900,00		86.900,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000052	IF DO MAT.G.DO SUL	89.000,00		89.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000053	IF DO SUL DE MG	74.000,00		74.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000054	IF DO AMAPA	82.000,00		82.000,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000055	IF DE RONDONIA	75.810,00		75.810,00		10/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000056	IF DO AMAZONAS	75.000,00		75.000,00		13/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000057	IFPE-REITORIA	76.000,00		76.000,00		13/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000058	IF BAIANO - REITORI	60.190,00		60.190,00		13/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000059	IF BAIANO - REITORI	50.400,00		50.400,00		13/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000060	IF BAIANO - REITORI	58.650,00		58.650,00		13/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000061	IF DO CEARA	1.274.309,91		1.274.309,91		13/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000062	IF DO NORTE DE MG	88.000,00		88.000,00		14/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000063	IF DO NORTE DE MG	90.000,00		90.000,00		14/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000064	IF DO SUL DE MG	89.110,00		89.110,00		14/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000065	IF DO PIAUI	365.600,00		365.600,00		14/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000066	IF DO TOCANTINS					14/02/2012	31/12/2012	Não se aplica

Relatório de Gestão da SETEC

			99.300,00		99.300,00			2	
3	000067	IF DO RN	231.000,00		231.000,00	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000068	IFRR	173.757,28		173.757,28	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000069	IF DO AMAZONAS	300.000,00		300.000,00	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000070	IF S.PERNAMBUCANO	77.184,81		77.184,81	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000071	IF DO CEARA	2.480.415,17		2.480.415,17	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000072	IFES	300.000,00		300.000,00	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000073	IF FLUMINENSE	10.000.000,00		10.000.000,00	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000074	IF CATARINENSE	60.148,00		60.148,00	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000075	IF DO RS	1.391.996,58		1.391.996,58	14/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000076	IF S.PERNAMBUCANO	62.000,00		62.000,00	16/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000077	IF GOIANO - REITORI	49.286,00		49.286,00	16/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000078	IF DO ACRE	536.118,00		536.118,00	16/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000080	IF FARROUPILHA	1.000.000,00		1.000.000,00	17/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000081	IF FARROUPILHA	1.000.000,00		1.000.000,00	17/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000082	IF FARROUPILHA	1.000.000,00		1.000.000,00	17/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000083	IF DO RN	2.643.376,00		2.643.376,00	17/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000084	IF DO CEARA	75.000,00		75.000,00	22/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000085	IFPE-REITORIA	100.000,00		100.000,00	22/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000086	IF DE MINAS GERAIS	185.000,00		185.000,00	22/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000087	IF DO ACRE	190.000,00		190.000,00	22/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000088	IF DA PARAIBA	74.600,00		74.600,00	22/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000089	IF DO PARA	235.091,53		235.091,53	22/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000090	IF DO R.DE JANEIRO	222.000,00		222.000,00	22/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000091	IF PARANA	1.989.000,00		1.989.000,00	23/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000092	IF DO RS	716.891,12		716.891,12	23/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000093	IF DE RONDONIA	3.371.428,40		3.371.428,40	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000094	IF DO RS	4.460.045,60		4.460.045,60	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000095	IF DE RONDONIA	7.200.000,00		7.200.000,00	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000096	IF FARROUPILHA	568.302,24		568.302,24	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000097	IF FARROUPILHA	1.458.671,34		1.458.671,34	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000098	IF CATARINENSE	4.000,00		4.000,00	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000099	IF SC	84.000,00		84.000,00	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000100	IF SC	77.000,00		77.000,00	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000101	IF FLUMINENSE	184.000,00		184.000,00	24/02/2012	31/12/2012		Não se aplica
3	000102	IF SC	16.290,00		16.290,00	27/02/2012	31/12/2012		Não se aplica

Relatório de Gestão da SETEC

3	000103	IF DE BRASILIA	14.160,00		14.160,00		27/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000104	IF FARROUPILHA	500.000,00		500.000,00		27/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000105	IF FARROUPILHA	1.323.986,16		1.323.986,16		27/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000106	IF FARROUPILHA	1.962.771,35		1.962.771,35		27/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000107	IFG	300.000,00		300.000,00		27/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000108	IF CATARINENSE	60.148,00		60.148,00		28/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000109	IF DO TOCANTINS	8.500,00		8.500,00		28/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000110	IF DO PIAUI	27.900,00		27.900,00		28/02/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000111	IF FARROUPILHA	899.192,35		899.192,35		02/03/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000112	IF SUL-RIOGRANDENSE	2.277.218,32		2.277.218,32		11/06/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000113	IF SUL-RIOGRANDENSE	1.506.814,53		1.506.814,53		11/06/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000114	IF SUL-RIOGRANDENSE	779.699,29		779.699,29		11/06/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000114	UFJF	144.000,00		144.000,00		02/03/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000115	CEFET/CSF	524.873,57		524.873,57		11/06/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000117	IF DO NORTE DE MG	20.000,00		20.000,00		29/03/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000118	IF DO RS	22.789,00		22.789,00		17/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000119	UFSM	49.500,00		49.500,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000120	IFG	58.300,00		58.300,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000121	IF BAIANO - REITORI	102.300,00		102.300,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000122	IF DE BRASILIA	66.000,00		66.000,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000123	IF BAIANO - REITORI	80.300,00		80.300,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000124	IF SUL-RIOGRANDENSE	50.600,00		50.600,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000125	IF CATARINENSE	32.000,00		32.000,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000126	IF SC	26.300,00		26.300,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000127	IF DO RS	111.000,00		111.000,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000128	IF DO RN	50.600,00		50.600,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000130	IF DO PIAUI	29.700,00		29.700,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000131	IF DE ALAGOAS	61.500,00		61.500,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000132	IF DA BAHIA	70.840,00		70.840,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000133	IF DO TOCANTINS	54.100,00		54.100,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000134	IF FLUMINENSE	195.580,00		195.580,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000135	IF SUL-RIOGRANDENSE	1.517.706,23		1.517.706,23		13/06/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000135	IF FLUMINENSE	197.340,00		197.340,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000136	IF S.PERNAMBUCANO	1.632.127,78		1.632.127,78		13/06/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000136	IF FLUMINENSE	73.000,00		73.000,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000138	IF FARROUPILHA	32.500,00		32.500,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000139	IF DO CEARA	52.100,14		52.100,14		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica

Relatório de Gestão da SETEC

3	000140	IF DO MATO GROSSO	139.000,00		139.000,00		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000141	IF FARROUPILHA	59.999,86		59.999,86		26/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000142	IF DA BAHIA	29.950,00		29.950,00		27/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000143	IF DE MINAS GERAIS	202.455,29		202.455,29		27/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000144	IF DO AMAPA	71.564,06		71.564,06		27/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000145	IF DO MATO GROSSO	1.000,00		1.000,00		27/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000146	IF DO RS	39.991,49		39.991,49		30/04/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000149	IF FLUMINENSE	5.280,00		5.280,00		10/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000150	IF FLUMINENSE	15.840,00		15.840,00		10/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000151	IF PARANA	50.000,00		50.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000152	IF DE RONDONIA	100.000,00		100.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000153	IF S.PERNAMBUCANO	99.998,00		99.998,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000154	IF DE SERGIPE	56.918,20		56.918,20		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000155	IF DO R.DE JANEIRO	75.000,00		75.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000156	IF FLUMINENSE	75.000,00		75.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000157	IF DO SUDESTE MG	74.300,00		74.300,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000158	IFPE-REITORIA	100.000,00		100.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000159	IF DE MINAS GERAIS	75.000,00		75.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000160	IF DE BRASILIA	100.000,00		100.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000161	IF DO CEARA	87.040,00		87.040,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000162	IF TRIANG. MINEIRO	49.000,00		49.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000163	IF DA BAHIA	99.914,00		99.914,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000164	IF DO AMAZONAS	100.000,00		100.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000165	IF DO TOCANTINS	80.000,00		80.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000166	IFES	75.000,00		75.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000167	IF CATARINENSE	50.000,00		50.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000168	IF DO NORTE DE MG	75.000,00		75.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000169	IFRR	98.250,00		98.250,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000170	IF DO SUL DE MG	75.000,00		75.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000171	IF DO RN	100.000,00		100.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000172	IF DO AMAPA	100.000,00		100.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000173	CEFET/MG	75.000,00		75.000,00		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000174	UFPA	99.999,69		99.999,69		16/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000175	IF SC	50.000,00		50.000,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000176	IF DA PARAIBA	100.000,00		100.000,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000177	IF SUL-RIOGRANDENSE	50.000,00		50.000,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000178	IF DE SAO PAULO	75.000,00		75.000,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica

Relatório de Gestão da SETEC

3	000179	IF DO RS	36.401,00		36.401,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000180	IF BAIANO - REITORI	86.800,00		86.800,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000181	UTFPR	49.404,00		49.404,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000182	IFG	99.910,00		99.910,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000183	IF DO PIAUI	100.000,00		100.000,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000184	IF FARROUPILHA	50.000,00		50.000,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000185	IF GOIANO - REITORI	100.000,00		100.000,00		18/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000186	IF DO MARANHAO	100.000,00		100.000,00		21/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000187	IF DO MAT.G.DO SUL	85.000,00		85.000,00		23/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000188	IF DO MATO GROSSO	58.000,00		58.000,00		23/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000189	IF DE ALAGOAS	60.178,40		60.178,40		23/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000190	CEFET/CSF	30.070,00		30.070,00		23/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000191	IF DE SERGIPE	43.081,80		43.081,80		23/05/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000231	IF DO AMAZONAS	1.699.611,78		1.699.611,78		26/06/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000232	IF PARANA	1.164.957,31		1.164.957,31		26/06/2012	31/12/2012	Não se aplica
3	000233	IF PARANA	1.229.629,50		1.229.629,50		26/06/2012	31/12/2012	Não se aplica

PORTARIAS DE DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Portaria SETEC nº 42, de 6 de dezembro de 2012;
 Portaria SETEC nº 40, de 3 de dezembro de 2012;
 Portaria SETEC nº 34, de 4 de outubro de 2012;
 Portaria SETEC nº 28, de 21 de agosto de 2012;
 Portaria SETEC nº 16, de 16 de maio de 2012;
 Portaria SETEC nº 13, de 24 de abril de 2012;

PORTARIAS DE PARCEIROS OFERTANTES – PRONATEC

Portaria SETEC nº 41, de 5 de dezembro de 2012;
 Portaria SETEC nº 38, de 26 de outubro de 2012;
 Portaria SETEC nº 33, de 11 de setembro de 2012;
 Portaria SETEC nº 30, de 5 de setembro de 2012;
 Portaria SETEC nº 29, de agosto de 2012;
 Portaria SETEC nº 26, de 3 de agosto de 2012;
 Portaria SETEC nº 21, de 29 de junho de 2012;
 Portaria SETEC nº 20, de 26 de junho de 2012;
 Portaria SETEC nº 19 de 20 de junho de 2012;
 Portaria SETEC nº 15, de 9 de maio de 2012;
 Portaria SETEC nº 12, de 20 de abril de 2012.

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro 28 / A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	--	--	--	--	--	--
Contrato de Repasse	--	--	--	--	--	--
Termo de Cooperação	888	934	1.235	650.973.947,91	387.073.616,78	330.658.483,15
Termo de Compromisso	--	--	--	--	--	--
Totais	888	934	1.235	650.973.947,91	387.073.616,78	330.658.483,15

Fonte:

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Não há previsão de instrumentos.

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro 29 / A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		888	
		Montante Repassado		650.973.947,91	
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		934	
		Montante Repassado		387.073.616,78	
2010	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		1.235	
		Montante Repassado		330.658.483,15	
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	05		
		Montante Repassado	R\$ 6.175.931,34		

Fonte: Siasi Gerencial

Observação: Não se tratam de contas não prestadas, mas de relatório de cumprimento de objetos em fase de análise.

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro 30 / A.5.7 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas		
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade			
Montante Repassado (R\$)					
2011	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		05	
		Montante Repassado		R\$ 6.175.931,34	
Fonte:					

5.3.6 Análise Crítica

No esforço de organização e racionalização de procedimentos, pressupostos da nova gestão da Secretaria, o ano de 2012 caracterizou-se no âmbito da prestação de contas como marco na identificação e mapeamento de todos os processos administrativos que necessitam, para seu aperfeiçoamento e finalização, da análise dos relatórios de cumprimento de objeto.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

Não houve gastos dessa natureza em 2012.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica.

5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não se aplica.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro 31 / A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	85	9	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	85	9	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	73	0	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	2	2	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	10	7	7
2. Servidores com Contratos Temporários	0	5	0	1
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	10	7	7
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	100	16	22

Fonte: SIAPE

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro 32 / A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	Ver observação
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	Ver observação
1.2. Exercício de Função de Confiança	Ver observação
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	Ver observação

Fonte: SIAPE

OBSERVAÇÃO: Todos os servidores Cedidos compõem o quantitativo de afastamentos do Relatório de Gestão da Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA.

Não houve registros de servidores da SETEC nas especificações/tipologias deste quadro.

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 33 / A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31/12)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	41	14	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	41	14	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	21	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	10	7	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	10	7	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	11	4	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	11	4	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	52	18	0

Fonte: SIAPE

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 34 / A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	9	22	18	33	8
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	8	18	18	33	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	4	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	2	4	3	0	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	4	3	0	1
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	11	26	21	33	9

Fonte: SIAPE

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro 35 / A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	1	1	42	46	0	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	1	37	46	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	5	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	4	6	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	4	6	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	1	1	46	52	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Valores em R\$ 1,00

Quadro / A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2011	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2010	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão											
Exercícios	2012	R\$ 1.172.627,97	R\$ 21.605,22	R\$ 253.237,17	R\$ 59.732,69	R\$ 188.342,13	R\$ 102.240,20	R\$ 870.438,15	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.668.223,53
	2011	R\$ 992.660,66	R\$ 15.453,39	R\$ 219.953,02	R\$ 59.735,52	R\$ 184.809,86	R\$ 87.850,66	R\$ 758.890,08	R\$ -	R\$ 400,52	R\$ 2.319.753,71
	2010	R\$ 1.570.205,89	R\$ 24.899,28	R\$ 399.455,20	R\$ 109.476,60	R\$ 353.410,35	R\$ 90.749,85	R\$ 1.610.248,60	R\$ -	R\$ 492,69	R\$ 4.158.938,46
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	R\$ -	R\$ -	R\$ 45.975,00	R\$ 2.043,33	R\$ 18.640,72	R\$ -	R\$ 375.769,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 442.428,05
	2011	R\$ -	R\$ -	R\$ 43.114,35	R\$ 12.600,54	R\$ 24.272,36	R\$ -	R\$ 325.503,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 405.490,25
	2010	R\$ -	R\$ -	R\$ 50.877,35	R\$ 11.578,88	R\$ 20.128,90	R\$ -	R\$ 400.532,81	R\$ -	R\$ -	R\$ 483.117,94
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2011	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2010	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2011	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
	2010	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	R\$ 1.006.129,25	R\$ 951.441,01	R\$ 295.869,47	R\$ 87.098,02	R\$ 138.131,44	R\$ 100.920,99	R\$ 479.274,59	R\$ -	R\$ 231,75	R\$ 3.059.096,52
	2011	R\$ 1.321.845,57	R\$ 916.712,54	R\$ 360.172,92	R\$ 109.326,19	R\$ 169.264,95	R\$ 101.770,06	R\$ 505.464,25	R\$ -	R\$ 482,86	R\$ 3.485.039,34
	2010	R\$ 1.094.376,90	R\$ 867.682,85	R\$ 317.655,25	R\$ 83.140,09	R\$ 170.835,51	R\$ 50.563,30	R\$ 511.391,56	R\$ -	R\$ 114,14	R\$ 3.095.759,60
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	R\$ 397.309,89	R\$ 14.843,46	R\$ 83.802,65	R\$ 20.104,36	R\$ 73.069,34	R\$ 57.907,97	R\$ 281.107,59	R\$ -	R\$ -	R\$ 928.145,26
	2011	R\$ 532.147,93	R\$ 6.842,50	R\$ 122.839,62	R\$ 35.082,45	R\$ 94.331,44	R\$ 57.946,69	R\$ 416.614,90	R\$ -	R\$ 235,17	R\$ 1.266.040,70
	2010	R\$ 417.502,59	R\$ 5.123,97	R\$ 104.550,06	R\$ 19.530,36	R\$ 92.689,08	R\$ 41.607,26	R\$ 413.845,50	R\$ -	R\$ 100,49	R\$ 1.094.949,31

FONTE: SIAPE

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

As informações sobre APOSENTADOS e PENSIONISTAS são compiladas pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, unidade subordinada da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA.

6.1.5 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A análise crítica deste item está a cargo da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, unidade subordinada da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA.

6.1.6 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Os atos sujeitos à comunicação ao Tribunal, por intermédio do SISAC, e remessa estão sob a responsabilidade da SAA.

Informações relativas a terceirizados e estagiários são compiladas pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos do MEC.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Não se aplica.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

As informações sobre a Gestão da Tecnologia da Informação (TI) são compiladas pela Diretoria de Tecnologia da Informação do MEC e registradas no Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do MEC.

9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A gestão do uso dos recursos renováveis, bem como a contratação de bens e serviços e sustentabilidade ambiental é de competência da Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA do MEC.

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro 36 / A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					1977
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 009.842/2012-8	Nº 1039/2012	9.2	DE	AC – 1039-15/12 P
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					1977
Descrição da Deliberação					
Deferi, em caráter excepcional, o pedido de prorrogação de prazo, até 2 de maio de 2012, para o envio dos relatórios de gestão das instituições da Rede Federal de EPT, vinculadas à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – Setec/MEC, alusivos ao exercício de 2011.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					1977
Síntese da Providência Adotada					
Repasse os Institutos do novo prazo para apresentação dos Relatórios de Gestão					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os Institutos Federais encaminharam os seus Relatórios de Gestão até a data autorizada pelo TCU.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houveram fatores positivos e ou negativos e que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências, considerando que o referido acórdão é resultado de solicitação por parte da SETEC, que visava estipular em caráter excepcional um novo prazo para apresentação dos relatórios de gestão das instituições federais de EPCT					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					1977
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 021.871/2011-6	Nº 1168/2012	9.3	DE	48312245
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ministério da Educação e Instituições Federais de Ensino Superior					
Descrição da Deliberação					
Recomendar ao MEC que, em conjunto com as Instituições Federais de Ensino Superior, estude a viabilidade de estabelecer políticas destinadas a evitar contratações de docentes cuja acumulação de cargos possa trazer prejuízos para suas atividades acadêmicas.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					1977
Síntese da Providência Adotada					
Em estudo.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não identificados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					1977
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	032.151/2010-1	Nº 104/2011	9.1	DE	DOU de 02/02/2011
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					1977
Descrição da Deliberação					
Estipular o prazo de até 30 de junho de cada exercício para que a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC apresente a apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes) da Rede Federal de EPT, conforme recomendado no item 9.3.2 do Acórdão nº 2267/2005 – Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica					1977
Síntese da Providência Adotada					
A SETEC adotou o procedimento determinado pelo Tribunal a partir de 2011.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A SETEC passou gerar os relatórios de gestão consolidados da Rede Federal após a apresentação dos relatórios de gestão e análise das respectivas análises das instituições.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A análise da SETEC é baseada em aspectos já apresentados pelos institutos, além de permitir a comparabilidade entre as instituições.					

10.1.2 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro 37 / A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	OS 253960 e constatação 7 da OS 201203040.	TODOS	OF.XXX
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Descrição da Recomendação			
PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE DA SETEC			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
TODAS AS UNIDADES SUBORDINADAS DA SECRETARIA			1977
Síntese da Providência Adotada			
O PPP, firmado em outubro de 2012 possui 25 constatações, sendo 12 com o status de “atendidas” e 13 “em atendimento”. No capítulo 12 – Outras informações sobre a gestão foi inserido um demonstrativo sintético do PPP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
APERFEIÇOAMENTO DAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS E MAIOR ADERÊNCIA NORMATIVA O QUE IMPLICOU NA EXECUÇÃO DO CONTROLE PRIMÁRIO PELO GESTOR E MAIOR RACIONALIDADE E EFETIVIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EPT.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implementação das providências acordadas no PPP contribuiu na organização e racionalização de processos, procedimentos, atividades e tarefas. Exigiu um esforço de normatização - estabelecimento de regras - e, dada a carência de pessoal da Secretaria, foram constituídos grupos de estudo e trabalho com servidores dos Institutos Federais e autarquias vinculadas ao MEC.			

10.1.3 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro 38 / A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	OS 201203040.	EXCETO ITEM 7 DA OS	OF.XXX
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Descrição da Recomendação			
O PPP, firmado em outubro de 2012 possui 25 constatações, sendo 12 com o status de “atendidas” e 13 “em atendimento”. No capítulo 12 – Outras informações sobre a gestão foi inserido um demonstrativo sintético do PPP.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA			1977
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As recomendações pendentes encontram-se no prazo de cumprimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A complexidade de algumas providências para cumprimento das recomendações exige maior tempo de execução e recursos humanos qualificados, hoje o maior gargalho administrativo da Secretaria.			

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

A SETEC, enquanto unidade subordinada do Ministério da Educação não possui unidade de auditoria interna, tais atribuições são prerrogativa da Controladoria Geral da União – CGU.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

O controle da declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93 está a cargo da SAA.

10.4 MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

A unidade jurisdicionada não possui operações a serem registradas nos sistemas SIASG e SICONV.

11 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As informações contábeis estão sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO do MEC.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Declaração

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC** que apresenta Relatório de Gestão.

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidas pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, não constituem objeto da presente declaração por considerar que tais modalidades de controle não são disponibilizadas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 27 de Março de 2013.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Núcia Perreira da Silva'.

Núcia Perreira da Silva
CRC DF 010702/O-6
Contadora Responsável pela Unidade Jurisdicionada

12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Registramos, a seguir, o Plano de Providências Permanente - PPP da SETEC.

Relatório de Gestão da SETEC

Nº OS	Nº Constatação	Área de Exame	Descrição Sumária	Status da Recomendação	Prazo atualizado de Atendimento	Texto da Recomendação	Último Histórico: Manifestação Gestor	Último Histórico: Posição SFC
201203040	4	CONVÊNIOS/SUBVENÇÕES	Autorização de descentralizações de créditos em desacordo a normas internas nos termos de cooperação para o Programa Certific - Pesca e Aquicultura.	Atendida	31/10/2012	No caso de compras em grande quantidade de um mesmo produto, que a SETEC/MEC realize estudo de viabilidade para verificar se a aquisição num único processo licitatório centralizado será mais vantajoso que vários processos licitatórios descentralizados.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente a resposta: "A SETEC formalizará, caso a caso, processo solicitando avaliação de pertinência da aquisição centralizada ao Comitê de Gestão e Logística do MEC ou ao FNDE."	(01; Marco Antonio de Oliveira) - Considerada atendida. - Recomendação Atendida
201203040	4	CONVÊNIOS/SUBVENÇÕES	Autorização de descentralizações de créditos em desacordo a normas internas nos termos de cooperação para o Programa Certific - Pesca e Aquicultura.	Atendida	31/10/2012	Que a SETEC/MEC, caso opte pela descentralização de aquisições, efetue ampla pesquisa de preços antes da aprovação do crédito aos Institutos, como também oriente os mesmos a estipular limite de valor compatível ao que se pretende adquirir nas licitações.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente a resposta: "O procedimento de pesquisa de preços é determinado pelo artigo 15 da Lei 8.666/93 e deve ser executado pela instituição licitante. As autarquias possuem autonomia administrativa e financeira e não cabe a SETEC interferir nas atribuições dos gestores da autarquias."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Considerada atendida. - Recomendação Atendida
201203040	4	CONVÊNIOS/SUBVENÇÕES	Autorização de descentralizações de créditos em desacordo a normas internas nos termos de cooperação para o Programa Certific - Pesca e Aquicultura.	Atendida	31/10/2012	Cumprir as regras estabelecidas no Chamamento Público e, em caso de mudanças, fazer a divulgação aos interessados.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. O cumprimento das regras estabelecidas nos chamamentos públicos já está em execução nos Editais de n.º 1, 2 e 3 de 2012. 2. A SETEC aportará decursos diretamente da Matriz Orçamentária das instituições da Rede Federal, por meio da identificação prévia das políticas prioritárias de EPT."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Considerada atendida. - Recomendação Atendida

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	4	CONVÊNIOS/SUBVENÇÕES	Autorização de descentralizações de créditos em desacordo a normas internas nos termos de cooperação para o Programa Certific - Pesca e Aquicultura.	Atendida	30/04/2013	Que a SETEC se abstenha de estipular valor para o objeto da descentralização de crédito orçamentário. A apresentação da descrição do objeto e valor a ser descentralizado, bem como a execução orçamentária do objeto da descentralização deverão ser efetuadas pela unidade proponente, conforme determina a Portaria SETEC nº 28, de 21.8.2012.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. O cumprimento das regras estabelecidas nos chamamentos públicos já está em execução nos Editais de n.º 1, 2 e 3 de 2012. 2. A SETEC aportará decursos diretamente da Matriz Orçamentária das instituições da Rede Federal, por meio da identificação prévia das políticas prioritárias de EPT."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Considerada atendida. - Recomendação Atendida
201203040	5	AVALIAÇÃO DE PROJETOS	Custeamento da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) sem comprovação de ter destino restrito a projetos de pesquisa.	Prorrogada	31/12/2013	A SETEC deve fazer gestões junto aos órgãos responsáveis pelo orçamento do MEC, visando criar ação orçamentária própria com a finalidade de fomento da pesquisa.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, informa que: "A SPO abre anualmente a possibilidade criação de ações orçamentárias e, para 2012 não seria mais possível fazê-lo. A SETEC indica, como providência, a "apresentação de proposta de inserção de ação orçamentária, destinada à pesquisa e inovação, na proposta da Lei Orçamentária Anual de 2014."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - O Gestor não informa quando a proposta será encaminhada ou se foi realizado o encaminhamento da proposta de inserção da ação orçamentária destinada à pesquisa e inovação no Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2014 ao órgão responsável. - Prorrogação (solicitação Gestor)

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	5	AVALIAÇÃO DE PROJETOS	Custeamento da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) sem comprovação de ter destino restrito a projetos de pesquisa.	Prorrogada	31/03/2013	A SETEC deve realizar estudo para avaliar e aperfeiçoar a gestão da RENAPI, tendo em vista as competências da DTI e as diretrizes da área de tecnologia da informação.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, informou que: "A partir da auditoria da CGU, as ações de fomento aos projetos da RENAPI foram paralisadas. Com isso não houve, ainda, necessidade de internalização dos projetos no PDTI do MEC, requisito necessário para novos investimentos em desenvolvimento de sistemas." A SETEC apresentou como providência: "Elaboração de novo modelo de gestão para a RENAPI, que envolvam não somente a área de tecnologias digitais, mas todas as áreas de conhecimento."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação plena das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)
201203040	5	AVALIAÇÃO DE PROJETOS	Custeamento da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) sem comprovação de ter destino restrito a projetos de pesquisa.	Prorrogada	31/08/2013	A SETEC deve solicitar às UJs beneficiárias de recursos da RENAPI o envio dos documentos listados na Portaria SETEC nº 213, quanto ao relatório de cumprimento do objeto, fazer o levantamento dos dados dos beneficiários, separando o que é projeto de pesquisa e o que é prestação de serviços. Em relação à prestação de serviços, preparar a relação dos beneficiários e informar à Receita Federal os montantes pagos nos exercícios de 2008 a 2012.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, informou que: "Na avaliação de cumprimento de objeto de projetos de pesquisa aplicada, o resultado deve considerar não só as publicações, mas o que define os objetivos propostos para cada projeto, neste caso, os produtos, que são os resultados esperados desta modalidade investigativa." Ademais, a SETEC citou como providências: " 1. A SETEC solicitou às Instituições a apresentação de relatórios de prestação de contas e de cumprimento de objeto em atraso, bem como o envio de listagem de pessoas que receberam bolsas em projetos financiados pela RENAPI. 2. Da análise dos relatórios de cumprimento de objeto apresentados pelas Instituições será elaborada a relação de produtos resultantes das pesquisas."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação plena das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	6	MOVIMENTAÇÃO	Contratação de consultores para realização de atividades que poderiam ser realizadas por servidores da própria SETEC.	Prorrogada	31/07/2014	<p>Abster-se de contratar consultores para executar atividades que não se configuram como de cooperação técnica internacional. Caso tenha contratações previstas para 2012/13, apresentar um cronograma de substituição, solicitando vagas para servidores efetivos.</p>	<p>(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, informou que: "As contratações de consultores em curso estão em consonância com a Cartilha "Contratações de Consultorias", proposta pela CGU, e atendem ao Decreto Federal nº 5151/2004. A ampliação do quadro de servidores da Secretaria é objeto do documento "Força de Trabalho na SETEC - Breve Estudo. Vale ressaltar que a definição de cronograma de reposição de servidores é atribuição da CCGP/SAA." A SETEC apresentou como providências: "1. Elaboração de DOCUMENTO NORTEADOR para as Seleções, aprovado pela autoridade competente, anexo. 2. Constituição de COMISSÃO DE SELEÇÃO DE CONSULTORES, concluído, anexo; 3. Estruturação de uma área no Gabinete da Setec para executar os procedimentos e atividades administrativas relativas às contratações e pagamento dos produtos. 4. Publicação de 3 Editais de Seleção para contratação de consultores Especialistas nas áreas de laboratórios, pedagógica/educacional e convênios do Programa Brasil Profissionalizado."</p>	<p>(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)</p>
-----------	---	--------------	---	------------	------------	--	---	--

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	7	MOVIMENTAÇÃO	Ausência de Implementação de Políticas Capazes de Diminuir a Deficiência de Força de Trabalho.	Atendida	31/03/2013	Realizar estudo que demonstre a deficiência de sua força de trabalho encaminhando-o aos órgãos responsáveis pela política de alocação de recursos humanos.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. Encontra-se em elaboração o documento "FORÇA DE TRABALHO NA SETEC - Breve Estudo", com apoio da CGGP. 2. Para atenuar os efeitos da ausência de RH, a nova gestão iniciou um trabalho de mobilização, com apoio da CGGP, no sentido de recompor, de forma emergencial, quantitativamente o quadro de pessoal da SETEC, agregando mais 20 servidores. Até o momento foram recebidos 14 servidores, a maioria de nível médio, e 4 estagiários de nível superior. 3. Foram executados remanejamentos internos de servidores para alocação na DIR, no total de 4 servidores e 2 terceirizados. 4. Realizadas Oficinas de mobilização para o trabalho tendo mais de 150 participantes."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Considerada atendida. - Recomendação Atendida
201203040	9	RECURSOS EXIGÍVEIS	Manutenção de valores em Restos a Pagar Não Processados sem atender alguma das hipóteses previstas no art.35 do Decreto nº 93.872/86.	Prorrogada	31/12/2013	A SETEC deve efetuar o cancelamento das inscrições em restos a pagar não processados daquelas notas de empenho que não atendem os requisitos legais.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, informou que: "Foram identificados os empenhos que se encontram inscritos irregularmente em restos a pagar." A SETEC apresentou como providência: "Solicitação à SPO da anulação dos empenhos."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando comprovação da implementação plena das providências, evidenciando os lançamentos. - Prorrogação (solicitação Gestor)

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	15	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	Informações desatualizadas no Relatório de Gestão e dados equivocados nas informações sobre a execução física das ações realizadas pela UJ.	Atendida	31/12/2012	A SETEC deve utilizar os dados mais recentes à disposição para serem informados no seu Relatório de Gestão, revisando todas as informações colocadas em seu conteúdo.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências a serem adotadas para o próximo exercício: "1. Constituição de comissão responsável pelo planejamento e organização dos trabalhos de elaboração do Relatório, a partir de DEZ/2012. 2. Participação em cursos preparatórios a serem oferecidos pelo TCU ou CGU; 3. Constituição de grupos de estudos para discussão do novo regramento definido pelo TCU registrada na Portaria nº 150, de 03 de julho de 2012."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Considerada atendida. - Recomendação Atendida
201203040	16	AUDITORIA DE PROCESSOS DE CONTAS	Ausência e inconsistência de informações no Relatório de Gestão.	Atendida	31/12/2012	A SETEC deve adotar medidas no sentido de instruir seu processo de contas na forma estabelecida pelo Tribunal de Contas da União.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências a serem adotadas para o próximo exercício: "1. Constituição de comissão responsável pelo planejamento e organização dos trabalhos de elaboração do Relatório, a partir de DEZ/2012. 2. Participação em cursos preparatórios a serem oferecidos pelo TCU ou CGU; 3. Constituição de grupos de estudos para discussão do novo regramento definido pelo TCU registrada na Portaria nº 150, de 03 de julho de 2012."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Considerada atendida. - Recomendação Atendida

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	19	AVALIAÇÃO RESULTADOS	DOS	Permanência do cumprimento parcial dos Acórdãos nºs 2.267/2005 – Plenário, 360/2006 – Plenário, 220/2008 – 1ª Câmara, 2.375/2008 – 1ª Câmara, 2.572/2010 – 2ª Câmara, 104/2011 – Plenário.	Prorrogada	31/10/2013	Revisar e propor nova matriz de indicadores de desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com base em fundamentações teóricas e metodológicas, que possibilitem uniformizar conceitos, classificações e nomenclaturas e que permitam a construção e a seleção de indicadores que melhor se adaptem ao conceito de desempenho da Rede Federal.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. Criação de Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 25, de 31 de agosto de 2012, composto por servidores da SETEC e da Rede Federal, a fim de realizar estudo para a proposição de nova matriz de indicadores, seguindo as fundamentações teóricas e metodológicas constantes do guia de elaboração de indicadores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (providência concluída). 2. Realização, no exercício de 2013, de projeto piloto de aplicação de indicadores resultantes do trabalho do GT em algumas instituições da rede."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando comprovação da implementação das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)
201203040	28	AVALIAÇÃO RESULTADOS	DOS	Os indicadores de desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram implementados sem fundamentação em estudos prévios e não estão sendo utilizados para tomada de decisões e para a melhoria da gestão.	Prorrogada	31/12/2013	Criar Grupo de Trabalho com servidores do MEC e da Rede Federal para realização dos estudos necessários à proposição da nova matriz de indicadores.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. Criação de Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 25, de 31 de agosto de 2012, composta por servidores da SETEC e da Rede Federal, a fim de realizar estudo para a proposição de nova matriz de indicadores, seguindo as fundamentações teóricas e metodológicas constantes do guia de elaboração de indicadores do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (providência concluída). 2. Realização, no exercício de 2013, de projeto piloto de aplicação de indicadores resultantes do trabalho do GT em algumas instituições da rede."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando comprovação da implementação das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	28	AVALIAÇÃO RESULTADOS	DOS	Os indicadores de desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram implementados sem fundamentação em estudos prévios e não estão sendo utilizados para tomada de decisões e para a melhoria da gestão.	Prorrogada	31/12/2013	Aperfeiçoar o SISTEC de forma a validar as informações registradas pelas Instituições de ensino.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. Criação de estrutura centralizada de gestão do sistema na SETEC. 2. Elaboração de relatório circunstanciado e qualificado de falhas do sistema, que possibilite a construção de uma agenda com a equipe de desenvolvimento da DTI para a sua correção. 3. Construção de metodologia para a análise de risco, que contemple amostragem na população de dados para acompanhamento e avaliação das instituições da Rede Federal."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)
201203040	28	AVALIAÇÃO RESULTADOS	DOS	Os indicadores de desempenho da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foram implementados sem fundamentação em estudos prévios e não estão sendo utilizados para tomada de decisões e para a melhoria da gestão.	Prorrogada	31/12/2013	Desenvolver uma metodologia de gestão de risco que permita a auditoria dos dados do SISTEC.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. Criação de estrutura centralizada de gestão do sistema na SETEC. 2. Elaboração de relatório circunstanciado e qualificado de falhas do sistema, que possibilite a construção de uma agenda com a equipe de desenvolvimento da DTI para a sua correção. 3. Construção de metodologia para a análise de risco, que contemple amostragem na população de dados para acompanhamento e avaliação das instituições da Rede Federal."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)
201203040	29	AVALIAÇÃO RESULTADOS	DOS	Indicadores do Programa 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica são insuficientes para proporcionar informações sobre o seu desempenho.	Prorrogada	31/12/2013	A Setec deve propor o aperfeiçoamento dos indicadores do Programa 2031 com foco na estruturação de métodos, técnicas e instrumentos que possibilitem a correta aferição dos processos e dos resultados esperados.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: " Realização de estudos dos indicadores utilizados pela SETEC no monitoramento das ações relacionadas, objetivando a identificação dos indicadores a serem propostos para o Programa 2031." As ações do Programa 2031 são: 20RG, 6380, 6358, 20RW, 8252, 8652, 20RL, 2994, 6330.	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação plena das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	30	AValiação de Projetos	Instituição da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI) sem os requisitos necessários à área de Tecnologia da Informação.	Prorrogada	31/03/2013	A SETEC deve efetuar gestões, junto aos órgãos responsáveis pela política da informação no âmbito do MEC, para o compartilhamento da gestão dos projetos que envolvam o desenvolvimento de sistemas, garantindo para a SETEC o controle da dimensão educacional desse processo.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, informou que: "A partir da auditoria da CGU as ações de fomento aos projetos da RENAPI foram paralisadas. Com isso não houve, ainda, necessidade de internalização dos projetos no PDTI do MEC, requisito necessário para novos investimentos em desenvolvimento de sistemas no modelo RENAPI." A SETEC apresentou as providências: "1. Com o reinício dos investimentos nesses projetos, suas ações farão parte do Planejamento Estratégico e constarão no PDTI do MEC, quando será garantido o controle da dimensão educacional do processo de desenvolvimento dos sistemas, por meio da elaboração de um plano de acompanhamento compartilhado dos projetos entre a DTI e a SETEC. 2. Das instituições fomentadas exigir-se-à o cumprimento dos requisitos relacionados na Portaria SETEC nº 28/2012, especialmente no que se refere à comprovação do cumprimento do objeto relativo aos recursos oriundos da SETEC."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação plena das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)
201203040	31	CONVênios/SUBVENÇÕES	Falta de fiscalização e de controle nos recursos executados por meio de transferências (convênios e Termos de cooperação).	Prorrogada	31/12/2013	A Setec deve desenvolver uma metodologia de gestão de risco para acompanhamento das transferências.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "Construção de uma metodologia para a análise de risco que contemple amostragem dos processos de descentralizações para acompanhamento."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)

Relatório de Gestão da SETEC

201203040	34	AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	Ausência de indicadores próprios para avaliar o desempenho da SETEC.	Prorrogada	31/12/2013	A SETEC deve criar indicadores próprios para avaliação de seu desempenho, atentando que tais indicadores devem possuir os seguintes quesitos: de utilidade (completude e validade) e de mensurabilidade (comparabilidade, economicidade, auditabilidade, acessibilidade e compreensão) e dessa forma, serem úteis para a tomada de decisões.	(Ofício; 2520; 22/11/2012) - Após reunião de discussão do PPP entre a equipe da CGU e a SETEC, realizada em 14.11.2012, a SETEC, por meio do Ofício nº 2520, de 22.11.2012, encaminhou formalmente as providências: "1. Contratação de consultores - até dez/2012 - para mapear processos e propor indicadores de avaliação das atividades meio, no que couber, com previsão de 1 (UM) ano de atividades. 2. Monitoramento e avaliação da execução do "Alinhamento Estratégico" da Setec. 3. Conclusão da elaboração e aplicação de indicadores da Rede Federal."	(01; ; ; Marco Antonio de Oliveira) - Aguardando implementação das providências. - Prorrogação (solicitação Gestor)
253960	2	MONITORAMENTO		Atendida	10/09/2012	Em razão de a SETEC ser responsável pela análise e aprovação dos projetos antes de se efetuar a descentralização de créditos para as unidades de ensino, recomenda-se à Secretaria aprimorar os mecanismos de validação dos planos de trabalho das instituições federais antes de promover o repasse dos recursos. É necessário que o plano de trabalho seja composto de todos os elementos que compõe o projeto básico, conforme preconizado no art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/1993, anotação de responsabilidade técnica do projeto e do orçamento e declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias, quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes das referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do SINAPI;	(Ofício; 1382/2012; 09/07/2012) - Em 9/7/2012, mediante Ofício nº 1382/2012/CGINF/DDR/SETEC/MEC, de 9 de julho de 2012, a SETEC encaminhou formalmente a resposta à Solicitação de Auditoria 201201877/001, de 7/2/2012: "O PROJETO PADRÃO a ser disponibilizado para implantação de novas unidades do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia é um modelo a ser adaptado e utilizados pelos Institutos Federais em todas as unidades da federação. Assim, somente após as adequações a terreno, tipos de cursos, especificidades de laboratórios etc... poderá ser apresentado para cada projeto a composição definitiva de custos unitários, a Fonte de composições de custo para itens não constantes do SINAPI, cópia das cotações de preço dos insumos/serviços que se fizeram necessárias. Conforme já informado, para o caso específico do projeto a ser utilizado pelo Instituto Federal de Brasília, a adequação foi sub contratada e encontra-se em fase de execução, devendo ser disponibilizado para análise da CGU assim que for concluído. Em tempo: O IFBRASÍLIA utiliza para composições de custos não constantes do SINAPI a base de dados TCPO Software da PINI – Volare. Em resposta às sugestões apresentadas pela CGU para alteração de serviços da planilha orçamentária do projeto padrão do programa Brasil Profissionalizado	(01; ; ; Secretário) - Da análise da manifestação do gestor, conclui-se que a recomendação foi atendida. - Recomendação Atendida

						do Ministério da Educação, com o objetivo de adequá-los aos itens existentes na tabela SINAPI da Caixa Econômica Federal, gostaríamos de prestar esclarecimento geral referente aos diversos tópicos apontados. Apesar de estabelecido que os serviços contidos nas planilhas orçamentárias de obras públicas devem adotar o índice SINAPI como referência, é necessário ressaltar que essa tabela foi desenvolvida para a construção de habitações populares e, portanto, não contempla serviços exclusivos à execução de tipologias de projeto mais complexas. Dessa forma, não é possível admiti-la como base para elaboração de planilhas de todo e qualquer modelo de edificação		
253960	2	MONITORAMENTO		Atendida	30/05/2011	Inserir no planejamento dos trabalhos de monitoramento e supervisão das obras de construção das unidades de ensino, sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Infraestrutura da SETEC, fiscalizações in loco dos Campi Canindé, Estância, Araguatins, Sobral e Luziânia, diante dos achados de auditoria constantes do item 4.5;	(Ofício; 637/SETEC/MEC; 18/05/2011) - Por meio do Ofício nº 637/SETEC/MEC, de 18.5.2011, a SETEC esclarece: "A fiscalização efetiva da execução física de uma obra de engenharia demanda o acompanhamento sistemático do profissional habilitado junto ao canteiro de obras, tendo em vista que existem itens em uma obra de engenharia que depois de executado não há como comprovar visualmente sua qualidade e até sua correta execução. Para fiscalização das obras do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, os Institutos Federais, tem a recomendação de que a mesma seja exercida de forma permanente por fiscais da área de engenharia/arquitetura, nomeados e designados para este fim, competindo à SETEC/MEC, com seu pequeno quadro de profissionais da área promover o Monitoramento e supervisão das referidas obras, realizadas através dos dados inseridos no SIMEC/MÓDULO DE OBRAS, de contatos telefônicos, de visitas técnicas, in loco, que geralmente ocorre em fase final de execução da obra, para efeito de preparativos de inaugurações, ou ainda, em função de cobranças específica, quando se detecta indícios de irregularidades no padrão executivo da referida obra. Nos casos em que as irregularidades detectadas são de ordem legal ou administrativas envolvendo análise técnico jurídica, tais como erros de licitação, sobrepreço, prazos contratuais, pagamentos indevidos, entre outros, o corpo diretivo da instituição acompanhado dos técnicos	(01; ; ; Secretário) - Da análise da manifestação do gestor, conclui-se que a recomendação foi atendida. - Recomendação Atendida

Relatório de Gestão da SETEC

						responsáveis por cada área são chamados à Secretaria para prestar esclarecimentos. Além do monitoramento e supervisão realizado, in loco, sempre que possível, pela equipe permanente lotada na CGInf/SETEC, desde 2010 o Ministério da Educação conta com a disponibilidade de empresas de engenharia contratadas em cada estado da federação para execução de visitas técnicas, aos locais das obras, com a finalidade de qualificar, quantificar e atualizar os dados inseridos no SIMEC – MÓDULO DE OBRAS, sendo que até a presente data, este serviço já foi realizado em 54		
253960	2	MONITORAMENTO		Atendida	10/09/2012	Desenvolver política de fortalecimento dos mecanismos de controle das instituições federais, com ênfase na capacitação dos servidores da Rede Federal nas seguintes áreas relacionadas a obras públicas: elaboração de projetos, elaboração de orçamentos, operacionalização do SINAPI, licitação, contratação e acompanhamento;	(;) - (01; ; ; Secretário) - Da análise da manifestação do gestor, conclui-se que a recomendação foi atendida. - Recomendação Atendida	
253960	2	MONITORAMENTO		Atendida	30/05/2011	Monitorar a adoção de medidas saneadoras, por parte dos Institutos, dos problemas que resultaram na paralisação da construção de bloco de salas de aula no Campus Sobral (IFCE), na falta de proteção da abertura localizada no andar superior de prédio do Campus Panambi (IFFAR), no atraso da construção do Campus Confresa (IFMT), no pagamento de R\$ 270.339,20 por serviços não executados na construção do Campus Juína (IFMT) e na	(Ofício; 637/SETEC/MEC; 18/05/2011) - Por meio do Ofício nº 637/SETEC/MEC, de 18.5.2011, a SETEC esclarece: “- Quanto à paralisação das obras da construção do bloco sala de aulas no Campus Sobral IFCE. Solicitamos a manifestação do reitor do IFCE professor Cláudio Ricardo Gomes de Lima, que nos informa que na época da vistoria a obra encontrava-se parcialmente paralisada, demandando manifestação do responsável técnico pela elaboração do projeto sobre divergências levantadas pela fiscalização do contato nomeada pelo IFCE. Informou ainda que a vigência do contrato que era 15/03/2010 foi alterada para 30/05/2010 e que a obra foi reiniciada em 05/05/2010 sendo concluída, recebida e inaugurada em dezembro de 2010, evento ilustrado com fotos. A equipe de monitoramento da CGInf/SETEC tem vistoria de monitoramento final, in loco, programada	(01; ; ; Secretário) - Da análise da manifestação do gestor, conclui-se que a recomendação foi atendida. - Recomendação Atendida

						<p>contratação de serviço já executado no Campus Estância (IFSE Fase II), no valor de R\$ 57.600,00; e</p>	<p>para a primeira semana de junho/2011. - Quanto a falta de proteção na abertura localizada no andar superior do prédio do Campus Panambi IFFAR. Após constatação visual, solicitamos ao reitor do IFARR, Professor Carlos Alberto Pinto da Rosa, providências imediatas para correção da falha, tendo em vista os riscos à integridade física das pessoas que por ali circulassem, tendo sido informado pelo próprio da imediata interdição do acesso à referida abertura até a conclusão definitiva da obra, o que ocorreu no início de 2011. Desta forma, a unidade encontra-se em pleno funcionamento e com visita técnica de supervisão da equipe CGUnf/SETEC programada para o final de maio. - Quanto ao Atraso na construção do Campus Confresa IFMT. Com a finalidade de elucidar completamente a questão, o IFMT instalou Processo Administrativo Disciplinar(...).” “- Quanto ao Atraso na construção do Campus Juina IFMT. Com a finalidade de elucidar completamente a questão, o IFMT instalou Processo Administrativo Disciplinar(...).” “- Quanto à Contratação de serviços já executados no Campus Estância IFSE, no valor de R\$ 57.600,00. Solicitamos que o reitor do IFSE, Professor Ailton Ribeir</p>	
253960	2	MONITORAMENTO		Atendida	30/05/2011	<p>Aprimorar os mecanismos de operacionalização do SIMEC nas instituições federais, de modo a manter as informações do módulo de monitoramento e avaliação das obras da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica atualizadas, inclusive quanto à inserção de dados de obras ainda não registradas no sistema.</p>	<p>(Ofício; 637/SETEC/MEC; 18/05/2011) - Por meio do Ofício nº 637/SETEC/MEC, de 18.5.2011, a SETEC esclarece: “O Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica teve como uma de suas premissas buscar a interiorização da oferta de EPT por todo o território nacional, buscando, inclusive, se contrapor ao fluxo migratório de jovens do interior do país, que abandonavam suas famílias e se dirigiam aos grandes centros urbanos em busca de formação/qualificação. Este critério promoveu a formação de uma rede, por instituto, territorialmente espalhada, tendo grande distância física entre as unidades, o que dificultava a centralização de responsabilidade de monitoramento e inserção de dados do SIMEC em cada instituto, promovendo a necessidade de credenciamento de um grande número de responsáveis pela inserção de dados e consequentemente uma crescente dificuldade de qualificação e de monitoramento destes por</p>	<p>(01; ; ; Secretário) - Consideramos a recomendação. - Recomendado Atendida</p>

						<p>parte da SETEC, tendo em vista, inclusive, a grande mobilidade de pessoal que ocorre em uma rede em formação. Assim, buscando aprimorar os mecanismos de operacionalização do SIMEC, melhorando a frequência, a confiabilidade e a responsabilidade pelos dados inseridos no sistema, solicitamos à Diretoria de Tecnologia de Informação DTI/SE/MEC, a implementação de um sistema de credenciamento que permita a autorização de um único responsável por instituto, que será devidamente e permanentemente qualificado para o exercício da função, sendo que este poderá no âmbito da instituição credenciar auxiliares em cada campi e/ou na quantidade que desejar, sendo que ele deverá validar no sistema as informações inseridas pelos seus auxiliares, permanecendo, assim, como responsável pelos dados inseridos no SIMEC. Os responsáveis de cada instituição passarão por reciclagem permanente de operacionalização do SIMEC/MÓDULO DE OBRAS, devendo multiplicar os conhecimentos adquiridos com seus auxiliares. O novo formato de credenciamento encontra-se em fase de testes na DTI, devendo iniciar operacionaliz</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

13 PARTE “B” , ITEM 16 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012**QUADRO B.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE
“PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS**Valores em R\$
1,00

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2346/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no acompanhamento e apoio técnico ao processo de aquisição/ implantação dos laboratórios das escolas beneficiadas com equipamentos e mobiliário , em consonância com as diretrizes traçadas pelo Programa					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
23/08/2011	15/06/2012	78.000,00	65.500,00	65.500,00	12.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 1.225,49					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo especificações e propostas de Plano de monitoramento e supervisão de entrega e instalação, referente aos mobiliários dos laboratórios do Programa PBP, nos estados do Paraná e Santa Catarina.			30/09/2011	R\$ 13.000,00	
Produto II: Documento contendo a proposta de especificações técnicas de equipamentos para compor os laboratório de eletroeletrônica, hidráulica/pneumática e segurança do Trabalho.			03/11/2011	R\$ 14.000,00	
Produto III: Documento contendo a proposta de Termos de Referência e guias de orientação aos estados par ao processo de aquisição e entrega dos laboratórios básicos de biologia, física, matemática e química.			30/12/2011	R\$ 14.500,00	
Produto IV: Documento técnico contendo proposta de reformulação da metodologia de aquisição e implantação de laboratórios para os anos de 2011 e 2012.			05/02/2012	R\$ 13.000,00	
Produto V: Documento técnico contendo proposta de termo de referência para aquisição, entrega e instalação dos laboratórios modulares de eletrotécnica, eletrônica, hidráulica/pneumática e segurança do trabalho.			28/04/2012	R\$ 11.000,00	
Produto VI: Documento analítico e avaliativo dos resultados da situação dos espaços e condições dos ambientes para o recebimento de equipamentos na etapa 2 dos processos de aquisição de mobiliário e equipamentos para laboratórios nos estados de Alagoas, Piauí e Paraná.			15/06/2012	R\$ 12.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria Teresa Pessoa Gonçalves				CPF: 135.936.118-99	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2344/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no acompanhamento e apoio técnico ao processo de aquisição/ implantação dos laboratórios das escolas beneficiadas com equipamentos e mobiliário, em consonância com as diretrizes traçadas pelo Programa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
23/08/2011	15/06/2012	78.000,00	41.500,00	41.500,00	36.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 2.718,57					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo especificações e propostas de Plano de monitoramento e supervisão de entrega e instalação, referente aos mobiliários dos laboratórios do Programa PBP, nos estados do Acre, Amapá e Mato Grosso			30/09/2011	R\$ 13.000,00	
Produto II: Documento contendo a proposta de especificações técnicas para compor os laboratórios de informática			03/11/2011	R\$ 14.000,00	
Produto III: Documento contendo metodologia e resultados da tomada de preços dos equipamentos que deverão compor os laboratórios de matemática, química, física e biologia do PBP.			30/12/2011	R\$ 14.500,00	
Produto IV: Documento contendo proposta de Banco de Dados dos equipamentos dos 27 laboratórios tecnológicos, contendo especificações, composição dos equipamentos e pesquisa de preços.			05/02/2012	R\$ 13.000,00	
Produto V: Documento técnico contendo subsídios e orientações aos estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e o Distrito Federal, no que se refere ao planejamento e adequação dos espaços físicos para receber os laboratórios do PBP			28/04/2012	R\$ 11.000,00	
Produto VI: Documento analítico e avaliativo dos resultados verificados em relação aos espaços e condições dos ambientes para o recebimentos dos equipamentos da fase 2, nos estados da Paraíba, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.			15/06/2012	R\$ 12.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marli Alves Flores Melo				CPF: 250.332.630-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2289/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento das estratégias de implementação do Programa Brasil Profissionalizado, no sentido de construir subsídios para a avaliação das ações executadas, junto às unidades federadas conveniadas nos estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio de Janeiro					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
18/08/2011	15/06/2011	78.000,00	41.500,00	41.500,00	36.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 26.119,12					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento Técnico contendo estudo analítico da execução dos convênios 2008, 2009 e 2010 nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			20/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de agosto e setembro de 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			03/11/2011	R\$ 14.000,00	
Produto III: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de outubro e novembro 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			30/12/2011	R\$ 13.500,00	
Produto IV: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			05/02/2012	R\$ 13.000,00	

Produto V: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de fevereiro e março de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.	28/04/2012	R\$ 11.500,00
Produto VI: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de abril, maio e primeira quinzena de junho de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.	15/06/2012	R\$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Aline Sá Cavalcanti	CPF: 616.527.843-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2290/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento das estratégias de implementação do Programa Brasil Profissionalizado, no sentido de construir subsídios para a avaliação das ações executadas, junto às unidades federadas conveniadas nos estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
18/08/2011	15/06/2012	78.000,00	41.500,00	41.500,00	36.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 41.569,95					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto I: Documento Técnico contendo estudo analítico da execução dos convênios 2008, 2009 e 2010 nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.				20/09/2011	R\$ 14.000,00
Produto II: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de agosto e setembro de 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades				03/11/2011	R\$ 14.000,00

identificadas nos estados.		
Produto III: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de outubro e novembro 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.	30/12/2011	R\$ 13.500,00
Produto IV: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.	05/02/2012	R\$ 13.000,00
Produto V: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de fevereiro e março de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.	28/04/2012	R\$ 11.500,00
Produto VI: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de abril, maio e primeira quinzena de junho de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.	15/06/2012	R\$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Andrea Perotti Harrop		CPF: 932.180.284-34
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO			914BRZ1001.8		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2286/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento das estratégias de implementação do Programa Brasil Profissionalizado, no sentido de construir subsídios para a avaliação das ações executadas, junto às unidades federadas conveniadas nos estados do Acre, Amapá, Tocantins, Roraima e Pará.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
18/08/2012	15/06/2012	78.000,00	41.500,00	41.500,00	36.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 5.201,51					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento Técnico contendo estudo analítico da execução dos convênios 2008, 2009 e 2010 nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			20/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de agosto e setembro de 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			03/11/2011	R\$ 14.000,00	
Produto III: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de outubro e novembro 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			30/12/2011	R\$ 13.500,00	
Produto IV: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			05/02/2012	R\$ 13.000,00	
Produto V: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de fevereiro e			28/04/2012	R\$ 11.500,00	

março de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfretamento das fragilidades identificadas nos estados.		
Produto VI: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de abril, maio e primeira quinzena de junho de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfretamento das fragilidades identificadas nos estados.	15/06/2012	R\$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Katiene Holanda da Silva	CPF: 654.800.312-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2278/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento das ações do Programa Brasil Profissionalizado junto às unidades federadas conveniadas nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
18/08/2012	15/06/2012	78.000,00	41.500,00	41.500,00	36.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 17.897,63					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento Analítico do processo de execução dos convênios 2008, 2009 e 2010, nos estados indicados, contemplando recomendações e sugestões a respeito das dificuldades e fragilidades encontradas pelos estados.			20/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento descritivo e analítico do processo de execução dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de agosto e setembro de 2011, nos estados indicados, contemplando recomendações e sugestões a respeito das dificuldades e fragilidades encontradas pelos estados.			03/11/2011	R\$ 14.000,00	
Produto III: Documento descritivo e analítico do processo de execução dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de outubro e novembro de 2011, nos estados indicados, contemplando recomendações e sugestões a respeito das dificuldades e fragilidades encontradas pelos estados.			30/12/2011	R\$ 13.500,00	
Produto IV: Documento descritivo e analítico do processo de execução dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de dezembro de			05/02/2012	R\$ 13.000,00	

2011 e janeiro de 2012, nos estados indicados, contemplando recomendações e sugestões a respeito das dificuldades e fragilidades encontradas pelos estados.		
Produto V: Documento descritivo e analítico do processo de execução dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de fevereiro e março de 2012, nos estados indicados, contemplando recomendações e sugestões a respeito das dificuldades e fragilidades encontradas pelos estados.	28/04/2012	R\$ 11.500,00
Produto VI: Documento descritivo e analítico do processo de execução dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010 nos estados indicados, contemplando recomendações e sugestões a respeito das dificuldades e fragilidades encontradas pelos estados.	15/06/2012	R\$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luciana Pinto Pereira	CPF: 981.905.631-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2284/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento das estratégias de implementação do Programa Brasil Profissionalizado, no sentido de construir subsídios para a avaliação das ações executadas, junto às unidades federadas conveniadas nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
18/08/2012	15/06/2012	78.000,00	41.500,00	41.500,00	36.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 9.413,33					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento Técnico contendo estudo analítico da execução dos convênios 2008, 2009 e 2010 nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			20/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de agosto e setembro de 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			03/11/2011	R\$ 14.000,00	
Produto III: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de outubro e novembro 2011, nos estados indicados, com o			30/12/2011	R\$ 13.500,00	

detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfretamento das fragilidades identificadas nos estados.		
Produto IV: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfretamento das fragilidades identificadas nos estados.	05/02/2012	R\$ 13.000,00
Produto V: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de fevereiro e março de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfretamento das fragilidades identificadas nos estados.	28/04/2012	R\$ 11.500,00
Produto VI: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de abril, maio e primeira quinzena de junho de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfretamento das fragilidades identificadas nos estados.	15/06/2012	R\$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Marcio Henrique Guedes Senise		CPF: 184.810.191-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO			914BRZ1001.8		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2281/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento das estratégias de implementação do Programa Brasil Profissionalizado, no sentido de construir subsídios para a avaliação das ações executadas, junto às unidades federadas conveniadas nos estados do Maranhão, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
18/08/2012	15/06/2012	78.000,00	41.500,00	41.500,00	36.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 25.257,49					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento Técnico contendo estudo analítico da execução dos convênios 2008, 2009 e 2010 nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			20/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de agosto e setembro de 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			03/11/2011	R\$ 14.000,00	
Produto III: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de outubro e novembro 2011, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			30/12/2011	R\$ 13.500,00	
Produto IV: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de dezembro de 2011 e janeiro de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfrentamento das fragilidades identificadas nos estados.			05/02/2012	R\$ 13.000,00	

Produto V: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de fevereiro e março de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfreteamento das fragilidades identificadas nos estados.	28/04/2012	R\$ 11.500,00
Produto VI: Documento Técnico contendo estudo analítico da situação dos convênios firmados no ano de 2008, 2009 e 2010, relativo aos meses de abril, maio e primeira quinzena de junho de 2012, nos estados indicados, com o detalhamento dos aspectos positivos e/ou negativos dos resultados alcançados em cada estado, bem como proposições visando contribuir para o aprimoramento da proposta e enfreteamento das fragilidades identificadas nos estados.	15/06/2012	R\$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Milton Menoncin	CPF: 404.225.939-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2435/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC na implementação de ações pedagógicas do Programa Brasil Profissionalizado junto às unidades federadas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
03/09/2011	15/06/2012	78.000,00	32.000,00	32.000,00	46.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 6.227,28					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento avaliativo relativo às ações do exercício de 2010 e início de 2011, identificando dificuldades, pontos de estrangulamentos e proposição de ações corretivas em relação à execução e ao monitoramento das subações de execução direta nos estados participantes do Programa, à luz do processo de organização e gestão da Educação Profissional nos Sistemas de Ensino			30/09/2011	R\$ 17.000,00	
Produto II: Documento síntese contendo os resultados das discussões promovidas no âmbito dos estados participantes do Programa, concernentes às Diretrizes Pedagógicas que subsidiam o EMI/EPT, identificando a situação da execução das ações, bem como os avanços ocorridos no período de agosto a setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 15.000,00	
Produto III: Documento analítico contendo os resultados do Seminário sobre as Diretrizes Pedagógicas do EMI/EPT, eventos realizados pelos estados e das			04/03/2012	R\$ 19.000,00	

discussões do Planejamento do PBP para o quadriênio 2012/2015 no âmbito dos estados participantes do Programa, bem como da execução no período de outubro a novembro de 2011.		
Produto IV: Documento descritivo e analítico sobre os resultados das discussões sobre o monitoramento das atividades de caráter pedagógico nos estados participantes do Programa, bem como do confronto entre planejado x executado nos estados, no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012	04/03/2012	R\$ 13.500,00
Produto V: Documento descritivo de sistematização do processo de implementação e fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica nos estados participantes do Programa, em articulação com os setores da SETEC, bem como do relatório de execução, no período de março a maio de 2012	15/06/2012	R\$ 13.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Cristiane Edna Camboim	CPF: 957.761.410-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2335/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC na implementação de ações pedagógicas do Programa Brasil Profissionalizado junto às unidades federadas dos estados do Mato Grosso do Sul, Pará, Mato Grosso, Goiás, Piauí, Santa Catarina e Tocantins					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
23/08/2011	15/06/2012	78.000,00	32.000,00	32.000,00	46.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 25.416,68					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento analítico das ações executadas no exercício de 2010 e início de 2011, identificando dificuldades, pontos de estrangulamentos e proposição de ações corretivas em relação à execução e ao monitoramento das subações de execução direta nos estados indicados, à luz do processo de organização e gestão da Educação Profissional nos Sistemas de Ensino			20/09/2011	R\$ 17.000,00	
Produto II: Documento descritivo e analítico sobre os resultados das discussões promovidas no âmbito dos estados indicados, concernentes às Diretrizes Pedagógicas que subsidiam o EMI/EPT, identificando a situação da execução das ações, bem como os avanços ocorridos no período de agosto a setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 15.000,00	
Produto III: Documento analítico contendo os resultados do Seminário sobre as Diretrizes Pedagógicas do EMI/EPT, eventos realizados pelos estados e das discussões do Planejamento do PBP para o quadriênio 2012/2015 no âmbito dos estados indicados, bem como			04/03/2012	R\$ 19.000,00	

da execução no período de outubro a novembro de 2011.		
Produto IV: Documento analítico sobre os resultados das discussões sobre o monitoramento das atividades de caráter pedagógico nos estados indicados, bem como do confronto entre planejado x executado nos estados, no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012	04/03/2012	R\$ 13.500,00
Produto V: Documento de sistematização do processo de implementação e fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica nos estados indicados, em articulação com os setores da SETEC, bem como do relatório de execução, no período de março a maio de 2012	15/06/2012	R\$ 13.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Francisco da Costa e Silva Sobrinho	CPF: 039.197.653-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2339/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC na implementação de ações pedagógicas do Programa Brasil Profissionalizado junto às unidades federadas dos estados do Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Sergipe					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
22/08/2011	15/06/2012	78.000,00	32.000,00	32.000,00	46.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 59.427,75					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento avaliativo relativo às ações do exercício de 2010 e início de 2011, identificando dificuldades, pontos de estrangulamentos e proposição de ações corretivas em relação à execução e ao monitoramento das subações de execução direta nos estados indicados, à luz do processo de organização e gestão da Educação Profissional nos Sistemas de Ensino			20/09/2011	R\$ 17.000,00	
Produto II: Documento síntese contendo os resultados das discussões promovidas no âmbito dos estados indicados, concernentes às Diretrizes Pedagógicas que subsidiam o EMI/EPT, identificando a situação da execução das ações, bem como os avanços ocorridos no período de agosto a setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 15.000,00	
Produto III: Documento analítico contendo os resultados do Seminário sobre as Diretrizes Pedagógicas do EMI/EPT, eventos realizados pelos estados e das discussões do Planejamento do PBP para o quadriênio 2012/2015 no âmbito dos estados indicados, bem como da execução no período de outubro a novembro de 2011.			04/03/2012	R\$ 19.000,00	

Produto IV: Documento descritivo e analítico sobre os resultados das discussões sobre o monitoramento das atividades de caráter pedagógico nos estados indicados, bem como do confronto entre planejado x executado nos estados, no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012	04/03/2012	R\$ 13.500,00
Produto V: Documento descritivo de sistematização do processo de implementação e fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica nos estados indicados, em articulação com os setores da SETEC, bem como do relatório de execução, no período de março a maio de 2012	15/06/2012	R\$ 13.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Taniamá Vieira da Silva Barreto	CPF: 130.108.754-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 3117/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC na prestação de apoio técnico às unidades federadas, quanto às ações pedagógicas do Programa Brasil dos estados do Amapá, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Distrito Federal e Amazonas					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
31/10/2011	15/06/2012	78.000,00	32.000,00	32.000,00	46.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 15.287,51					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto I: Documento analítico das ações executadas no exercício de 2010 e início de 2011, identificando dificuldades, pontos de estrangulamentos e proposição de ações corretivas em relação à execução e ao monitoramento das subações de execução direta nos estados indicados, à luz do processo de organização e gestão da Educação Profissional nos Sistemas de Ensino				03/11/2011	R\$ 17.000,00
Produto II: Documento avaliativo sobre as discussões promovidas no âmbito dos estados indicados, concernentes às Diretrizes Pedagógicas que subsidiam o EMI/EPT, identificando a situação da execução das ações, bem como os avanços ocorridos no período de agosto a setembro de 2011				15/12/2011	R\$ 15.000,00
Produto III: Documento analítico contendo os resultados do Seminário sobre as Diretrizes Pedagógicas do EMI/EPT, eventos realizados pelos estados e das discussões do Planejamento do PBP para o quadriênio 2012/2015 no âmbito dos estados indicados, bem como da execução no período de outubro a novembro de 2011.				15/02/2012	R\$ 19.000,00
Produto IV: Documento analítico das discussões sobre o				04/04/2012	R\$ 13.500,00

monitoramento das atividades de caráter pedagógico nos estados indicados, bem como do confronto entre planejado x executado nos estados, no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012		
Produto V: Documento analítico do processo de implementação e fortalecimento do ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica nos estados indicados, em articulação com os setores da SETEC, bem como do relatório de execução, no período de março a maio de 2012	15/06/2012	R\$ 13.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Deusa de Nazaré Martins Lobato	CPF: 305.423.592-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2464/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento e avaliação das ações do Programa ETEC BRASIL junto às unidades federadas conveniadas os Estados do Acre, Amapá, Roraima, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul e Paraná.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
06/09/2011	15/06/2012	59.800,00	30.300,00	30.300,00	29.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 2.032,06					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento analítico da execução do Programa até julho de 2011, com respectivos resultados, contendo orientações e recomendações aos estados indicados para a melhoria do processo de execução das ações planejadas.			02/10/2011	R\$ 11.000,00	
Produto II: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de agosto a setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 9.800,00	
Produto III: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de outubro a novembro de 2011			30/12/2011	R\$ 9.500,00	
Produto IV: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012			05/02/2012	R\$ 9.400,00	
Produto V: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de março a			28/04/2012	R\$ 10.000,00	

abril de 2012		
Produto VI: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no mês de maio de 2012, bem como avaliação da implantação/implementação do Programa até o encerramento do Acordo	15/06/2012	R\$ 10.100,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Cleanto Cesar Goncalves	CPF: 245.051.021-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2539/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento e avaliação das ações do Programa ETEC BRASIL junto às unidades federadas conveniadas nas unidades da federação do Acre, Amapá, Roraima, Mato Grosso e Goiás					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
22/09/2012	15/06/2012	59.800,00	20.800,00	20.800,00	39.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 12.675,09					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto I: Documento técnico contendo a metodologia e instrumental par ao sistema de monitoramento concebido para o Programa de Educação Profissional e Tecnológica do MEC-ETEC Brasil, bem como a sistematização dos resultados após os testes realizados nas federações indicadas.				10/10/2011	R\$ 11.000,00
Produto II: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de agosto a setembro de 2011				10/12/2011	R\$ 9.800,00
Produto III: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de outubro a novembro de 2011				30/01/2012	R\$ 9.500,00
Produto IV: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012				05/03/2012	R\$ 9.400,00
Produto V: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de março a abril de 2012				28/04/2012	R\$ 10.000,00

Produto VI: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no mês de maio de 2012, bem como avaliação da implantação/implementação do Programa até o encerramento do Acordo	15/06/2012	R\$ 10.100,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Elisama Rosa de Castilho	CPF: 920.780.876-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Organização das Nações Unidas					UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO					914BRZ1001.8
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2465/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC no monitoramento e avaliação das ações do Programa ETEC BRASIL junto às unidades federadas conveniadas os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, São Paulo e Paraíba.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
06/09/2011	15/06/2012	59.800,00	30.300,00	30.300,00	29.500,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 3.054,04					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento analítico da execução do Programa até julho de 2011, com respectivos resultados, contendo orientações e recomendações aos estados indicados para a melhoria do processo de execução das ações planejadas.			02/10/2011	R\$ 11.000,00	
Produto II: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de agosto a setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 9.800,00	
Produto III: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de outubro a novembro de 2011			30/12/2011	R\$ 9.500,00	
Produto IV: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de dezembro de 2011 a fevereiro de 2012			05/02/2012	R\$ 9.400,00	
Produto V: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos resultados, nos estados indicados, no período de março a abril de 2012			28/04/2012	R\$ 10.000,00	
Produto VI: Documento analítico do processo de implantação/implementação do sistema de monitoramento do ETEC Brasil, com respectivos			15/06/2012	R\$ 10.100,00	

resultados, nos estados indicados, no mês de maio de 2012, bem como avaliação da implantação/implementação do Programa até o encerramento do Acordo		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Tatiana Vasconcelos Brick	CPF: 876.216.651-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2356/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar tecnicamente a implementação das ações de infraestrutura do Programa Brasil Profissionalizado junto às unidades federadas, visando garantir a implementação das propostas de construção, reforma e ampliação, subsidiando a geração de novos convênios, especialmente quanto aos aspectos de inserção urbana, acompanhamento da instalação e da adequação dos laboratórios tecnológicos e racionalidade e sustentabilidade dos edifícios escolares nos estados da Bahia, Mato Grosso, Paraíba e Minas Gerais					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
25/08/2011	15/06/2012	78.000,00	30.000,00	30.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 42.832,80					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento analítico das atividades de execução junto aos estados indicados na implementação das ações de infraestrutura do Programa Brasil Profissionalizado, desenvolvidas no período de junho e julho de 2011.			30/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de agosto e setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 16.000,00	
Produto III: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de outubro, novembro e dezembro 2011			05/01/2012	R\$ 17.500,00	
Produto IV: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de janeiro e fevereiro de 2011 e março de 2012			15/03/2012	R\$ 17.500,00	
Produto V: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de abril e maio de 2012			15/06/2012	R\$ 13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernanda Franca Balmant				CPF: 037.421.099-36	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2361/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar tecnicamente a implementação das ações de infraestrutura do Programa Brasil Profissionalizado junto às unidades federadas, visando garantir a implementação das propostas de construção, reforma e ampliação, subsidiando a geração de novos convênios, especialmente quanto aos aspectos de inserção urbana, acompanhamento da instalação e da adequação dos laboratórios tecnológicos e racionalidade e sustentabilidade dos edifícios escolares nos estados do Rio grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Piauí e Goiás					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
25/08/2011	15/06/2012	78.000,00	30.000,00	30.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 1.398,47					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento analítico das atividades de execução junto aos estados indicados na implementação das ações de infraestrutura do Programa Brasil Profissionalizado, desenvolvidas no período de junho e julho de 2011.			30/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de agosto e setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 16.000,00	
Produto III: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de outubro, novembro e dezembro 2011			05/01/2012	R\$ 17.500,00	
Produto IV: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de janeiro e fevereiro de 2011 e março de 2012			15/03/2012	R\$ 17.500,00	
Produto V: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de abril e maio de 2012			15/06/2012	R\$ 13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Lucas Scalco				CPF: 041.691.759-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2357/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar tecnicamente a implementação das ações de infraestrutura do Programa Brasil Profissionalizado junto às unidades federadas, visando garantir a implementação das propostas de construção, reforma e ampliação, subsidiando a geração de novos convênios, especialmente quanto aos aspectos de inserção urbana, acompanhamento da instalação e da adequação dos laboratórios tecnológicos e racionalidade e sustentabilidade dos edifícios escolares Maranhão, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
25/08/2011	15/06/2012	78.000,00	30.000,00	30.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 39.882,34					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento analítico das atividades de execução junto aos estados indicados na implementação das ações de infraestrutura do Programa Brasil Profissionalizado, desenvolvidas no período de junho e julho de 2011.			30/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de agosto e setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 16.000,00	
Produto III: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de outubro, novembro e dezembro 2011			05/01/2012	R\$ 17.500,00	
Produto IV: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de janeiro e fevereiro de 2011 e março de 2012			15/03/2012	R\$ 17.500,00	
Produto V: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de abril e maio de 2012			15/06/2012	R\$ 13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Monize Carrara de Lima				CPF: 053.765.029-61	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2347/2011					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar tecnicamente a implementação das ações de infraestrutura do Programa Brasil Profissionalizado junto às unidades federadas, visando garantir a implementação das propostas de construção, reforma e ampliação, subsidiando a geração de novos convênios, especialmente quanto aos aspectos de inserção urbana, acompanhamento da instalação e da adequação dos laboratórios tecnológicos e racionalidade e sustentabilidade dos edifícios escolares dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício 2011	Total pago até o Final do Exercício 2012
25/08/2011	15/06/2012	78.000,00	30.000,00	30.000,00	48.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 38.049,91					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento analítico das atividades de execução junto aos estados indicados na implementação das ações de infraestrutura do Programa Brasil Profissionalizado, desenvolvidas no período de junho e julho de 2011.			30/09/2011	R\$ 14.000,00	
Produto II: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de agosto e setembro de 2011			03/11/2011	R\$ 16.000,00	
Produto III: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de outubro, novembro e dezembro 2011			05/01/2012	R\$ 17.500,00	
Produto IV: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de janeiro e fevereiro de 2011 e março de 2012			15/03/2012	R\$ 17.500,00	
Produto V: Documento analítico das ações de execução de infraestrutura do Programa, identificando as principais dificuldades encontradas pelos estados indicados, no período de abril e maio de 2012			15/06/2012	R\$ 13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Viviane Kawasaki				CPF: 029.268.279-46	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 303/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria Especializada para a elaboração de estudos propositivos e analíticos para subsidiar a SETEC no processo de avaliação e monitoramento do Programa e-Tec Brasil no Estado da Bahia					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
24/01/2012	21/05/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 3.218,30					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo proposta de metodologia e de instrumentos de monitoramento no estado de responsabilidade da consultoria das ações pedagógicas do Programa e-tec Brasil, incluindo as discussões e definições do processo de monitoramento junto à SETEC/MEC e a descrição do processo de aplicação no estado indicado			16/02/2012	R\$ 12.800,00	
Produto II: Documento técnico contendo estudo analítico da implantação do Plano de Trabalho, PTA, do convênio de 2010 do estado indicado partir das informações levantadas no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento, contemplando cotejamento com os dados existentes no âmbito dos sistemas informatizados do MEC. Ainda, deverá conter os resultados dos testes dos instrumentos de monitoramento e possíveis propostas de ajustes			12/03/2012	R\$ 13.600,00	
Produto III: Documento técnico contendo propostas de estratégias de melhoria e ajustes ao Programa e-tec Brasil a partir dos resultados coletados no estado indicado, incluindo conteúdo orientativo voltado aos agentes das unidades federadas conveniadas ao e-tec Brasil.			21/05/2012	R\$ 13.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Alessandra Paula de Sousa Anjos				CPF: 727.017.901-82	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 825/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria Especializada para a elaboração de estudos propositivos e analíticos para subsidiar a SETEC no processo de avaliação e monitoramento do Programa e-Tec Brasil no estado do Mato Grosso do Sul.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
24/01/2012	21/05/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Não houve					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo proposta de metodologia e de instrumentos de monitoramento no estado de responsabilidade da consultoria das ações pedagógicas do Programa e-tec Brasil, incluindo as discussões e definições do processo de monitoramento junto à SETEC/MEC e a descrição do processo de aplicação no estado indicado			16/02/2012	R\$ 12.800,00	
Produto II: Documento técnico contendo estudo analítico da implantação do Plano de Trabalho, PTA, do convênio de 2010 do estado indicado partir das informações levantadas no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento, contemplando cotejamento com os dados existentes no âmbito dos sistemas informatizados do MEC. Ainda, deverá conter os resultados dos testes dos instrumentos de monitoramento e possíveis propostas de ajustes			12/03/2012	R\$ 13.600,00	
Produto III: Documento técnico contendo propostas de estratégias de melhoria e ajustes ao Programa e-tec Brasil a partir dos resultados coletados no estado indicado, incluindo conteúdo orientativo voltado aos agentes das unidades federadas conveniadas ao e-tec Brasil.			21/05/2012	R\$ 13.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernanda Lobo Ferreira Leite				CPF: 380.026.471-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 311/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria Especializada para a elaboração de estudos propositivos e analíticos para subsidiar a SETEC no processo de avaliação e monitoramento do Programa e-Tec Brasil no estado do Acre.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
24/01/2012	21/05/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 3.631,21					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo proposta de metodologia e de instrumentos de monitoramento no estado de responsabilidade da consultoria das ações pedagógicas do Programa e-tec Brasil, incluindo as discussões e definições do processo de monitoramento junto à SETEC/MEC e a descrição do processo de aplicação no estado indicado			16/02/2012	R\$ 12.800,00	
Produto II: Documento técnico contendo estudo analítico da implantação do Plano de Trabalho, PTA, do convênio de 2010 do estado indicado partir das informações levantadas no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento, contemplando cotejamento com os dados existentes no âmbito dos sistemas informatizados do MEC. Ainda, deverá conter os resultados dos testes dos instrumentos de monitoramento e possíveis propostas de ajustes			12/03/2012	R\$ 13.600,00	
Produto III: Documento técnico contendo propostas de estratégias de melhoria e ajustes ao Programa e-tec Brasil a partir dos resultados coletados no estado indicado, incluindo conteúdo orientativo voltado aos agentes das unidades federadas conveniadas ao e-tec Brasil.			21/05/2012	R\$ 13.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Bruno José Ferreira de Souza Peixoto				CPF: 091.065.467-06	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 310/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria Especializada para a elaboração de estudos propositivos e analíticos para subsidiar a SETEC no processo de avaliação e monitoramento do Programa e-Tec Brasil no estado de Roraima.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
25/01/2012	21/05/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagens – R\$ 2.746,32					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo proposta de metodologia e de instrumentos de monitoramento no estado de responsabilidade da consultoria das ações pedagógicas do Programa e-tec Brasil, incluindo as discussões e definições do processo de monitoramento junto à SETEC/MEC e a descrição do processo de aplicação no estado indicado			16/02/2012	R\$ 12.800,00	
Produto II: Documento técnico contendo estudo analítico da implantação do Plano de Trabalho, PTA, do convênio de 2010 do estado indicado partir das informações levantadas no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento, contemplando cotejamento com os dados existentes no âmbito dos sistemas informatizados do MEC. Ainda, deverá conter os resultados dos testes dos instrumentos de monitoramento e possíveis propostas de ajustes			12/03/2012	R\$ 13.600,00	
Produto III: Documento técnico contendo propostas de estratégias de melhoria e ajustes ao Programa e-tec Brasil a partir dos resultados coletados no estado indicado, incluindo conteúdo orientativo voltado aos agentes das unidades federadas conveniadas ao e-tec Brasil.			21/05/2012	R\$ 13.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Alvaro Marcos Picarelli				CPF: 372.155.311-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 309/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria Especializada para a elaboração de estudos propositivos e analíticos para subsidiar a SETEC no processo de avaliação e monitoramento do Programa e-Tec Brasil no estado do Mato Grosso.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
25/01/2012	21/05/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Não houve					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo proposta de metodologia e de instrumentos de monitoramento no estado de responsabilidade da consultoria das ações pedagógicas do Programa e-tec Brasil, incluindo as discussões e definições do processo de monitoramento junto à SETEC/MEC e a descrição do processo de aplicação no estado indicado			16/02/2012	R\$ 12.800,00	
Produto II: Documento técnico contendo estudo analítico da implantação do Plano de Trabalho, PTA, do convênio de 2010 do estado indicado partir das informações levantadas no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento, contemplando cotejamento com os dados existentes no âmbito dos sistemas informatizados do MEC. Ainda, deverá conter os resultados dos testes dos instrumentos de monitoramento e possíveis propostas de ajustes			12/03/2012	R\$ 13.600,00	
Produto III: Documento técnico contendo propostas de estratégias de melhoria e ajustes ao Programa e-tec Brasil a partir dos resultados coletados no estado indicado, incluindo conteúdo orientativo voltado aos agentes das unidades federadas conveniadas ao e-tec Brasil.			21/05/2012	R\$ 13.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Tatiane Michelon				CPF: 634.726.431-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 308/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria Especializada para a elaboração de estudos propositivos e analíticos para subsidiar a SETEC no processo de avaliação e monitoramento do Programa e-Tec Brasil no estado de Alagoas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
24/01/2012	21/05/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Não houve					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo proposta de metodologia e de instrumentos de monitoramento no estado de responsabilidade da consultoria das ações pedagógicas do Programa e-tec Brasil, incluindo as discussões e definições do processo de monitoramento junto à SETEC/MEC e a descrição do processo de aplicação no estado indicado			16/02/2012	R\$ 12.800,00	
Produto II: Documento técnico contendo estudo analítico da implantação do Plano de Trabalho, PTA, do convênio de 2010 do estado indicado partir das informações levantadas no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento, contemplando cotejamento com os dados existentes no âmbito dos sistemas informatizados do MEC. Ainda, deverá conter os resultados dos testes dos instrumentos de monitoramento e possíveis propostas de ajustes			12/03/2012	R\$ 13.600,00	
Produto III: Documento técnico contendo propostas de estratégias de melhoria e ajustes ao Programa e-tec Brasil a partir dos resultados coletados no estado indicado, incluindo conteúdo orientativo voltado aos agentes das unidades federadas conveniadas ao e-tec Brasil.			21/05/2012	R\$ 13.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Renato Silveira Souza Monteiro				CPF: 604.553.656-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 826/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria Especializada para a elaboração de estudos propositivos e analíticos para subsidiar a SETEC no processo de avaliação e monitoramento do Programa e-Tec Brasil no estado do Espírito Santo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
24/01/2012	21/05/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagem – R\$ 1.484,52					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo proposta de metodologia e de instrumentos de monitoramento no estado de responsabilidade da consultoria das ações pedagógicas do Programa e-tec Brasil, incluindo as discussões e definições do processo de monitoramento junto à SETEC/MEC e a descrição do processo de aplicação no estado indicado			16/02/2012	R\$ 12.800,00	
Produto II: Documento técnico contendo estudo analítico da implantação do Plano de Trabalho, PTA, do convênio de 2010 do estado indicado partir das informações levantadas no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento, contemplando cotejamento com os dados existentes no âmbito dos sistemas informatizados do MEC. Ainda, deverá conter os resultados dos testes dos instrumentos de monitoramento e possíveis propostas de ajustes			12/03/2012	R\$ 13.600,00	
Produto III: Documento técnico contendo propostas de estratégias de melhoria e ajustes ao Programa e-tec Brasil a partir dos resultados coletados no estado indicado, incluindo conteúdo orientativo voltado aos agentes das unidades federadas conveniadas ao e-tec Brasil.			21/05/2012	R\$ 13.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Giselle Ramalho de Araujo e Silva Vieira				CPF: 494.880.231-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 822/2012					
Objetivo da Consultoria: Consultoria Especializada para a elaboração de estudos propositivos e analíticos para subsidiar a SETEC no processo de avaliação e monitoramento do Programa e-Tec Brasil no estado da Paraíba.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
24/01/2012	21/05/2012	40.000,00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagem – R\$ 689,48					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento técnico contendo proposta de metodologia e de instrumentos de monitoramento no estado de responsabilidade da consultoria das ações pedagógicas do Programa e-tec Brasil, incluindo as discussões e definições do processo de monitoramento junto à SETEC/MEC e a descrição do processo de aplicação no estado indicado			16/02/2012	R\$ 12.800,00	
Produto II: Documento técnico contendo estudo analítico da implantação do Plano de Trabalho, PTA, do convênio de 2010 do estado indicado partir das informações levantadas no processo de aplicação dos instrumentos de monitoramento, contemplando cotejamento com os dados existentes no âmbito dos sistemas informatizados do MEC. Ainda, deverá conter os resultados dos testes dos instrumentos de monitoramento e possíveis propostas de ajustes			12/03/2012	R\$ 13.600,00	
Produto III: Documento técnico contendo propostas de estratégias de melhoria e ajustes ao Programa e-tec Brasil a partir dos resultados coletados no estado indicado, incluindo conteúdo orientativo voltado aos agentes das unidades federadas conveniadas ao e-tec Brasil.			21/05/2012	R\$ 13.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Aline Collyer de Souza				CPF: 636.703.802-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 1101/2012					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC na prestação de apoio técnico às unidades federadas, quanto às ações pedagógicas para disseminação e implantação da metodologia de acesso, permanência e êxito na educação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Brasil Profissionalizado na Região Sul					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
14/04/2012	15/06/2012	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagem – Não houve					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento instrumental para treinamento de gestores, nos estados de consultoria, contendo sistematização e sugestões para o aprimoramento do Sistema na Região indicada.			10/05/2012	R\$ 13.000,00	
Produto II: Documento analítico das ações pedagógicas dos núcleos de execução, contendo proposta de estratégias de melhoria do sistema, a partir de análise dos dados coletados no sistema, visando a melhoria da execução do processo de implantação da metodologia proposta para profissionalização de mulheres em situação de vulnerabilidade na região indicada.			15/06/2012	R\$ 14.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rosilene Silva da Costa				CPF: 914.407.930-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 1104/2012					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC na prestação de apoio técnico às unidades federadas, quanto às ações pedagógicas para disseminação e implantação da metodologia de acesso, permanência e êxito na educação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Brasil Profissionalizado na Região Norte					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
10/04/2012	15/06/2012	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagen – R\$ 10.187,25					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento instrumental para treinamento de gestores, nos estados de consultoria, contendo sistematização e sugestões para o aprimoramento do Sistema na Região indicada.			10/05/2012	R\$ 13.000,00	
Produto II: Documento analítico das ações pedagógicas dos núcleos de execução, contendo proposta de estratégias de melhoria do sistema, a partir de análise dos dados coletados no sistema, visando a melhoria da execução do processo de implantação da metodologia proposta para profissionalização de mulheres em situação de vulnerabilidade na região indicada.			15/06/2012	R\$ 14.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Angelica Maria Frazao de Souza				CPF: 032.505.123-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO				914BRZ1001.8	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 1205/2012					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC na prestação de apoio técnico às unidades federadas, quanto às ações pedagógicas para disseminação e implantação da metodologia de acesso, permanência e êxito na educação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Brasil Profissionalizado na Região Nordeste					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
16/04/2012	15/06/2012	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagen – R\$ 4.619,37					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento instrumental para treinamento de gestores, nos estados de consultoria, contendo sistematização e sugestões para o aprimoramento do Sistema na Região indicada.			10/05/2012	R\$ 13.000,00	
Produto II: Documento analítico das ações pedagógicas dos núcleos de execução, contendo proposta de estratégias de melhoria do sistema, a partir de análise dos dados coletados no sistema, visando a melhoria da execução do processo de implantação da metodologia proposta para profissionalização de mulheres em situação de vulnerabilidade na região indicada.			15/06/2012	R\$ 14.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Janice Clecida Cavalcanti				CPF: 012.500.294-73	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização			Sigla		
Organização das Nações Unidas			UNESCO		
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto			Código		
SETEC – EDUCAÇÃO CIENTÍFICA TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO			914BRZ1001.8		
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 1206/2012					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar a SETEC na prestação de apoio técnico às unidades federadas, quanto às ações pedagógicas para disseminação e implantação da metodologia de acesso, permanência e êxito na educação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade, no âmbito do Brasil Profissionalizado na Centro-Oeste					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício 2012
16/04/2012	15/06/2012	27.000,00	27.000,00	27.000,00	27.000,00
Insumos Externos					
Diárias e Passagem – R\$ 4.413,82					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Documento instrumental para treinamento de gestores, nos estados de consultoria, contendo sistematização e sugestões para o aprimoramento do Sistema na Região indicada.			10/05/2012	R\$ 13.000,00	
Produto II: Documento analítico das ações pedagógicas dos núcleos de execução, contendo proposta de estratégias de melhoria do sistema, a partir de análise dos dados coletados no sistema, visando a melhoria da execução do processo de implantação da metodologia proposta para profissionalização de mulheres em situação de vulnerabilidade na região indicada.			15/06/2012	R\$ 14.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Luciane Canto da Rosa				CPF: 435.680.170-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

13.1 ANÁLISE CRÍTICA

No período de 2011/2012, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, por intermédio da antiga Diretoria de Articulação e Projetos Especiais, atual Diretoria de Integração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – DIR, publicou três editais para a contratação de consultores especialistas em diversas áreas, no âmbito do acordo BRASIL-UNESCO, Projeto 914BRZ1001. No total, foram contratados 31 consultores e elaborados 138 produtos, que representaram um dispêndio de R\$ 1.559,400,00, implicando o pagamento médio de R\$ 50.303,23 por consultor contratado.

A atual gestão da SETEC foi iniciada em março de 2012, quando já estavam em curso as providências para o término dos contratos vinculados ao Projeto 914BRZ1001. Paralelamente, naquele mesmo período, a Controladoria Geral da União (CGU) iniciou os trabalhos de campo relativos à auditoria das contas do exercício de 2011. Naquela oportunidade, foi possível discutir com o órgão de controle interno as melhorias que seriam necessárias para aprimorar a gestão das contratações de consultores no âmbito de projetos de cooperação técnica internacional. A

necessidade de aprimoramentos foi registrada no Parecer de Dirigente do Controle Interno – Relatório 201203040 – Exercício 2011, Processo: 23000.006490/2012-03.

Após o encerramento do projeto 914BRZ1001, a SETEC retomou a condução de processos de seleção e contratação de consultores em Outubro de 2012, no âmbito do projeto 914BRZ1136, ainda vigente. A fim de mitigar o risco de reincidência de desconformidades já apontadas pela CGU, a SETEC determinou a realização de estudos e a adoção de novas práticas que indicassem maior aderência à Cartilha de Contratação de Consultorias da CGU e das orientações internas do Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e Acordo Internacionais (CGCOP), que culminou com a adoção dos seguintes procedimentos:

- Aprovação do Guia de Contratação de Consultores UNESCO para SETEC – Proposta de Ação nº 01/2012;
- Constituição de Comissão de Seleção de Serviços Técnicos de Consultoria, por meio da Portaria SETEC nº 33, de 11 de setembro de 2012, publicada no DOU de 12 de setembro de 2012;
- Elaboração dos Termos de Referência de acordo com o disposto na Cartilha da CGU e orientações do CGCOP, submetendo-os à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, para emissão de parecer sobre a existência ou não de servidores que atendessem ao perfil solicitado no quadro do Ministério da Educação;
- Publicação dos Editais de Seleção, em jornais de grande circulação, sítios oficiais do MEC e da UNESCO, abrangendo diversas capitais, com ampla divulgação;
- Adoção de etapas de seleção, incluindo a análise curricular e a adoção de entrevistas filmadas, para a verificação de habilidades identificadas nos Termos de Referência e divulgação preliminar de resultados com abertura de prazo recursal;

Nesse sentido, a SETEC procurou redobrar os esforços empregados no aprimoramento do processo de seleção e contratação nesta modalidade, com participação ativa do CGCOP e do próprio organismo internacional, UNESCO, o que propiciará, a médio prazo, produtos com maior qualidade e efetiva aplicabilidade no fomento às Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica.